

[Like](#) [Comment](#)[Tag photo](#)

Thiago Melo da Silva

MANIFESTAÇÕES NO BRASIL

Estruturação da Esfera Pública, rede social e participação popular na Internet

Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, orientada pela Doutora Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

MANIFESTAÇÕES NO BRASIL

Estruturação da Esfera Pública, rede social e participação popular na Internet

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Manifestações no Brasil - Estruturação da Esfera Pública, rede social e participação popular na Internet
Autor/a	Thiago Melo da Silva
Orientador/a	Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha
Coorientador/a	
Identificação do Curso	2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo
Área científica	Comunicação
Especialidade/Ramo	Jornalismo / <i>Novos Media</i>
Data	2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Agradecer significa reconhecer todo o apoio e consideração que as pessoas que estão a nossa volta tiveram conosco.

Sem dúvida, minha família é o meu apoio principal. Sem a minha mãe, minha irmã, meus avós e bisavós, tias e tios eu não teria tido a formação que me possibilitou estar neste mestrado. Meu muito obrigado a todos eles que sempre me incentivaram aos estudos, à educação.

À minha orientadora, professora Doutora Isabel Ferin. Uma mestre da qual levarei para sempre todos os ensinamentos. A sabedoria e a lucidez com as quais ela me direcionou durante este estudo foram inspiradoras e fundamentais para que eu conseguisse chegar até o final.

Agradeço ainda a todos os professores da Universidade de Coimbra que também foram meus mestres neste ciclo. Os ensinamentos de cada um, com toda certeza, fizeram a diferença na minha formação.

Quero ainda deixar registrado a imensa gratidão que tenho aos amigos e colegas que fiz no mestrado, sem os quais este curso não teria sido o mesmo. Foram vários momentos de trabalho (e desespero) que dividimos, e isto também foi muito importante para mim. Obrigado a todos!

Meu agradecimento mais do que especial é para Deus, pois Ele me acompanha em todos os momentos da minha vida. Sem Ele isto tudo não teria sido possível.

A luta de poder fundamental é a batalha pela construção de significados nas mentes.

Manuel Castells, *Redes de Indignação e Esperança*

Resumo

Esta dissertação, intitulada "Manifestações no Brasil - Estruturação da Esfera Pública, rede social e participação popular na Internet", pretende apresentar de que forma o Facebook foi um espaço de reverberação e mobilização social durante os protestos que ocorreram em junho de 2013 no Brasil. Dividimos esta pesquisa em duas partes. Na primeira apresentamos o enquadramento teórico. A partir de Habermas (1984, 2003), Arendt (1958), Cohen e Arato (2001) e Maia (2002, 2006), falamos da formação dos conceitos de sociedade civil, espaços público e privado e esfera pública, bem como o papel dos *media* neste contexto. Seguimos falando da convergência mediática e da Internet como espaço público por meio de Jenkins (2009), Lévy (2002), Esteves (2003), Goode (2005) e Cardoso (2009). Finalizamos nosso enquadramento teórico abordando a questão da mobilização social na Internet a partir de Castells (2011, 2012), Chomsky (2013), Melucci (1996, 1998), Cabo (2008) e Bennett (2003). Para fazer o estudo empírico elegemos o dia 18 de junho, que foi o que concentrou as principais passeatas e ocupações de locais públicos em todo o país. A partir desta data, buscamos nos perfis do Facebook do jornal O Globo, do coletivo Mídia Ninja, do jornal El País (Espanha) e do Semanário Sol (Portugal) as publicações que foram realizadas neste dia sobre as manifestações. Por meio de metodologia específica para análise de conteúdos de *web*, utilizamos métodos qualitativos e quantitativos. Verificamos, assim, o conteúdo das imagens, as temáticas, as características, os *links*, e a linguagem. Aplicamos a mesma grelha de análise nos comentários das publicações. O estudo leva em consideração a capacidade de complexificação destes elementos. Concluimos que a rede social oferece ferramentas importantes para o debate público, assim como a possibilidade de ampliação do espaço democrático. Contudo, a utilização deste canal precisa acontecer de forma mais crítica e consistente, tanto pelos *media*, como pelos cidadãos.

Palavras-chave: Esfera pública, Internet, Rede Social, Mobilização, Movimentos sociais

Abstract

This dissertation entitled "Manifestações no Brasil - Estruturação da Esfera Pública, rede social e participação popular na Internet", aims to show how Facebook became a space for discussion and social mobilization during the protests occurred in June 2013 in Brazil. We divided this study into two parts. The first presents the theoretical framework. Using the theoretical concepts provided by Habermas (1984, 2003), Arendt (1958), Cohen and Arato (2001) and Maia (2002, 2006), we highlight the concepts of civil society, public and private spaces and public sphere as well as the role of media in this context. We approach the media convergence and the Internet as a new public space by Jenkins (2009), Lévy (2002), Esteves (2003), Goode (2005) and Cardoso (2009). Finally, we complete our theoretical framework addressing the issue of social mobilization on the Internet from Castells (2011, 2012), Chomsky (2013), Melucci (1996, 1998), Cabo (2008) and Bennett (2003). In order to verify the theory in empirical terms we chose the 18th of June as a time frame, when there was the most expressive protests and occupations of public spaces across the country. Thus, we consider the posts on Facebook provided on the pages of the Brazilian channels O Globo and Mídia Ninja, the Portuguese Semanário Sol and the Spanish El País, that has published on this specific date. Using a specific methodology for analyzing web content, we used qualitative and quantitative methods to check the contents of images, themes, features, links, and language. We apply the same analysis grid in the comments of the posts. This study considers the ability of these elements of complexity. We conclude that social networking offers important tools for public debate and to the possibility of expanding the democratic space. However, the citizen and media need to use those channels and tools in a more critical and consistently way.

Keywords: Public Sphere, Internet, Social Networking, Mobilization, Social Movements

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Temáticas - Comentários O Globo.	98
Gráfico 2 - Temáticas - Comentários Mídia Ninja.	104
Gráfico 3 - Temáticas - Comentários El País.	110
Gráfico 4 - Temáticas - Comentários Semanário Sol.	115
Gráfico 5 - Temáticas.	119

Lista de Figuras

Figura 1 - Variedade de consignas nos cartazes das Jornadas de Junho de 2013.	74
Figura 2 - Interações no Twitter antes (esquerda) e depois (direita) da ação policial.	84
Figura 3 - Protestos vs Acesso à Internet banda larga.	86
Figura 4 - Publicação no perfil do Globo no Facebook.	97
Figura 5 - Comentário de internauta contra a cobertura do jornal O Globo.	99
Figura 6 - Internautas defendem pontos de vista sobre a cobertura das Jornadas de Junho.	99
Figura 7 - Internauta disponibiliza conteúdos nos comentários.	100
Figura 8 - Internauta dá sugestão de protesto pacífico.	101
Figura 9 - Internautas comentam o vandalismo e a violência.	101
Figura 10 - Internauta brasileira acompanha as manifestações do exterior.	102
Figura 11 - Linguagem do Mídia Ninja favorece o factual.	103
Figura 12 - Internautas questionam informação do Mídia Ninja.	105
Figura 13 - Internautas desmentem informação divulgada pelo Mídia Ninja.	106
Figura 14 - Publicação sobre a "ocupação" do Congresso Nacional em Brasília.	107
Figura 15 - Internautas expressam orgulho pelas manifestações.	107
Figura 16 - Internauta acompanha a cobertura do Mídia Ninja diretamente de Portugal.	108
Figura 17 - Publicação do El País dá destaque para foto de vandalismo.	109
Figura 18 - Internautas estrangeiros mostram apoio ao Brasil.	110
Figura 19 - Internauta espanhol articula opinião sobre manifestações.	111
Figura 20 - Articulação de comentários entre os internautas.	111
Figura 21 - Internautas brasileiros interagem na publicação do El País.	112
Figura 22 - Compartilhamento de conteúdos nos comentários do El País.	113
Figura 23 - Compartilhamento de conteúdos nos comentários do El País.	113
Figura 24 - Internauta questiona conteúdo do El País.	113
Figura 25 - El País América publica conteúdos em Português.	114
Figura 26 - Comentários no Semanário Sol.	116
Figura 27 - Comentário de portugueses no perfil do Semanário Sol.	116
Figura 28 - Comentários de brasileiros no Semanário Sol.	117
Figura 29 - Internauta expõe opinião contrária a da maioria.	117

SUMÁRIO

Introdução	1
CAPÍTULO 1: Esfera Pública e <i>media</i>	5
1.1 Da ágora grega para a sociedade burguesa do século XVIII	5
1.2 Críticas à esfera pública burguesa de Habermas.....	10
1.3 Sociedade Civil, conceitos de público e opinião pública.....	12
1.4 Os <i>media</i> , a esfera pública e a democracia	18
CAPÍTULO 2: Internet, novos <i>media</i> e esfera pública	27
2.1 Do jornal para os <i>media</i> digitais: a convergência mediática	27
2.2 Internet e as configurações do novo espaço público	32
2.3 Esfera pública e democracia no meio digital	37
CAPÍTULO 3: Mobilização social e Internet	45
3.1 Novos tempos, novos atores sociais	45
3.2 Os movimentos sociais da Era Digital	51
3.3 Contextos de mobilização	56
3.4 A rede como canal de mobilização.....	61
CAPÍTULO 4 - Manifestações no Brasil: as Jornadas de Junho	67
4.1 A dinâmica das manifestações.....	67
4.2 "Não é só por 0,20 centavos"	73
4.3 O gigante na rede	80
CAPÍTULO 5 - Mobilização e debate público na rede social	87
5.1 Contextos da análise.....	87
5.2 Metodologia	94
5.3 O dia 18 das Jornadas de Junho: debate no Facebook	96
Conclusão	123
Referências bibliográficas	127

Introdução

Em junho de 2013 o mundo inteiro conheceu a intensidade com que os brasileiros se revoltaram contra a situação política, econômica e social na qual o Brasil se encontrava há anos. Parecia algo inesperado. O país que era manchete mundial por causa do crescimento econômico e da diminuição das desigualdades sociais, naquele momento, demonstrava ser um local instável, cheio de indignação. O que muita gente descobriu é que o brasileiro guardava consigo uma série de insatisfações: contra o sistema político, contra as desigualdades que ainda assombram a vida de muitos, contra a má qualidade dos serviços públicos e a alta carga tributária. Estas foram algumas das questões que foram trazidas à tona com as revoltas populares que tomaram as ruas de cidades em todas as regiões do Brasil naquele mês.

As Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas as manifestações, na verdade, não começaram em junho de 2013. Elas são resultado de um longo processo de mobilização social, que desencadeou diversos movimentos e culminou na explosão popular que vimos acontecer desde o dia 6 de junho daquele ano. A faísca que detonou, digamos assim, esta explosão foi o aumento das tarifas do transporte coletivo em São Paulo. Depois daí, uma série de questões provocaram ainda mais a indignação dos cidadãos, que se articularam através das redes sociais, que se revelaram "redes de indignação". As ruas foram tomadas. Os locais públicos, emblemáticos do poder executivo, legislativo ou judiciário, foram ocupados. Patrimônios foram alvos de vandalismo. Um cenário de guerra urbana.

Olhar para tudo isto nos suscitou a elaboração deste estudo. Como a rede social Facebook foi uma plataforma de discussão pública em meio a esta revolta social? Para pensarmos nesta questão fomos buscar elementos desde os primórdios do processo de deliberação pública: a Grécia Antiga. Para entender os conceitos fundamentais para a formação de um espaço de discussão - a esfera pública, é necessário retomar esta época. A partir da elaboração dos conceitos de espaços público e privado, o processo de comunicação humana passou a ser mais racional. O homem deliberava no centro da cidade as questões de interesse da sua sociedade.

Assim, estes conceitos foram sendo transformados com o advento de novos contextos sociais e políticos nas sociedades. Foi início da Idade Moderna que o conceito de esfera pública teve uma apropriação mais pragmática, isto é, mais centrada no agir comunicativo (Habermas, 1984). Vivia-se uma sociedade burguesa. Os espaços públicos eram frequentados por homens que tinham posses. Estes eram os mesmos que consumiam os produtos da imprensa que começava a ganhar força. Os conteúdos ainda eram muito restritos. Nem todo mundo sabia ler. As conversações públicas também eram restritas.

O desenvolvimento da imprensa marcou a constituição de uma série de conceitos estruturais para a esfera pública de discussão: sociedade civil, opinião pública, espaço público. Todos estes elementos são importantes para refletir o papel que os *media* possuem na sociedade. São os meios de comunicação que garantem a circulação de conteúdos e, cada vez mais, ganham a função de serem um espaço de prestação de contas do poder público perante os cidadãos. Segundo Habermas (2003), são os *media* os responsáveis por manter a sociedade civil sempre em alerta funcionando como uma "caixa de ressonância" para os assuntos públicos.

Mas é com o advento das tecnologias da comunicação que os cidadãos passam a viver, então, um novo contexto comunicacional. A Internet trouxe consigo uma série de possibilidades de reconfiguração da sociedade. Os *media* tradicionais estão tendo que descobrir um novo modelo de produção e difusão de conteúdos. Agora eles não estão mais no controle total do processo de comunicação. Todos agora, principalmente a sociedade civil, podem participar desta construção.

As relações sociais alteraram-se. Já não existe barreiras, ideia de espaço ou de tempo. A Internet torna o mundo um espaço onde se pode relacionar localmente e globalmente, ao mesmo tempo. A velocidade destas relações também é impressionante. Nunca o mundo teve tantos conteúdos circulando ao mesmo tempo, numa rapidez tão grande. A esfera pública das qual falávamos ganhou um novo *status*. No contexto digital, a sociedade tem a possibilidade de ampliar o processo democrático.

O Brasil não foi o primeiro e nem será o último a dar exemplo de como a rede pode colaborar no processo de mobilização social. Aqui neste estudo

visitaremos vários exemplos de movimentos sociais que, a partir da rede, desenvolveram uma nova estrutura de poder na sociedade. Por exemplo, citamos os movimentos de Seattle, Wall Street (Occupy), 15M (Madrid), Primavera Árabe. Todos têm características comuns, e a principal é terem se desenvolvido a partir da articulação em rede. Mas o fato é que a Internet está reconfigurando os movimentos sociais e potencializando as redes de indignação.

Para então compreender como todas estas questões estão se passando no Brasil, vamos fazer o estudo de caso do dia 18 de junho das Jornadas de Junho de 2013. Este foi um dos dias mais marcantes para os movimentos sociais no país, pois foi quando grande parte das cidades brasileiras foram tomadas pela gente nas ruas, e tomados os locais mais significativos, como o Congresso Nacional, em Brasília.

O estudo irá se basear, assim, na análise de quatro páginas de *media* no Facebook, sendo dois brasileiros e dois europeus. Os dois brasileiros são, *a priori*, diferentes. Trata-se do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, um dos mais tradicionais jornais impressos do país, e do coletivo Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), um *media* alternativo que ganhou força durante os protestos de junho de 2013.

Além destes dois, vamos olhar para as relações que encontraremos em dois *media* europeus, o espanhol El País, e o português Semanário Sol. A escolha de dois meios de comunicação internacionais foi proposital, para perceber de que forma a Internet permite que cidadãos brasileiros que estejam fora da sua terra natal possam interagir com o espaço público global.

Entender como se dá a dinâmica da convergência dos *media* tradicionais para a Internet e o surgimento dos *media* alternativos, por meio da produção colaborativa, também justifica a escolha do nosso *corpus* de análise. A partir disto será possível interpretar as relações que podem ser estabelecidas neste contexto em rede.

A partir disto, optamos por uma metodologia mista, com métodos qualitativos e quantitativos (Herring, S.c. et al. 2006; Jennings e Zeitner, 2003). Elaboramos uma grelha de análise específica para conteúdos da *web*, por meio da qual direcionamos as nossas observações. A escolha destes métodos de análise se justificam pelo *corpus* de análise, uma vez que buscamos

compreender como estes canais contribuem para a estruturação da esfera pública, e de que forma a plataforma comunicacional Facebook e todas as suas funcionalidades colaboram entre si. A análise centrada nessas páginas nos dará uma amostra de como estes *media* ofereceram conteúdos para um debate. O resultado esperado do estudo, portanto, não é a identificação dos temas discutidos naquele dia no meio digital, mas sim identificar se foi (e como foi) estruturado um debate sobre os protestos daquele dia.

CAPÍTULO 1: Esfera Pública e *media*

A comunicação é, sem dúvida, elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade. É por meio dela que as relações humanas são estabelecidas e os conhecimentos são transmitidos. É praticamente impossível imaginar a história das sociedades sem a comunicação entre os indivíduos.

Ao longo de vários períodos históricos, quando olhamos para os indivíduos como cidadãos, atores sociais, vemos que eles desempenham papel estratégico na discussão dos temas de interesse público. Na Grécia Antiga, por exemplo, estas discussões aconteciam num espaço público, local onde as questões importantes eram colocadas, esclarecidas e debatidas. Os *media*, como veremos a seguir, são canais que permitem a estruturação e o fortalecimento desta esfera de discussão. Numa perspectiva otimista, os meios de comunicação são os responsáveis em dar visibilidade aos conteúdos de interesse do cidadão.

Neste primeiro capítulo abordaremos algumas destas questões desde a sua origem. Buscaremos perceber de que forma o conceito de esfera pública se estabeleceu e, ao mesmo tempo, como os meios de comunicação podem trabalhar para a estruturar o espaço público de debate.

1.1 Da ágora grega para a sociedade burguesa do século XVIII

Ao falarmos de esfera pública, é de suma importância olhar para trás e compreender os contributos que as sociedades do passado deixaram para o pensamento contemporâneo. Foi na Grécia Antiga que este conceito teve a sua gênese, e depois nos foi repassado por meio dos romanos. Naquele contexto, a noção de espaços público e privado, importantes para a definição da esfera pública, passou a ser uma realidade dentro da ideia de "cidadão" na época.

Na cidade-estado grega, a *pólis*¹, local dos *koiné* (cidadãos livres), era separada do *oikos* (lar), o particular a cada um (privado). O espaço público por

¹ As cidades-estado na Grécia Antiga eram constituídas de um espaço central público, onde estava a ágora, centro de deliberação daquela sociedade. Este modelo de cidade perde importância durante o domínio romano.

excelência, aqui, era constituído pela ágora, local onde tomavam as decisões que importava à coletividade. Os cidadãos que participavam deste processo de tomada de decisões eram considerados livres para exercer os direitos e os deveres da cidadania.

Segundo Martins (2007: 76), naquele período, o fato determinante para que se conquistasse a titularidade dos direitos políticos, ou seja, para ser um cidadão, era a pertença a uma comunidade política, onde o indivíduo demonstrasse vontade de agir.

Neste sentido, Arendt (1958), considerando o pensamento aristotélico da *bio politikos* (vida pública), pontua que cada homem desempenha uma espécie de "segunda vida" na sociedade, que vai além da sua existência privada, no âmbito da família. Assim, das inúmeras atividades presentes nas comunidades humanas, apenas a "ação" (*praxis*) e o discurso (*lexis*) constituem a vida política de cada cidadão.

Apesar de haver o entendimento de que cada homem deveria desempenhar uma vida política na *pólis*, Habermas (1984), que ao desenvolver a sua teoria sobre a esfera pública também faz referência à Grécia Antiga, observa que nem todos os indivíduos poderiam agir na vida pública. A ordenação política na Grécia baseava-se na economia escravagista em forma patrimonial, e os cidadãos estavam dispensados do trabalho produtivo, porém a participação na vida pública dependeria de sua posição enquanto "déspota" doméstico. Todos os demais indivíduos, como os escravos e as mulheres, por exemplo, não eram parte integrante do processo deliberativo na ágora ateniense.

Assim, a esfera pública grega se configura como um espaço de deliberação e autoafirmação. "Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer (...). Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência: a imortalidade da fama" (Habermas, 1984: 16). Esse modelo helênico de "público" e "privado", conceitos que serão discutidos mais adiante, foi transmitido às sociedades posteriores por meio do Direito Romano, que entendia a esfera pública como a *res publica*. (*Idem*). Mas ao longo dos séculos, este modelo sofreu alterações graduais.

Na Idade Média, a contraposição dos conceitos de público e privado não era obrigatória na sociedade feudal. Isto é, de acordo com Habermas, a dominação do senhor feudal e a presença da vassalagem fornece-nos indícios de que não haveria existido naquele período a distinção entre os espaços públicos e os privados. Pena (2005:30) ressalta que se não havia a discussão pública, já que o sistema era absolutista, também não havia uma esfera privada. O mesmo aposento servia para comer, dormir e até receber visitas. Na ausência de corredores, passava-se pelo interior dos cômodos para circular pela casa. Desta forma, a sociedade feudal organizou-se a partir da dominação fundiária. A nobreza feudal é caracterizada pelos proprietários de terra, que eram livres, e os trabalhadores, vassallos, eram servos nas terras cedidas pelos senhores dos feudos. A autoridade privada e a autoridade pública emanam do senhor do feudo.

Neste período, a esfera pública da representação "cortesã-feudal" desenvolvia-se a partir dos festejos que eram organizados nos salões, onde a nobreza exibia seus atributos de posição e hierarquia social privilegiadas. Contudo, esta esfera pública formada nos dias festivos, onde todos eram convidados a contemplar a faustosidade da corte, não possuía nenhuma característica de comunicação política, conforme observou Habermas (1984).

Para além das festas patrocinadas pela nobreza, a representatividade pública era exercida também pelos religiosos da Igreja. Era nas missas que se pronunciavam sermões e se desenvolviam discursos, contudo, apesar de serem "públicos", estes também eram "privados", na medida em que tanto a Bíblia como a fala dos religiosos eram em Latim, e não na língua do povo, o que restringia o acesso aos conteúdos e à informação.

Assim como Habermas verificou a evolução do conceito de esfera pública para uma sociedade centrada na comunicação política, Correia (1998: 24) destaca que um modelo mais "universalista e crítico" da esfera pública atingiu a sua maturidade no século XVIII. Segundo o autor, a evolução da esfera pública "resultou de um processo moroso que recua ao próprio sistema pré-capitalista de troca de informações e mercadorias", e resultou na esfera pública burguesa, que pressupõe uma dimensão política constituída na afirmação subjetiva dos seus participantes em todos os domínios da vida social.

A formação dos Estados nacionais, além da Reforma Protestante que implicou na redução do poder da Igreja, de acordo com Habermas (1984), teve como resultado a destruição dos fundamentos do poder feudal. Constitui-se uma nova esfera de público, o poder público, que será discutida no próximo tópico. Em simultâneo, assiste-se à consolidação do comércio e de uma rede de correspondência, primeiramente em torno de associações comerciais, depois em volta de um correio e de uma imprensa regulares. Correia (1998:24) destaca que "o aparecimento de trocas permanentes pressupôs relações bilaterais, diálogo e debate, ou seja, conduziu à emergência de uma interação que está na origem da esfera pública burguesa".

A partir disto, Dahlgren (2000), que pensa a esfera pública por meio da teoria habermasiana, pontua dois momentos históricos. O primeiro deles é o desenvolvimento do capitalismo e o fortalecimento de uma nova classe, que surgiu com a formação das cidades e do comércio - a burguesia, na Europa da segunda metade do século XVII. Neste novo contexto, agora urbano, a Esfera Pública começa a ser estruturada a partir de segmentos sociais que possuíam educação, posses e que tinham acesso aos conteúdos que circulavam por meio de jornais, panfletos e outros *media* impressos. Um novo fenômeno social passou a ser percebido em cafés, salões e clubes, onde a informação factual e de interesse daquela classe era discutida e comentada.

A isto Habermas dedica bastante atenção, visto que sua teoria é baseada no agir comunicativo. É importante dedicar atenção também ao fato de que aqui se deu o surgimento da imprensa, primeiro na forma de conteúdos impressos como panfletos e, logo depois, algo mais profissional, com a produção de jornais regulares, inicialmente semanais, e com informação pública, de acesso a todos. A circulação de informações e conteúdos foi um marco muito importante para a estruturação do espaço de discussão, visto que este depende da troca de informações e da conversação entre os membros da sociedade.

Desta forma, de acordo com Habermas (1984: 42),

a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas

publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

A partir desta análise, a origem da esfera pública burguesa, na sua variante política, uma predecessora apolítica e não distintivamente burguesa, é importante para o desenvolvimento do espaço público de conversação. Esta era a esfera pública literária, definida basicamente como uma esfera de pessoas privadas que participam em debates públicos por meio da troca de argumentos racionais sobre tópicos de natureza artística e literária. Neste grupo encontravam-se mulheres, alunos e demais interessados, ao contrário da variante política da esfera pública, da qual participavam apenas homens. A esfera pública literária apropriou-se da esfera pública controlada pelo Estado, dando origem a uma esfera de crítica à própria autoridade pública/estatal.

Carreira da Silva (2001), citando Habermas, afirma que "sem a esfera pública literária constituída por fóruns de debate (como o *salon*), o público de pessoas privadas que usava a razão nunca teria sido capaz de se apropriar da esfera pública controlada pelo Estado". Com o apoio de instituições como a imprensa, a sociedade torna-se cada vez mais consciente das funções de controle político do Estado, o que obrigou os governos a adotarem o princípio da publicidade, tornando as suas atividades e atos conhecidos ao público em geral.

O segundo momento histórico destacado por Dahlgren (2000) tem a ver com o declínio da esfera pública burguesa, em meados do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo industrial avançado e o surgimento da democracia de massa do *Welfare State*, no século XX, no qual o Estado passa a ter ser mais intervencionista para diminuir as contradições que resultam do desenvolvimento do capital.

As fronteiras entre o público e o privado, tanto em termos econômicos e culturais, passam a ser cada vez menos perceptíveis. Grandes empresas passam a assumir parcerias com os governos, criando, na visão de Dahlgren, uma "refeudalização" da política, o que distorce o papel do que é "público". Neste contexto, a comunicação, agora de massa, passa a trabalhar na lógica do mercado, o que prejudica as funções de informar de forma idônea os

cidadãos. A esfera pública fragmenta-se, então, em grupos de espectadores, que são estimulados ao consumo, e cada vez menos à discussão política.

1.2 Críticas à esfera pública burguesa de Habermas

Uma das principais críticas em relação ao conceito habermarsiano de esfera pública recai sobre a questão de que este espaço de discussão era eminentemente "burguês". Em outras palavras, aquela sociedade do século XVIII, que iniciava um processo de esclarecimento social por meio do agir comunicativo, excluía uma grande parcela das pessoas da conversação pública. Como vimos, na esfera pública burguesa conceituada por Habermas, apenas homens que possuíam escolaridade e um nível econômico favorável faziam parte das discussões desenvolvidas nos cafés e *salons* daquele período.

Marx, segundo aponta Carreira da Silva (2001: 119), critica a esfera pública burguesa devido à economia política, que se "assentava no sistema econômico capitalista e no processo de valorização do capital que lhe subjaz". Assim, Marx identifica algumas contradições no conceito da esfera pública da sociedade civil burguesa do século XIX, como, por exemplo, a desigualdade de oportunidades no acesso ao espaço de discussão, e a legitimação do interesse burguês enquanto interesse universal (por isso outros cidadãos não tinham acesso à esta esfera). Em outras palavras, o Estado burguês como a esfera pública, enquanto seu princípio constitutivo, são meros artifícios ideológicos - aquilo que a esfera pública promete não pode ser conseguido enquanto subsistir a separação entre a sociedade civil e o Estado.

Na visão marxista, a classe burguesa tinha interesses privados que eram defendidos por meio da esfera pública. Em meados do século XIX, com o declínio da esfera pública burguesa, Marx previa que o acesso de outras classes sociais ao espaço de discussão colocasse em debate interesses que não eram apenas os da classe burguesa. Seria uma "esfera pública radicalmente democrática", de deliberação pública sobre uma forma de administração de todos os aspectos da vida social necessários à sua reprodução. Para isto seria necessário a socialização dos meios de produção.

"Uma vez atingido tal objetivo a esfera pública seria, então, capaz de cumprir aquilo que sempre prometera: a racionalização da dominação política, a dissolução do poder político em poder público" (Ibid).

Golding e Murdock (1991:18), neste sentido, criticam também o conceito habermasiano de esfera pública. Para os autores, esta concepção seria "idealizada", na medida em que a esfera pública de Habermas seria essencialmente burguesa e que a classe trabalhadora, mulheres e as minorias étnicas estavam excluídas deste processo. Mesmo com estas críticas, os autores acreditam que este conceito de esfera como espaço público cultural ajuda a elaborar formas alternativas de acesso aos conteúdos.

Sampedro Blanco (2000), baseado em diversos autores que se debruçaram sobre a esfera pública habermasiana, pontua cinco questões que colocam em cheque o funcionamento de um espaço de discussão como o concebido por Habermas. A primeira delas afirma que a esfera pública é utópica e que não consegue expressar a opinião de todos da sociedade, dentre outras coisas, porque nem todo mundo estaria interessado em dividir os seus argumentos. Além disto, a segunda questão levantada por Blanco tem a ver com o fato de que a esfera pública da burguesia excluía do debate as mulheres, os desprovidos de posses e os não letrados.

O terceiro ponto que serve de crítica à teoria habermasiana está relacionado ao fato de que as condições que originaram a esfera pública burguesa não correspondem com o contexto atual da sociedade. Os interesses e as opiniões individuais organizam-se em grupos que demandam representação na opinião pública. Contudo, ao invés de se concentrarem em grupos, os cidadãos deveriam buscar mecanismos capazes de dá-lhes acesso ao poder público (ou esfera pública institucional). Isto, hoje em dia, é cada vez mais possível por meio da Internet, como veremos logo no próximo capítulo.

A quarta questão apresentada por Sampedro Blanco aborda o diálogo baseado na racionalidade fria e explícita. Ou seja, o diálogo sem apelos emotivos ou vazio de argumentos. Contudo, o autor mostra que boa parte das conversações iniciam-se graças aos estímulos subjetivos que nos aproximam dos demais cidadãos, e que nos fazem presumir que seremos entendidos graças a um consenso básico e proximidade que temos dos outros indivíduos da sociedade. Além disto, destaca-se aqui também os discursos racionais que

dominam os meios de comunicação "sérios" (ou das "elites") e outras organizações. Enquanto que o discurso implícito e expressivo domina nos meios de comunicação populares e em várias organizações da sociedade civil. Em ambos espaços, conforme observa Blanco, muitos debates são legitimados, demonstrando que o princípio discursivo de Habermas é "reducionista".

O último ponto verificado diz respeito à Opinião Pública, da qual teremos uma definição no próximo tópico. Segundo Sampedro Blanco, é necessário pensar se é possível haver, e se é necessário que haja, um consenso resultante do debate da esfera pública. Para o autor, numa sociedade multicultural como as de hoje, principalmente, um consenso de opiniões é praticamente "inalcançável".

1.3 Sociedade Civil, conceitos de público e opinião pública

Para continuarmos a discussão teórica deste trabalho, vamos apresentar neste tópico uma série de conceitos que são estruturais para compreendermos a esfera pública e o seu desdobramento na sociedade, bem como o papel dos *media* neste processo, conforme será abordado no próximo tópico. Sendo assim, começamos por falar do conceito de sociedade civil, que foi bastante explorado por vários filósofos políticos ocidentais, tais como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci, dentre outros.

Mas dentre todos estes, vamos destacar, *a priori*, o pensamento de Hegel. Este autor destaca-se por ser o primeiro em reconhecer a sociedade civil por meio de suas organizações sociais - corporações, associações e comunidades - na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (Colas, 2002). Em suma, o reconhecimento da importância das associações que desempenham papel de mediadoras entre os cidadãos e o Estado, constitui o momento intermediário entre a família e o Estado.

Na contemporaneidade, a noção de sociedade civil mudou consideravelmente. Houve uma ruptura conceitual que, segundo Cohen e Arato (2001), vincula-se aos movimentos sociais e políticos democratizantes da

Europa do Leste, da Ásia e da América Latina. Expressões como "autonomia", "autogestão", "independência", "participação", "empowerment"², "direitos humanos", "cidadania", passaram a ser associadas ao conceito de sociedade civil. Não se trata mais de um sinônimo de sociedade, mas de uma maneira de pensá-la, de uma perspectiva ligada à noção de igualdade de direitos, autonomia, participação; enfim, os direitos civis, políticos e sociais da cidadania.

Em virtude disso, a sociedade civil tem que ser "organizada". O que era um estado natural nos filósofos contratualistas, ou uma condição da política moderna em Hegel e Marx, torna-se agora um objetivo para os ativistas sociais do 2º e do 3º Mundos: a sociedade civil tem que ser construída, reforçada, consolidada. Através do resgate desses pressupostos, Cohen e Arato elaboram um conceito de sociedade civil como indicador de um campo que, embora articulado e ameaçado pelas lógicas do Estado e do mercado, constitui-se como o espaço de expansão ou aprofundamento da democracia nos regimes liberais.

Os autores partem do modelo de diferenciação entre sistema e mundo da vida desenvolvido por Habermas, sistematizando um conjunto de pressupostos que permitem elevar a sociedade civil ao status de "esfera das virtudes democráticas". O conceito habermasiano de mundo da vida possui duas dimensões distintas que uma vez diferenciadas e esclarecidas, permitem-nos apontar o lugar exato da sociedade civil no modelo global. Por um lado, o mundo da vida refere-se a um reservatório de tradições implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e utilizados pelos indivíduos na sua vida cotidiana.

Por outro lado, o mundo da vida, de acordo com Habermas, contém três componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. Enquanto membros de uma sociedade, os indivíduos compartilham tradições, internalizando valores e desenvolvendo identidades individuais e sociais. Desenvolve-se, neste sentido, instituições responsáveis e especializadas na reprodução das culturas, tradições, identidades e solidariedades. Estas instituições correspondem à esfera da sociedade civil, e apresentam como

² Em tradução livre para o Português, "empoderamento".

característica básica uma práxis comunicativa voltada para o entendimento, diferente, portanto dos outros subsistemas.

Trata-se, nesta vertente teórica, de um conjunto de atores e instituições que se diferenciam dos partidos e outras instituições políticas (uma vez que não visam a conquista do poder), bem como dos agentes e instituições econômicas (não estão diretamente associados à competição no mercado). A sociedade civil configura-se como um campo de forças, um conjunto de relações não reguladas pelo Estado.

Pluralismo, autonomia, solidariedade e influências/impactos na esfera pública completam, portanto, o quadro de características desta concepção de sociedade civil moderna, que, identificando-se como modelo utópico auto-limitado, procura compatibilizar o núcleo normativo da teoria da democracia com as complexas e diferenciadas estruturas da modernidade.

É importante ressaltar aqui que o conceito de sociedade civil surgiu quando as distinções entre público e privado se tornaram cada vez mais perceptíveis, bem como a noção de poder público assumida pelo Estado. Hannah Arendt, em "The Human Condition" (1958: 50), caracteriza o espaço público e afirma que Público "significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (...)". Já aqui verificamos que este conceito é intrínseco à noção de *publicidade*, de discussão pública, que ganhou contornos ainda mais fortes a partir da era moderna.

Rodrigues (2007: 22) pontua o conceito de público a partir de duas concepções, que remontam o período greco-romano e a era moderna da civilização ocidental. A primeira delas é uma concepção adjetiva do termo. A partir da obra de Arendt, o autor observou que "é público o que não está reservado ao domínio privado, o que está aberto ao olhar, à circulação de todos". Neste sentido, na Grécia Antiga, o espaço público por excelência era representado pela ágora, onde eram tomadas as decisões relativas à vida coletiva e onde eram exercidos os direitos e deveres da cidadania.

Ainda nesta concepção de adjetivo, "público" poderia definir todos os sujeitos que tinham direito a exercer a cidadania (homens livres), além de alguns acontecimentos que tinham visibilidade e interesse coletivo naquela sociedade. Como se vê, o termo "público", apesar de ter-se desdobrado nas

sociedades modernas, desde a Grécia já era associado ao exercício da cidadania.

Rodrigues avança na sua análise de "público" e verifica a utilização do conceito substantivo do termo por D'Alembert, em 1751, para a apresentação da *Encyclopédie*. Aqui o público constitui-se como "instância crítica destinada a substituir as autoridades civil e eclesiástica. Esta designação foi, segundo este autor, um dos motivos pelos quais a obra foi condenada pelas autoridades daquela época (soberano e Igreja). É este pensamento que irá se expandir por meio do uso público da razão, inspirado por Kant, e logo resultará no Iluminismo.

Mas há muitas outras possibilidades para pensarmos o conceito de público. Barreiros (2012: 18) realça a ideia de que público diz respeito ao que é de interesse comum, de bem comum da sociedade e dos seus membros, que, por conseguinte, se opõem ao que é privado e particular. A partir desta formulação, o autor associa o termo à noção de Estado, instituição que garante aquilo que é de interesse da sociedade, e também o relaciona ao princípio da *publicidade*, "como publicitação", que mantém disponível publicamente, para permitir a visibilidade e o acesso ao conhecimento. Assim, público pode ser definido ainda pela "acessibilidade a informação que possibilite apreciação, crítica, debate e participação de qualquer cidadão".

Assim como Rodrigues (2007), Barreiros (*Idem*) destaca "público" como o "povo", ou os cidadãos, e também à noção de espaços públicos de encontro, deliberação, que a partir dos *media* passam a ser ainda mais diversificados. "Podem contemplar, entre outros, a praça pública, a rua, as coletividades, os cafés e salões (...), os programas e espaços de informação ou debate da televisão e demais *mass media*, os lugares de informação, sociabilidade e estar em comum no espaço virtual".

Dentre tantas concepções de "público", Splichal (1999 *apud* Barreiros, 2012: 18) diferencia cinco dimensões que segundo ele são principais:

(I) o/um público, entidade social coletiva específica (distinta de outras categorias sociais coletivas como massa ou multidão); (II) condição pública, que identifica a natureza específica de uma atividade ou lugar; (III) publicidade, que aponta para a condição pública de uma norma ou princípio, também considerada como direito humano universal fundamento da opinião pública e da soberania; (IV) esfera pública, que designa domínios, esferas ou espaços imaginados de

vida social, indicando também o espaço social entre Estado e sociedade civil, instância de integração social através do discurso público; (V) opinião pública, a quinta dimensão que articula a competência de opinar com as demais dimensões.

Segundo Calhoun (2005: 5), a noção de público assume um significado próprio: pelo modo de comunicação em "escala alargada" - baseada nos *mass media* e mais recentemente nos *media* bidirecionais; por uma "sociabilidade entre estranhos" que possibilita proximidade, conexão e ação conjunta entre as pessoas que se desconhecem, sem afinidades prévias, muitas vezes nunca chegando sequer a conhecer-se ou encontrar-se pessoalmente.

É por meio deste autor também que introduzimos aqui o conceito de opinião pública, que tende a ser considerada em dois sentidos diferentes: "opinião pública como a soma de diferentes opiniões privadas, à maneira de muitas sondagens, e como um entendimento formado em deliberação"³ (*Idem*). A opinião pública surge da sociedade civil, que discute proposições por meio da esfera pública.

Sampedro Blanco (2000: 20) considerando que a opinião pública, as urnas, os *media* e as sondagens têm grande importância nas sociedades democráticas, visto que são instrumentos que possibilitam saber e legitimar os interesses dos cidadãos. Estes são levados em conta pelo Estado, "ou deveriam ser", ressalta o autor. A partir disto, Sampedro acrescenta que a opinião pública deve ser entendida por meio de duas definições distintas: opinião pública agregada e opinião pública discursiva.

A primeira definição tem a ver com o resultado de sondagens, votações e pesquisa, por meio das quais é possível ter uma noção sobre a opinião dos cidadãos. Já a segunda, a opinião pública discursiva, está relacionada ao processo de deliberação e debate público, caracterizado pela esfera pública. Os diálogos e debates que os cidadãos mantêm durante uma campanha eleitoral, por exemplo, serão alimentados pelas informações transmitidas pelos *media*. Este processo, do debate entre os cidadãos, irá "cristalizar" de forma agregada a opinião da sociedade quando são divulgadas sondagens ou o resultado da votação. Sampedro Blanco destaca ainda que a opinião pública agregada sempre levará em consideração a maioria, enquanto que a opinião pública

³ Tradução livre do autor desta dissertação

discursiva é mais ampla, no sentido de considerar vários argumentos e opiniões ao longo da conversação na sociedade.

De acordo com Blumer (1978), nem sempre a opinião pública, que surge no curso da discussão, representa uma opinião unânime, tão pouco é a opinião da maioria. Nem sempre todas as pessoas estarão de acordo sobre um determinado assunto e uma única decisão talvez nunca chegue a existir. O importante é que as pessoas estejam abertas para ouvir e deliberar sobre um tema, para que assim exista um processo de discussão, com argumentos e contra-argumentos, e assim haja a circulação de argumentos.

Sendo um produto coletivo, a opinião pública representa o público como um todo, da forma como vem sendo mobilizado para agir naquela questão, e nesse sentido possibilita a ação em conjunto que não está necessariamente baseada em consenso, em uma relação determinada ou no alinhamento de escolhas individuais. A opinião pública está sempre se dirigindo para uma decisão, mesmo que essa decisão nunca chegue a ser unânime (Blumer, 1978: 184).

Barreiros (2012: 19) chama-nos atenção para o fato de que, no contexto das democracias liberais, com início na era moderna, os conceitos de "publicidade", "público", "opinião pública" e "esfera pública" assumem relevo particular e significado próprio. "Surgem, simultaneamente, como dimensões associadas à legitimação do sistema político e da governação, e modo de entender a cidadania e a vivência em comum entre membros de comunidades políticas".

De acordo com o autor, todos estes conceitos estão relacionado à ideia de "aproximação", "encontro", "partilha" e "debate" entre os cidadãos, que vivem com direitos e deveres iguais, "na criação de laços comuns de reciprocidade e solidariedade entre sujeitos com identidades específicas que, na conjugação de diferenças, potenciam a participação cívica e a ação política no quadro de processos de deliberação conjunta". E os *media* possuem papel preponderante neste aspecto, pois serão os responsáveis por garantir a circulação de informações e conteúdos que ajudarão a sociedade civil a estabelecer os seus debates e agendas políticas.

1.4 Os *media*, a esfera pública e a democracia

A esfera pública não é uma instituição e nem se constitui como um sistema, pois ela não possui uma estrutura normativa e nem física. Ela consiste em uma rede de comunicação, caracterizada através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis, onde as pessoas debatem sobre diversos temas e buscam soluções para os problemas em questão.

É importante destacar que os indivíduos que discutem sobre um determinado tema não precisam necessariamente estar juntos fisicamente, principalmente se pensarmos nas possibilidades de comunicação oferecidas atualmente pelos novos *media*, situação que motivou a realização deste estudo, e que será abordada no capítulo seguinte. De qualquer forma, os *media*, de um modo geral, funcionam como um espaço onde circulam informações e todos podem se comunicar sem estarem juntos ou presentes em um espaço físico.

Na perspectiva de Habermas (2003: 93), a esfera pública é uma espécie de “caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco”. Trata-se de um local de comunicação e deliberação, que deve abraçar as inquietações individuais, aglutinar pessoas e promover um debate de qualidade sobre temas de interesse público, e colocar tal questão para as autoridades estatais, responsáveis em solucionar o problema apresentado pelos indivíduos. Além de ser esta “caixa de ressonância”, para Habermas, a esfera pública é o lugar em que os indivíduos não se restringem a observar-se mutuamente, mas procuram se informar e argumentar de forma igual e respeitosa, por meio da linguagem, do diálogo, em prol do fortalecimento do processo de formação e divulgação de suas opiniões:

A esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade. [Na perspectiva democrática] a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identifica-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz (Habermas, 2003: 91)

O autor defende o agir comunicativo, que faz parte dos direitos fundamentais da sociedade, creditando a este conceito função vital para que

haja na população indivíduos críticos e conscientes dos acontecimentos sociais. Assim, ele diz que:

Quanto mais se prejudica a força socializadora do agir comunicativo, sufocando a fagulha da liberdade comunicativa nos domínios da vida privada, tanto mais fácil se torna formar uma massa de atores isolados e alienados entre si, fiscalizáveis e mobilizáveis plebiscitariamente. (Habermas, 2003: 102)

Retomando o conceito de público que apresentamos no tópico anterior, que tem a ver com a ideia de "publicidade", Arendt (1958: 51) assegura que a percepção humana da realidade "depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública". A autora indica uma outra componente fundamental do conceito de espaço público, ao defender que a realidade do domínio público se baseia na presença simultânea de inumeráveis perspectivas e aspectos sob os quais o mundo comum se apresenta.

Mesmo que o "mundo comum" seja o local onde todos os cidadãos se encontram, os homens aparecem nele em diferentes localizações. Só quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, de modo que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, é que a realidade do mundo pode se manifestar de maneira real e fidedigna.

Na ótica da filósofa, ao mesmo tempo que a esfera pública pode se configurar neste espaço de "publicidade" e circulação de argumentos, poderá

não sobreviver à realidade do movimento que lhe deu origem, mas desaparecer não só com a dispersão dos homens - como no caso de grandes catástrofes que destroem o corpo político -, mas também com o desaparecimento ou suspensão das próprias atividades. Onde quer que os homens se reúnam, esse espaço existe potencialmente; mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre (Arendt, 1958: 200).

Isto é, a esfera pública depende desta mobilização entre cidadãos que discutem as questões de interesse, pois caso não haja esta mobilização de argumentos dificilmente uma causa social se sustentará na sociedade.

Liberdade, democracia e cidadania são, no ponto de vista de Calhoun (2005), bens públicos que dependem de informação e comunicação. Para este autor, se os cidadãos têm poder real, de fato, eles são capazes de escolher coletivamente instituições e não só as políticas de participação na criação da

ordem social em que vivem, em vez de simplesmente aceitar o que é ditado pela história, a necessidade material, os mercados, ou quem está no poder. Logo, a democracia e a cidadania subtendem um espaço de comunicação aberta e plural. A comunicação e a informação são cruciais para capacitar os cidadãos para as suas escolhas democráticas.

Os cidadãos precisam de poder comunicar uns com os outros. Também precisam de poder aceder à informação relevante (...). Assegurar a viabilidade do desempenho democrático adequado dos meios de informação e comunicação constitui requisito vital da democracia (Calhoun, 2005: 4).

O autor preocupa-se em afirmar que a esfera pública, ao contrário do que alguns autores preconizam, é singular no sentido de ser um espaço comum de deliberação, e o fato de possuir vários públicos e opiniões circulando não torna a esfera pública um espaço fragmentado.

A Sociedade Civil, na perspectiva habermasiana, é um “sistema de alarme” sensível aos seus problemas e capaz de colocá-los em discussão. Os problemas podem surgir em âmbito privado, mas, quando discutidos em sociedade, casos semelhantes podem ajudar a confrontar os fatos e, assim, algo seja feito para que se resolva. O debate pode ocorrer em diferentes níveis de esfera pública, segundo a tipologia concebida pelo próprio autor, que cita as esferas públicas episódica, organizada, abstrata e especializadas. Para a nossa discussão, a que mais interessa é a abstrata.

Habermas (2003) fala da abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública, que, de acordo com ele, ainda está muito ligada aos espaços concretos de um público presente. Contudo, o autor diz que quanto mais esta presença física se desliga do conceito de esfera pública, mais são levadas em conta discussões mediadas pelos veículos de comunicação. Desta maneira, a perspectiva habermasiana considera os meios de comunicação como atores importantes no espaço público, capazes de articular a participação de indivíduos em um mesmo debate. Nesta perspectiva, o autor diz que esses meios de comunicação têm a capacidade de libertar o processo comunicativo do localismo. O que

permite que esferas públicas venham emergir, através do estabelecimento da simultaneidade abstrata de uma rede de conteúdos

de comunicação virtualmente presente, conteúdos esses bastante remotos em tempo e espaço e, também, através da possibilidade de disponibilizar mensagens para vários contextos (Habermas, 2003: 390).

Habermas, aqui, não se referiu especificamente à Internet, mas talvez o conceito de esfera pública abstrata acolha melhor as trocas virtuais dos novos *media*, como um grande fórum de deliberação pública, tal como veremos no capítulo seguinte.

Este debate promovido pelos *media* possibilita a problematização de assuntos corriqueiros em busca de soluções. Trata-se da criação de um espaço para publicidade, isto é, visibilidade, dos assuntos públicos. Ao problematizá-los, os meios de comunicação cumprem seu papel de refletir sobre os acontecimentos sociais. Segundo Maia (2002:49),

a publicidade cria um espaço para a deliberação. Somente quando os atos, as intenções ou os planos podem ser conhecidos tem-se a possibilidade de gerar um processo dialógico de troca de razões com o objetivo de solucionar situações problemáticas.

Segundo Santiago e Maia (2005), para que um debate venha a ter grandes proporções nas sociedades complexas, é necessário existir visibilidade, gerada pelos *media* de forma massiva. Para os autores, “aquilo que é tornado ‘público’ pela mídia atinge uma audiência ilimitada, espaço-temporalmente dispersa, e promove múltiplos caminhos para a conversação cívica”. Dessa forma, não é difícil pensarmos no poder que os *media* possuem para a promoção de debates importantes. De acordo com Santiago e Maia (*Idem*), o jornalismo tem o poder de tornar visível as questões de interesse público, de forma crítica, ajudando na transformação da realidade.

Os *media* funcionam como um fórum para o debate cívico, que ocorre na esfera pública. Neste espaço, o processo deliberativo acontece de forma indireta, ou seja, não se estrutura por exposições de argumentos e contra-argumentos apresentados de uma única vez. O debate, de acordo com Maia (2006), é um processo a longo prazo, que requer que os falantes considerem as opiniões e preocupações uns dos outros, que busquem sustentar suas posições através de justificativas e procedimentos demonstrativos e, ainda, que haja um grau de respostas recíprocas, sem uso de coerções. Os debates dentro do espaço de visibilidade mediática apresentam graus variados dessas condições.

Os *media* retiram o processo comunicativo de contextos específicos e, diferentemente das interações simples, do tipo face a face, criam um tipo peculiar de audiência: um público não simultâneo de ouvintes, leitores, telespectadores e internautas. Ou seja, o debate criado por meio dos *media* sobre um determinado assunto tem a capacidade de envolver diversas pessoas, de diversas regiões de um país e até do mundo, sem que estas precisem estar conectadas fisicamente. E isto se torna cada vez mais possível com o avanço da *web* e dos novos *media*. Entretanto, é importante ressaltar que nem todo mundo tem acesso a estes mecanismos, sejam dos *media* tradicionais ou da Internet, como veremos mais à frente.

Para avançarmos na questão da publicidade dos debates públicos, é importante pensar sobre esta conquista de visibilidade através da agenda dos *media*. Nem todas as questões suscitadas pela sociedade civil ganham eco nos espaços mediáticos, o que, como já verificamos, dificulta o processo de legitimação e amplificação do debate.

A partir desta perspectiva, a sociedade civil precisa se organizar. Isto é, das discussões articuladas pelos organismos da sociedade civil resultarão opiniões públicas que podem ser legitimadas por meio da agenda mediática e logo influenciar o sistema político. Apesar de possuir o poder de influenciar, a sociedade não tem poder administrativo.

Segundo Habermas (1997: 105), “a sociedade só pode transformar-se a si mesma; porém ela pode influir indiretamente na autotransformação do sistema político constituído como um Estado de direito”. A sociedade, o Estado e a esfera pública possuem uma relação entre si. A sociedade possui o poder comunicativo, o Estado o poder administrativo, e a esfera pública funciona como o espaço onde ocorrem os diversos debates e processos de deliberação da sociedade civil. Ou seja, a sociedade, através da esfera pública, pressiona o Estado sobre suas escolhas e o Estado legitima estas decisões.

Entretanto, esta relação só é possível quando as pessoas se sentem aptas a intervir na política. Held (1987) afirma que isso só acontece a partir do momento em que elas possuem autonomia, razão autoconsciente para analisar, debater e julgar. Caso isso não aconteça as pessoas irão se tornar apáticas, ou seja, não serão capazes de influenciar no debate, já que seus argumentos não serão sustentáveis ou até mesmo não existirão. É necessário

abrir a discussão com o maior número de pessoas possível, de forma que todas participem do debate e se informem, tornando assim seus argumentos cada vez mais fortes e capazes de influenciar.

A “autonomia” conota a capacidade dos seres humanos de razão auto-consciente, de serem auto-reflexivos e auto-determinantes. Ela envolve a capacidade de deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com diferentes linhas de ação tanto na vida privada como na pública (Held, 1987: 244).

De acordo com Maia (2006), a construção de um “nós” e a ação coletiva, próprias das associações, são quase sempre imprescindíveis para dar acesso à esfera pública e conquistar capacidades deliberativas, como a habilidade de articular os interesses e as demandas em uma linguagem pública, não só compreensível para os outros, mas também capaz de suscitar uma escuta efetiva e de convocar as respostas dos demais.

O público que participa das discussões compõe-se em geral de grupos de interesse e de um conjunto de desinteressados e desvinculados que, por sua vez, acabam se tornando o juiz nas discussões. Cabe aos grupos de interesse defender com os melhores argumentos suas ideias e, dessa forma, fazer com que os indecisos sobre um tema venham a ter alguma opinião.

Mas nem sempre a esfera pública funciona a favor da sociedade civil. Algumas pessoas acabam utilizando este espaço para seus próprios interesses. Ele afirma que a discussão só é possível quando todos os participantes do debate estão dispostos a convencer e serem convencidos sobre um determinado assunto, com base em argumentos publicamente aceitáveis, que podem favorecer uns e prejudicar outros.

A esfera pública é um âmbito da vida social protegido, em princípio, de influências não-comunicativas e não-rationais, tais como poder, o dinheiro ou as hierarquias sociais. A *argumentação pública* que nela se realiza constringe, por princípio, os parceiros do debate a aceitar como única autoridade aquele que emerge do melhor argumento (Gomes e Maia, 2008: 36).

Para Gomes e Maia (2008), a opinião pública formada a partir das discussões precisa se tornar visível por meio dos *media*. Sem essa visibilidade, é impossível pressionar a política. Segundo o autor, não basta somente discutir

um determinado assunto, como acredita Habermas; é necessário tornar a questão visível, para que assim o sistema político se sinta pressionado.

Lippmann (1922 *apud* Barreiros, 2012: 23), a partir do seu trabalho em *Public Opinion*, constrói uma visão negativa dos cidadãos, afirmando que o público não se interessa muito pelos assuntos políticos e pela participação no processo deliberativo, "não possuindo competências e disponibilidade para tal". Barreiros cita outros trabalhos de Lippmann, como *The Phantom Public*, no qual o autor retoma a temática e discute como a opinião pública foi manipulada pela propaganda durante a I Guerra Mundial. Assim, Lippmann defende a ideia de que a participação dos cidadãos como fundamento da democracia é um mito.

Para combater esta visão negativa construída em volta do público, Dewey (1927) ressalta a necessidade de valorizar o público enquanto unidade política. Com isto, Dewey reforça a importância de se promover a comunicação precisamente para firmar as relações entre os membros da sociedade, que se estiverem unidos podem potencializar suas intenções. O essencial da democracia está na igualdade política e na genuína participação de todos os cidadãos no processo deliberativo.

Nesta perspectiva, John Dewey também alerta para a relevância da "publicidade" como um dos pilares da democracia, pois segundo o autor garante a circulação de conteúdos, bem como a divulgação de atrações e decisões políticas, o que oferece a possibilidade de intervenção de todos os interessados. Só considerando estes aspectos poderá ser assegurada a democracia.

Thompson (1995) analisa o papel dos *media* na manutenção da democracia e sublinha que no contexto das sociedades contemporâneas um regime democrático só é possível graças ao contributo dos meios de comunicação e dos modos de informação e interação que proporcionam:

nas condições atuais das sociedades modernas, a democracia deliberativa será, de forma significativa, uma democracia mediatizada, no sentido em que os processos de deliberação dependem das instituições mediáticas, como meios de informação e como meios de expressão (Thompson, 1995: 257).

Como vimos, para Maia (2006), os *media*, entendidos como um

ambiente no qual acontecem trocas, negociações e disputas simbólicas, ocupam importante espaço para dar visibilidade às questões sociais e políticas. Ou seja, ao tornar visível problemas enfrentados pela sociedade, a imprensa é capaz de transformar um fato isolado em um problema público, com importância suficiente para ser debatido por diferentes esferas, inclusive a parlamentar, podendo alterar a legislação, com possibilidade de reflexos diretos na realidade.

A autora afirma que a esfera de visibilidade midiática “fornece um vasto e profícuo campo para explorar os conflitos e as tensões existentes entre os indivíduos e grupos, [...] para redefinir as fronteiras entre o público e o privado, para proteger ou desafiar culturas e práticas, identidades e valores” (Maia, 2006: 93).

A visibilidade midiática contribui para fazer avançar a generalização do debate, interferindo no entendimento coletivo dos problemas. Logo, o debate público suscitado pelos *media* e sustentado pela sociedade civil pode criar uma expectativa racional para a responsabilidade dos representantes, que se veem sob a pressão de estabelecer compromissos e novas políticas, que são mais amplamente justificáveis do que poderiam ser em outras circunstâncias.

Neste sentido, os *media*, além de proporcionarem o debate sobre determinado tema de interesse social, têm a função de pressionar os governos para tomadas de decisões. De acordo com Maia (2006), este processo, designado *accountability*⁴, acarreta aos representantes políticos a obrigação de responder aos cidadãos sobre determinados assuntos, dando um parecer sobre casos em questão e prestando conta publicamente de seus atos e decisões. Assim, “o jornalismo investigativo quebra o silêncio oficial sobre questões problemáticas e obriga as partes envolvidas a se expressarem.” (*Ibid*: 14).

Lévy (2002), que se concentra no estudo do espaço público a partir dos novos *media*, como veremos mais adiante, também sublinhou a importância dos meios de comunicação na democracia, na divulgação de informações públicas:

⁴ A ideia que mais se aproxima do termo *accountability* refere-se à "prestação de contas".

Certas mudanças políticas só se tornam possíveis - pensáveis até - pela via da existência de *media* apropriados (...). A imprensa, a fotografia, o cinema, o telefone, a rádio e televisão, o todo acompanhado pelo desenvolvimento da instrução pública e da facilidade dos transportes destes dois últimos séculos, tornaram o mundo mais visível, mais audível, mais acessível, mais transparente (Lévy, 2002: 36).

O jornalismo é um dos principais atores capazes de gerar *accountability*, pelo fato de monitorar e tornar públicas as ações e atitudes do governo e de organizações sociais do setor privado. Os *media* tornam visível ao público o discurso dos atores sociais, gerando troca de pontos de vista e confrontos entre os envolvidos. Todavia, nem sempre o discurso é aberto, pois há interesses particulares em jogo.

Repórteres buscam descobrir práticas de corrupção, escândalo e falhas, desafiando autoridades e, assim, guardando o interesse público. Claro que há interesses que os levam a esconder certas ações que seriam inaceitáveis, mas a diversidade de veículos, o fato de não haver uma lógica ordenadora por trás deles e a existência de atores a quem interessa que certos segredos venham a público garantem uma vigilância até certo ponto eficiente (Mendonça, 2006: 30).

Os *media* são uma importante ferramenta no processo democrático de debate público, já que são um espaço em que podem ocorrer trocas de argumentos sobre assuntos de interesses da sociedade. Dessa forma, não se pode desvincular o processo de *accountability* do exercício de discussão promovido pelos meios de comunicação. Esse tipo de debate democrático consiste no esclarecimento e justificativa dos representantes políticos para a sociedade sobre o que é feito na esfera parlamentar, a fim de que ao público sejam dadas respostas convincentes de suas dúvidas e questões.

De acordo com Maia (2006), “na sociedade contemporânea de larga escala, os meios de comunicação são importantes para tornar visível o processo de *accountability*, a fim de que ele seja reconhecido e apreciado pelos cidadãos comuns”. Nesse processo, os *media* entram com o papel de dar “publicidade” aos discursos dos atores sociais burocráticos, podendo promover a troca de argumento entre diversos setores da sociedade sobre determinado assunto.

CAPÍTULO 2: Internet, novos *media* e esfera pública

A comunicação humana tem passado por uma profunda transformação desde o surgimento das primeiras tecnologias que permitiram a reprodução, difusão e ampliação das mensagens e interação entre os indivíduos. Mas foi a partir da Internet que esta transformação se acelerou ainda mais, reconfigurando a noção de espaço público e, falando dos *media*, descentralizando o processo comunicacional.

Uma nova esfera pública surge agora no meio digital, oferecendo aos cidadãos infinitas possibilidades para a produção e reprodução de conteúdos, assim como a estruturação do debate acerca das questões de interesse social. Ainda assim, é preciso alguns avanços para vislumbrarmos este espaço e discussão na rede. Devemos pensar que o fato de muitos não terem acesso aos equipamentos de informática, ou acesso a uma conexão à *web*, ou capacidade de operar estes meios, deixará uma parcela da população excluída deste espaço.

Neste segundo capítulo, apoiados em diversos estudos do espaço público, novos *media* e Internet, exploraremos os contributos que a rede trouxe para a sociedade. É preciso compreender agora como a esfera pública de discussão está a ser configurada e de que forma os atores sociais podem se apropriar destas inovações tecnológicas e se posicionar neste espaço.

2.1 Do jornal para os *media* digitais: a convergência mediática

A Internet tornou possível o surgimento de um "novo e emergente modelo de comunicação" (Cardoso, 2009), que está relacionado à noção de "rede", e já não mais de "massa", apesar de chegar a um número infinito de pessoas. Este novo modelo é responsável pela articulação dos diferentes *media*, que formataram, também, a comunicação de massa, e agora, com a rede, produzem novos formatos de comunicação. Segundo Cardoso, este novo modelo é marcado pela capacidade dos processos de globalização comunicacional mundiais, "juntamente com a ligação em rede entre *media* de

massa e *media* interpessoais e, em consequência, pelo aparecimento da mediação em rede".

Considerando este novo modelo de comunicação em rede, os *media* tradicionais passaram a convergir para o espaço digital, criando novos canais de comunicação com o público e permitindo formas de interação que até então eram quase impossíveis sem a Internet. Boa parte desta mudança se deve aos novos modelos de negócio que surgiram com o *online*. Principalmente no caso do jornal impresso, o modelo baseado nas receitas de publicidade e na compra pelo leitor já foi extinto em muitos lugares.

O jornal enquanto empresa, local de trabalho e modelo jornalístico baseado apenas na escrita e na fotografia terminou, ou melhor, não terminou ainda, mas encontra-se num processo de mutação, que nos fará olhar para este momento atual como um início de ruptura (Cardoso, 2009: 44).

Por isso, a cultura da convergência se instalou nas empresas de *media* tradicionais, obrigando-as a assumir uma nova cultura organizacional, segundo observou Cardoso. Os jornais passaram a desenvolver um papel de agência noticiosa na Internet, com conteúdos diversos, atualizados constantemente, e produzidos para serem distribuídos através das novas tecnologias, por meio dos canais que o veículo tiver na rede.

Além da diversidade de conteúdos e a constante atualização, outra característica dos conteúdos produzidos pelos *media* tradicionais convergidos na *web* é a multimedialidade. Os jornais, que antes da Internet tinham a sua base de conteúdo registrada por meio da escrita e da fotografia, com a convergência para a rede, têm de produzir conteúdos em vídeo, áudio, infográficos etc.

O jornal, para renascer enquanto *agência de notícias de integração vertical* e multimédia, terá de dar notícias diferentes (ou seja, terá de dizer coisas diferentes das que já sabemos, ou proceder à introdução de dinâmicas de aprofundamento, de actualização e de contextualização - e tudo isso à base de infografia, do som, do texto, do vídeo, etc.) (*Idem*: 45).

Ou seja, o jornal na Internet assume conteúdos que até então eram produzidos apenas pelos *media* tradicionais, mas as características da rede o fizeram assumir conteúdos multimédia para serem distribuídos nas diversas

plataformas e tecnologias *online* do meio de comunicação. "A convergência tecnológica significa novas formas de combinação entre os meios comunicação" (Silva, 2009: 56).

Castells (2011: 101) também ressalta a convergência tecnológica ao falar das alterações na estrutura dos *media* tradicionais, quando eles assumem características da rede para produzir e difundir conteúdos. Os jornais, dessa forma, transformaram-se em organizações conectadas com outras redes globalmente. As redações dos meios impressos, das emissoras de TV e de rádio mudaram com a digitalização da notícia e o incessante processamento global-local da Internet. Assim, o autor cita também o fato de os meios de comunicação utilizarem canais dos novos *media* para atrair esta nova audiência que nasce com a digitalização da comunicação. Castells cita como exemplo as redes de TV CNN e Al Jazeera, que passaram a manter um canal cada uma no YouTube para conseguir novas audiências e conectar cidadãos que vivem na diáspora.

No entendimento de Silva, a convergência representa o "duplo jogo entre meios que aproveitam várias plataformas de distribuição/difusão e receptores que se servem de um único ou de poucos suportes para acederem a diferentes meios". Sendo assim, o cidadão tem por meio da Internet e de um único dispositivo (computador, *smartphone*, *tablet* etc) acesso aos *media* tradicionais (imprensa escrita, rádio e televisão) e, ao mesmo tempo, contato regulamente com outros meios de obtenção e troca de informação e de formação de opinião, como os portais de notícia, salas de bate-papo, blogues e redes sociais.

Estas ferramentas ampliam o leque de possibilidades de organização pessoal ou grupal dos consumos de *media*, da sua portabilidade e da interação com eles. Ao passo que, por parte dos meios de comunicação, multiplicam-se as plataformas de circulação, os suportes tecnológicos e os modos de contato possíveis com os respectivos públicos. A partir disto, é interessante observar como um novo espaço de discussão e reverberação da opinião pública é desenvolvido.

Com uma visão mais centrada na cultura e nas transformações trazidas pelas novas tecnologias, Jenkins (2009: 27) afirma que a convergência pode ser representada pelo fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de

media, pela cooperação entre múltiplos mercados mediáticos e pelo comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que buscam cada vez mais novas experiências de entretenimento e informação. Nas palavras do autor de "Cultura da Convergência", "convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais".

Os mercados mediáticos, no entendimento de Jenkins, estão passando por uma mudança de paradigma desde o fim do século passado. No início, o que dominava os discursos sobre o futuro dos *media* era uma "retórica da revolução digital". Desde as primeiras inovações tecnológicas, nos anos 1990, especula-se que os novos meios de comunicação eliminariam os antigos, e que a Internet substituiria a radiodifusão e que tudo isso possibilitaria os consumidores acessar mais facilmente o conteúdo que mais lhes interessasse. A visão um tanto quanto pessimista desta mudança de paradigma, que acabaria com os *media* tradicionais, segundo Jenkins, ficou para trás depois que o emergente paradigma da convergência mediática comprovou que os novos e os antigos *media* irão interagir cada vez mais de forma complexa por meio das plataformas e canais digitais.

Em "Technologies of Freedom", Pool (1983: 23) delineou o conceito de convergência e logo percebeu que "no passado um serviço que era oferecido por um único meio, agora pode ser oferecido de várias formas físicas diferentes. Assim a relação um a um que existia entre um meio de comunicação e seu uso está se corroendo". Ou seja, a partir deste processo de convergência, os meios de comunicação deixam de ter funções e mercados diferentes, passando a produzir de forma integrada. Mais do que isso, Pool já previa a descentralização do poder dos *media*, e a participação dos consumidores no processo mediático.

Fomenta-se a liberdade quando os meios de comunicação estão dispersos, descentralizados e facilmente disponíveis, como são as impressoras ou os microcomputadores. O controle central é mais provável quando os meios de comunicação estão concentrados, monopolizados e escassos, como nas grandes redes (Pool, 1983: 5).

As novas tecnologias de informação, de acordo com Jenkins, derrubaram os muros que separavam os diferentes meios de comunicação. A

partir dos novos *media* o mesmo conteúdo pode fluir por várias plataformas diferentes e assumir formatos distintos no ponto de recepção. O autor faz uma ressalva importante sobre a convergência mediática: trata-se da diferença entre meios de comunicação e tecnologias de distribuição (*smartphone, tablet, computador*).

Resgatamos aquela ideia de "revolução digital", que trazia uma visão apocalíptica sobre o futuro dos *media* tradicionais, e percebemos que as novas tecnologias estão alterando o modo de formatação e distribuição de conteúdos. "Tecnologias de distribuição vêm e vão o tempo todo, mas os meios de comunicação persistem como camadas dentro de um estrato de entretenimento e informação cada vez mais complicado" (Jenkins, 2009: 41). O autor conclui que

o conteúdo pode mudar, o público pode mudar, o seu status social pode subir ou cair (...), mas uma vez que um meio se estabelece, ao satisfazer alguma demanda humana essencial, ele continua a funcionar dentro de um sistema maior de opções de comunicação (*Idem*).

A convergência mediática é uma componente importante para compreendermos a configuração do espaço público contemporâneo. Jenkins chama atenção para o fato de que, segundo o seu ponto de vista, a convergência vai além do processo tecnológico, que une múltiplas funções em um mesmo aparelho ou plataforma. Em vez disso, o autor afirma que a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos mediáticos dispersos. O processo de convergência mediática não ocorre apenas por meio dos aparelhos, "por mais sofisticados que venham a ser", mas "dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com os outros" (*Ibid*: 30).

Nesta perspectiva, Jenkins, a partir de Pierre Lévy, trabalha o conceito de "inteligência coletiva" que surgiu por meio dos novos *media*, e conseqüentemente com a convergência. Este conceito apresenta-nos uma concepção de que o conhecimento é construído em conjunto, e que segundo Lévy, como veremos mais adiante, estaria substituindo a ideia de opinião pública. Conforme Jenkins pontua, "nenhum de nós pode saber tudo; cada um

de nós sabe alguma coisa; e podemos juntar as peças, se associarmos nossos recursos e unirmos nossas habilidades".

O processo de convergência mediática, como vimos, pode ser percebido de diferentes perspectivas. As empresas jornalísticas precisam se adequar à esta nova realidade digital, criando novas plataformas de difusão de conteúdos. Conforme estes canais sejam criados, uma nova lógica de produção difusão de informação passa a ser exercida. A tudo isto se junta a interação que os cidadãos passam a ter com estes conteúdos. Para além desta interação, os indivíduos criam novas relações sociais por meio destes canais e passam também a ocupar o espaço público com conteúdos próprios, deixando de ser consumidores passivos dos *media*.

Jenkins (2009: 51) conclui que a convergência representa uma mudança no modo como encaramos nossas relações com os meios de comunicação. De acordo com o autor, esta alteração de paradigma está ocorrendo primeiramente no campo da cultura e do entretenimento, mas as habilidades adquiridas neste processo terão implicações no modo como aprendemos, trabalhamos, participamos dos processos políticos e nos conectamos com outros cidadãos ao redor do mundo. A convergência mediática reconfigura o espaço público e oferece a possibilidade de os cidadãos participarem do processo comunicativo, produzindo, compartilhando e discutindo conteúdos e questões de interesse social.

2.2 Internet e as configurações do novo espaço público

A Internet e os aparatos tecnológicos, desde o fim dos anos 80 do século XX, transformaram-se em uma ferramenta de emancipação individual com a qual o Homem poderia "dominar o tempo e o espaço" (Wolton, 2000: 77). Para Wolton, três características seriam importantes para o sucesso da rede: autonomia, domínio e rapidez. A partir delas, cada indivíduo tem o poder de "agir sem intermediários, quando quiser, sem filtro e nem hierarquia e, o que é mais importante, em tempo real".

Este sentimento de emancipação, na visão de Lévy (2002), pode ser interpretado como a liberdade de comunicação oferecida pela Internet e os

novos *media*. Em *Ciberdemocracia* o autor faz uma comparação dos períodos da história em que as sociedades estiveram ilhadas pela não circulação de informação, assim como nas ditaduras, nas quais o fluxo de conteúdos depende dos seus dirigentes. Lévy fala que a capacidade de comunicar e de circular tem uma estreita relação com o desenvolvimento da liberdade.

Este é o pano de fundo do novo espaço público que passou a ser configurado a partir do avanço das telecomunicações e das tecnologias digitais, em especial a rede mundial de computadores, a Internet. "Mais comunicação implicará mais liberdade. No século que começa, não é somente o ciberespaço que irá crescer, será também a ciberdemocracia" (Lévy, 2002: 23).

A nova configuração do espaço público é destacada por Lévy quando o autor pontua o desenvolvimento da comunicação humana através da escrita, assim como o surgimento dos livros, logo após o nascimento da imprensa, fez florescer uma nova era, onde os conteúdos passariam a circular cada vez mais na sociedade.

O surgimento destes avanços "permitiu a edificação dos Estados-nação" e das opiniões nacionais, "graças a uma esfera pública inicialmente estruturada pelos jornais e, depois, pela rádio e pela televisão" (*Ibid*: 29).

Mais recentemente, a opinião pública tem ganhado características cada vez mais globais. Como já vimos anteriormente, o advento da rede, que integra todos os outros *media* anteriores num meio de comunicação muito mais interativo e original, leva ao nascimento deste novo espaço público. De acordo com o autor de *Ciberdemocracia*, este novo espaço redefine radicalmente as condições de governação e novas formas de ação política.

A emergência da Internet, nomeadamente o "ciberespaço" alterou de forma substancial a conversação coletiva na sociedade, por meio da qual se elucidam ideias e se distribuem opiniões. Neste processo, como já vimos, os *media* têm papel fundamental. Contudo, este papel é alterado nesta nova configuração do espaço público. Lévy considera que estas transformações podem ser analisadas a partir de três grandes linhas de desenvolvimento: (I) o declínio do carácter territorial dos *media* e a sua crescente dependência face a comunidades virtuais; (II) a convergência entre suportes mediáticos; (III) o crescente empoderamento mediático dos atores sociais a partir dos novos *media*.

Dentro desta nova realidade informacional, relativamente a primeira linha, o autor diz que os meios de comunicação estão, efetivamente, "desterritorializados", pois já não estão ligados a uma zona geográfica, mas, sim, a uma comunidade de ouvintes, leitores e/ou espectadores que podem estar dispersos por todo o mundo. A segunda linha de análise tem a ver com o tópico anterior deste capítulo, a convergência mediática. A ideia de distinção entre os antigos suportes mediáticos está fadada ao desaparecimento progressivo, na medida em que estes *media* tradicionais atualmente estão convergindo para a rede e assumindo novas características e dinâmicas de produção e de difusão de conteúdos.

Dentro desta perspectiva, Lévy (2002: 50) chama-nos a atenção para o fato de que a relação com a vida pública está sendo profundamente alterada devido a esta nova dinâmica de interação.

O internauta convoca a imagem dos agentes sociais conforme a sua conveniência. (...) Já não são os agentes da vida pública que entram na nossa vida privada por intermédio da televisão. Pelo contrário, é pela nossa iniciativa que são convocados ao ecrã do computador.

A terceira linha de análise proposta por Pierre Lévy destaca o fato de que, com os novos *media*, ocorreu uma descentralização no processo mediático, ou, como o próprio autor diz, uma "distribuição da função mediática". Os atores sociais passaram a ser seu próprio meio de comunicação por meio dos novos *media*, na Internet, influenciando comunidades virtuais.

Como veremos mais detalhadamente no próximo tópico, este novo espaço público propicia a evolução de uma cultura democrática e cidadã nas sociedades contemporâneas. Haveria, então, um aprofundamento da liberdade na medida em que se desenvolva um "ciberativismo" em escala mundial, a organização das cidades em espaços digitais, nomeadamente ágoras virtuais, e "governos eletrônicos" cada vez mais transparentes, no sentido de disponibilizar todas as informações públicas aos cidadãos.

Neste sentido, a partir da Internet, a sociedade vive num espaço público muito mais comunicativo e transparente, propício para que os cidadãos interajam entre si, produzam conteúdos. Do mesmo jeito que poderão cobrar os seus representantes por meio das informações disponíveis e os canais de interação entre estas esferas sociais. "O ciberespaço", ou seja, a nova

configuração do espaço público, "propõe uma liberdade de expressão e de navegação, na esfera informacional, infinitamente maior do que todos os outros *media* anteriores" (*Ibid*: 31).

O desenvolvimento do "ciberespaço" prossegue um movimento "plurissecular" de aumento da visibilidade e da transparência na sociedade. Lévy chega a esta constatação depois de ter analisado as transformações do espaço público após o surgimento da imprensa e demais meios de comunicação, como a rádio e a TV, e agora a Internet. "Em matéria de transparência e de acesso à informação, isso (o ciberespaço) é muito mais e muito melhor do que tudo quanto a humanidade conheceu até agora" (*Ibid*: 36).

Depois de constatar todas estas alterações no espaço público e mediático, Pierre Lévy considera que a opinião pública moldar-se-á cada vez mais na Internet, por meio de listas de discussões, fóruns, salas de conversação, redes de *sites* interligados e nas redes sociais. Estes são contextos virtuais que, além da presença dos *media* tradicionais, propiciam a participação dos cidadãos e a formação do debate público.

Manuel Castells, em seu *Comunicación y Poder* (2011), afirma que a sociedade contemporânea pode ser caracterizada pela proliferação de aparatos portáteis tecnológicos que proporcionam uma capacidade informática e de comunicação sem precedentes. Estas condições permitem que os cidadãos e organizações interajam a qualquer momento, de qualquer lugar. Desta forma, Castells observa as profundas alterações que ocorreram no espaço público contemporâneo a partir do advento da Internet e das redes interativas de comunicação. O desenvolvimento da *web* reconfigurou as relações de poder entre os *media* e o Estado, assim como com os cidadãos. O controle da comunicação passa a ser exercido também pelo contra poder, isto é, pelos movimentos sociais que vão contra o poder centralizador do Estado e dos meios de comunicação.

Esta nova configuração do espaço público é denominada por Castells (2011: 24) como "sociedade em rede". Como o autor mesmo explica, a "sociedade em rede" é "a estrutura social que caracteriza a sociedade no

princípio do século XXI, uma estrutura social construída por meio das redes digitais de comunicação"⁵.

O espaço público alargou-se, pois a sociedade em rede é formada por relações globais, nacionais e locais, que independem do conceito de espaço e de tempo. Por conta desta realidade, ao invés de identificar limites territoriais para os espaços públicos atuais, o autor considera relevante identificar as redes de influência sócio-espaciais que configuram a sociedade.

Castells (*Ibid*: 45) entende por "rede" um conjunto de "nós" interconectados. Estes "nós" podem ter maior ou menor relevância, mas todos são importantes para o funcionamento da estrutura da rede. Na vida social, ou no espaço público, estas redes podem ser interpretadas como estruturas comunicativas, por onde se processam fluxos de informação, que podem correr por meio dos diferentes "nós" e redes.

Por causa do avanço tecnológico e do surgimento da Internet, Castells afirma que novos atores e novos conteúdos puderam fazer parte desta organização social contemporânea. Nesta sociedade em rede, global, nem toda gente participa das redes de comunicação, contudo todos são afetados pelas questões que se originam nas redes globais desta nova estrutura social.

Neste contexto de profundas alterações no fluxo de informações no espaço público, o Estado também se reconfigurou na medida em que assumiu novas relações políticas e econômicas que lhe proporcionam poder de influenciar os fluxos globais de conteúdos e capital. Como frisa o próprio autor, "o atual processo de tomada de decisões políticas opera numa rede de interação entre instituições nacionais, supranacionais, internacionais, regionais e locais que alcançam as organizações da sociedade civil" (*Idem*). Assim, a forma como se organiza o poder político também influencia na configuração do novo espaço público.

Dentre as características deste novo espaço público está a "autocomunicação de massas". Este termo grifado por Castells quer significar que as mensagens produzidas por meio dos novos *media* são fruto da comunicação de massas, uma vez que podem chegar a uma audiência global inimaginável. E é "autocomunicação" porque um único indivíduo gera

⁵ Tradução livre feita pelo autor desta dissertação.

conteúdos, define os possíveis receptores e seleciona as mensagens ou conteúdos da rede que quer ter acesso. Assim, Castells afirma que as três formas de comunicação (interpessoal, comunicação de massas e autocomunicação de massas) coexistem, relacionam-se e, mais do que substituir uma a outra, completam-se.

É interessante observar que, conforme Castells notou, à medida que os cidadãos vão incorporando novas formas de comunicação, eles constroem seu próprio sistema de comunicação de massas por meio de SMS, *blogs*, *podcasts*, redes sociais etc. Todas estas transformações no espaço público alteraram a forma como o processo democrático de deliberação acontece.

2.3 Esfera pública e democracia no meio digital

Com as novas tecnologias da comunicação, hoje o espaço público de deliberação encontra-se totalmente ampliado, abrigando também, segundo Marcondes (2007), "diversão, lazer, ócio, contatos pessoais, profissionais e outros", permitindo a "percepção de dilemas coletivos, o reconhecimento da diversidade de pontos de vista e o exercício da liberdade de expressão". Não há mais, pois, uma esfera pública como a concebida por Habermas, na qual a igualdade era essência e os objetivos e reivindicações eram comuns. Este espaço de deliberação foi reconfigurado.

Goode (2005), que defende a ideia de uma Esfera Pública em *bits*⁶ e faz críticas sobre a esfera pública habermasiana, afirma que a partir dos novos *media* a comunicação entre cidadãos, bem como entre cidadãos e instituições, foi facilitada. Ele considera que indivíduos comuns passaram de meros receptores para participantes do debate social, que foi redescoberto com o renascimento do diálogo, da interação.

O conceito de Habermas para a esfera pública, na perspectiva de Thompson (*apud* Goode, 2005), não leva em consideração cinco aspectos do mundo contemporâneo. O primeiro é natureza dos *media*, que atualmente, com a interatividade, permite que as relações sociais ocorram sem que seja

⁶ *Bits* é a palavra em inglês que representa a menor unidade de informação que pode ser transmitida em meio digital.

necessário contextos espaciais ou temporais. O segundo aspecto é o fato de o conceito habermasiano privilegiar o diálogo e não levar em consideração o papel que os *media* desempenham na sociedade atual. Outro fator é não considerar os meios de comunicação como uma ferramenta de interação entre os formadores de opinião e os cidadãos. Em seguida, Thompson argumenta que Habermas não considera a interação entre os próprios cidadãos como um elemento do processo de formação da opinião pública. Por fim, por todos estes argumentos, considera que o conceito de Habermas para esfera pública oferece um entendimento limitado do papel dos *media* na sociedade.

De acordo com Oliveira (2012: 223), o surgimento dos novos *media* permitiu mudanças na relação do Estado com a sociedade e, especialmente, novas relações da sociedade com o Estado. A articulação em rede, segundo o autor, gera efeitos políticos mais perceptíveis. Este novo espaço público virtual resultaria de uma emancipação que valorizou a liberdade individual, a expressão de opiniões, e que permite agentes de diferentes camadas sociais dialogarem entre si. "O espaço virtual passou a permitir maior interação política, algo que pela mídia tradicional esteve, por muito tempo, atrelada a uma noção de dominação e/ou mero entretenimento".

Oliveira considera que o aumento nas interconexões em rede conduz ao crescimento comunicacional onde os grupos sociais e os indivíduos também passaram a produzir conteúdos, deixando de se ser apenas consumidores dos *mass media*. Oliveira (2012) utiliza o conceito de *cibercidadão* para descrever este indivíduo que "pode se juntar a outros usuários da rede para obter novas percepções sobre os acontecimentos que estejam sendo ocultados pelo governo ou pela mídia". Além disso, este *cibercidadão* pode se manifestar através dos novos *media* em relação a esses acontecimentos que lhe causam insatisfação ou vontade de debater com outros indivíduos. Como ressalta Rodrigues (2006 *apud* Oliveira, 2012: 224): "(...) Os cidadãos sentem-se motivados para debater e dar a sua opinião sobre causas públicas" por meio da Internet, "algo que parecia estar adormecido".

Na mesma linha de pensamento de Oliveria, Esteves (2003) trabalha a ideia de que a Internet reativa o espaço público, nomeadamente, por reforçar de forma mais consistente as suas redes de comunicação, representadas por maior extensão, mais participação, melhor informação, fluidez e

bidirecionalidade. Este potencial democrático, no entendimento do autor, pode solucionar alguns problemas enfrentados pela esfera pública, como, por exemplo, a não circulação de informação, que enfraquece a deliberação.

A *web* faculta a informação de forma mais fácil e igualitária, o que favorece o processo deliberativo, na medida em que este é indissociável de práticas de discurso, que necessitam de informação para serem construídas. Esteves (2003) aponta ainda a capacidade comunicacional e interativa como os dois principais contributos que a Internet oferece para a estruturação de uma esfera pública.

Além de Esteves, outros autores acreditam que a rede pode expandir o campo de interação social, dando novos ares à democracia participativa. No entanto, para que isto aconteça é necessário o comprometimento dos cidadãos, que devem ser ativos nas interações, trocas de informações, ideias e na expressão através da rede - caso contrário, é impossível pensar nesta esfera pública *online*. "O ciberespaço é permeado por práticas sociais. Nele a materialidade e as relações humanas codificam-se na linguagem. A relevância do físico está nas interações e na sociabilidade, não na presença corpórea" (Marcondes, 2007).

Mesmo com todas as ferramentas de interação disponíveis, a tecnologia não é capaz de "transformar o cidadão pacato num ativista social", e também não determina a intensidade da interação comunicativa, muito menos a reflexão crítica, necessária para o processo deliberativo. A autora sugere que as potencialidades dos novos *media* na rede sejam vistas associadas às motivações dos próprios atores sociais e ao processo de comunicação estabelecido entre eles. Ela ressalta que "a atitude cívica por meio de tecnologias móveis não é fruto da tecnologia, mas de uma possível transformação no pensamento social" (*Idem*).

Ao analisar este processo de deliberação no meio *online* é importante levar em conta a subjetividade de cada indivíduo, percebendo que fatores essenciais, como motivação, autonomia e iniciativa são propiciados pelas razões pessoais de cada um, e não pela tecnologia, que oferece as potencialidades de interação e de um discurso amplificado. Mesmo tecnologias digitais de conversação, serviços e todos os campos virtuais interativos capazes de aproximar cidadãos dos debates e de representantes políticos

dependem de questões subjetivas para promover ou revitalizar os mecanismos democráticos.

Castells (2011: 53) evidencia que a sociedade em rede, ou esta interação entre cidadãos através dos novos *media*, depende da capacidade dos atores sociais em seus diferentes contextos para atuar nestes espaços, modificando-os de acordo com os seus interesses. "A sociedade em rede global é uma estrutura dinâmica, altamente maleável às forças sociais, à cultura, à política e às estratégias econômicas".

Esteves (2003: 190) fala que são necessárias políticas de formação dos cidadãos para as novas tecnologias da comunicação, e reforça que a falta de articulação não pode ser creditada à Internet, mas à própria sociedade civil. "Mesmo assim, esta situação pode sempre ser considerada como potencialmente reversível, dependendo a sua alteração (...) da própria sociedade (da sua força e vitalidade)".

Além da motivação e demais fatores subjetivos, é preciso considerar, também, que para participar do debate público e da formação da opinião pública o cidadão precisa ter acesso aos conteúdos que cada vez mais são difundidos pelo meio digital. Contudo, não se pode esquecer que o avanço tecnológico, resultante da introdução da lógica capitalista nos meios de comunicação, limitou ainda mais os meios de acesso à informação. Golding e Murdock (1991) propõem uma análise a partir da economia, que toma por base a capacidade financeira da população e traça uma ponte entre a economia e a política sobre a produção da cultura e da informação pelos meios de comunicação, bem como o acesso do público a esses produtos.

Nesta ótica, a análise precisa considerar que, para consumir esses bens transmitidos pelos *media*, a sociedade enfrenta barreiras (culturais e materiais). Quando os bens culturais estão disponíveis somente por um determinado preço, haverá uma capacidade finita para o seu acesso, limitado pela capacidade econômica dos receptores. Na medida em que a série de equipamentos eletrônicos necessários para aceder a esses conteúdos cresce, aumenta também a demanda por recursos privados para fazer parte desta dinâmica. O consumo, assim, passa a ser governado pela disponibilidade de renda das famílias.

Golding e Murdock (1991:18), neste sentido, como já vimos no capítulo anterior, criticam também o conceito habermasiano de esfera pública. Para os autores, esta concepção seria "idealizada", na medida em que a esfera pública de Habermas seria essencialmente burguesa e que a classe trabalhadora, mulheres e as minorias étnicas estavam excluídas deste processo. Mesmo com estas críticas, os autores acreditam que o conceito desta esfera como espaço público cultural ajuda a elaborar formas alternativas de acesso aos conteúdos. Falando especificamente da Internet, que exige do cidadão uma conexão, que na maioria das vezes precisa ser paga, e equipamentos necessários para acessar a *web*, o processo deliberativo torna-se um pouco menos provável para uma parcela da população mundial, já que nem todos têm condições financeiras de manter a estrutura necessária.

Assim como observaram Golding e Murdock a partir da economia política dos *media*, Castells também destaca no seu *Comunicación y Poder* que pode existir uma lacuna digital na sociedade em rede, seja entre continentes, países ou até dentro de um mesmo país. Esta discrepância no acesso às novas tecnologias acontece em função do poder aquisitivo do consumidores e da infraestrutura de comunicação desses lugares. Além desses fatores, há também de se levar em conta a capacidade dos cidadãos de operar os aparatos e as redes digitais, o que Castells (2011) chama de "cultura digital". Todas estas diferenças suscitam relações de dominação social, seja por causa da classe social, etnia, idade, sexo etc.

Além de depender da motivação dos indivíduos e da capacidade deles de financiarem a estrutura para terem acesso à Internet, o desenvolvimento de uma esfera pública *online* encontra outros empecilhos, conforme aponta Maia (*apud* Alves 2010: 8):

(I) o filtro e a edição do conteúdo impostos à circulação de mensagens em ambientes controlados ou moderados; (II) a não identificação do indivíduo que busca informação e não está vinculado a algum debate; (III) assimetrias entre os conectados e não conectados, como o analfabetismo e o acesso à tecnologia; (IV) dinâmica argumentativa passa a acontecer em diferentes redes de conversações simultâneas sem o objetivo de tomada de decisão; (V) o Estado deve permanecer poroso aos atores sociais.

Essas barreiras definidas por Maia têm implicação direta na formação de comunidades *online*. Contudo, segundo Alves (2010), é possível ressaltar que,

"enquanto redes cívicas, essas comunidades estendem o diálogo e a troca de argumentos para além dos encontros face a face". Para Esteves (2003: 194), a expressão "comunidades" só tem aplicação aos universos *online* quando "pelo menos alguns de seus membros consegue quebrar a barreira do ecrã e as suas vidas passam a ser mútua e directamente afectadas".

Na perspectiva de Maia (2007), na *web* os indivíduos têm a oportunidade de apresentar argumentos, inquietudes e discutir ideias em fóruns de natureza crítica. Assim, pode-se entender que os cidadãos que têm acesso às comunidades virtuais articulam o local e o global, possuem potencialidades para expor argumentos diante de um público ampliado, com a possibilidade de desenvolver alternativas de ação e encontrar soluções para os problemas sociais do cotidiano.

As transformações produzidas pelas tecnologias na sociedade, como, por exemplo, a ideia de "tempo real", podem resultar numa crise dos fundamentos da democracia. A "virtualização" das relações entre os cidadãos, a desterritorialização das fontes de informação e a divisão entre comunicação e corporalidade são processos que degeneram as comunidades urbanas da forma como temos conhecido desde o Renascimento, não só em relação a democracia, mas também a própria noção de universalidade humana (Berard, 2006).

Assim, a "virtualização" torna a presença do corpo do outro em algo supérfluo, sem sobrar tempo para preocupar-se com os demais. Nesta nova perspectiva, a presença do outro surge como informação, como virtualidade. O que se quer dizer aqui é que há uma desvalorização das relações humanas e, portanto, as relações passariam a ser cada vez mais superficiais.

Virilio (1996), analisando a crescente "virtualização" da sociedade por meio das tecnologias de comunicação e o surgimento da ideia de "tempo real" advinda da Internet, observou que existe uma tendência de os acontecimentos locais terem impacto global, e já não estarem enquadrados em marcadores de tempo (passado, presente, futuro). Não há mais particularidade nos acontecimentos, e estes já não se limitam ao tempo. A "revolução" da comunicação, neste sentido, a obtenção da velocidade absoluta no campo das informações, se traduziria na redução do mundo para uma cidade virtual em que a democracia não seria mais possível.

Neste novo contexto, para Virilio (1996), a democracia passa a ser menos possível devido a esta desvalorização das relações reais e a instantaneidade empregada pelos novos *media* através da rede. A velocidade absoluta descrita por ele recorta drasticamente o tempo que seria necessário para a elaboração racional de uma informação, para reproduzir as reações imediatas por meio da linguagem.

Diferente desta corrente de análise, Esteves (2003: 195) pontua as potencialidades da Internet para a constituição de uma esfera pública. Segundo ele, a rede não resolverá todos os problemas da democracia, bem como não poderá assegurar as condições de uma discussão pública e processo deliberativo perfeitos. No entanto, o autor considera que os novos *media* reúnem condições que possibilitam um certo aperfeiçoamento das práticas deliberativas, através da comunicação pública, a circulação facilitada de informação e a interação social mais fluidificada, que são "politicamente relevantes", nas palavras de Esteves, para o desenvolvimento da esfera pública. "É graças às novas tecnologias que a participação dos cidadãos na vida pública se pode tornar mais directa e a sua influência nos processos de decisão política mais efectiva".

O surgimento das chamadas redes sociais na *web* reconfigurou o processo de comunicação e transmissão de informação e conteúdos no mundo globalizado. Vivemos, pois, um modelo comunicacional que é caracterizado pela capacidade de globalização da comunicação e pela interligação em rede dos *media* de massa e interpessoais, sem falar na interação, que pode ser vivenciada em diferentes padrões na rede. Castells (*apud* Cardoso e Lamy, 2011) considera que esses padrões podem se tornar uma espécie de comunicação de massa a partir das redes sociais, nomeadamente o Twitter, o Facebook, MSN e demais plataformas.

Uma vez que o nosso objeto de estudo aqui é o Facebook, vamos concentrar a análise nesta rede social. No entendimento de Cardoso e Lamy, o Facebook é definido por uma comunicação mediada de um para muitos, pois os conteúdos são compartilhados por um usuário para os seus "amigos". Este modelo de comunicação além de conectar esta rede interpessoal, de um para muitos, interliga diferentes públicos, participantes, utilizadores, empresas e *medias*. A organização dos usos e interligação em rede dos *media* inseridos

nesse novo modelo de comunicação encontra-se diretamente relacionada com os diferentes graus de interatividade permitidos pelos meios de comunicação.

A partir desta nova dinâmica de produção de informação nas redes sociais, em especial no Facebook, os conteúdos parecem ter mudado graças à presença de conteúdos produzidos pelos próprios cidadãos, e não apenas pelos *media*, "dando origem à co-existência de diferentes modelos de informação para diferentes públicos" (Cardoso e Lamy, 2011). Neste mesmo trabalho, os autores exploram potencialidades das redes sociais para ilustrar a possibilidade destas plataformas protagonizarem movimentos sociais ou campanhas virtuais, capazes de pressionar a agenda de políticos, e inclusive dos meios de comunicação. Assim pensada, essa nova realidade é "uma forma não apenas de atingir o debate não conseguido nos *media* tradicionais, mas um modo de realização da participação cívica, onde interesses comuns permitem a angariação de opiniões, decisões e intervenções em matérias específicas".

Segundo Maia, que analisa a esfera pública virtual sob a luz da teoria habermasiana, a comunicação por computador permite, diferentemente da comunicação mediada pelos *media* tradicionais, que: (I) qualquer sujeito possa tornar-se emissor; (II) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa; (III) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outro.

Esteves (2003: 193-194), como já foi citado, considera a capacidade comunicacional e de interação das novas tecnologias primordiais para o estabelecimento de um processo deliberativo através da Internet. Para ele, a interatividade social pode ser facilitada, incentivada ou aprofundada com o uso das novas tecnologias (aqui entendidas como as redes sociais). A interação, afirma o autor, pode até não ser consistente do ponto de vista político, porém, isto não anula a importância do papel de interação para a democracia, "ao facto de não ser sequer imaginável uma democracia sem interacção dos seus cidadãos". Contudo, ele ressalva que a interação social não faz a democracia, mas sem esta integração, a democracia jamais seria possível, em especial a democracia deliberativa.

CAPÍTULO 3: Mobilização social e Internet

O mundo nunca esteve tão conectado como nos dias de hoje, por meio das tecnologias da comunicação. Estas ferramentas que permitem através da Internet maior interação entre os cidadãos oferecem também, como temos visto, a possibilidade de mais pessoas participarem do processo de produção e difusão de conteúdos. A sociedade, então, pode se tornar ainda mais participativa e atenta às questões que lhe diz respeito.

As profundas transformações sociais promovidas também pela globalização permitiram com que os cidadãos organizassem novas formas de manifestação, de contestação e protestos, que, inclusive, podem ocorrer em escala global. Assim também um movimento pode, por meio da rede, influenciar cidadãos de outros países a buscarem novos horizontes para a história. É o que temos assistido nos últimos anos, quando indivíduos de diversos lugares se rebelam contra determinado contexto social, econômico e político.

Neste terceiro capítulo vamos nos debruçar sobre estas manifestações sociais que têm crescido com a ajuda das novas formas de comunicação, por meio da rede. Verificaremos a partir de alguns contextos de mobilização como a Internet pode ser um canal de manifestação, a partir da estruturação de debates e campanhas promovidos por movimentos sociais.

3.1 Novos tempos, novos atores sociais

Ao iniciar os estudos sobre a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação notamos que é preciso ter em mente que existem dois momentos que influenciarão neste processo comunicativo: o antes e o depois do advento e popularização da Internet. De fato, antes de os cidadãos e, conseqüentemente, as organizações da sociedade civil terem acesso à rede, as mensagens das mobilizações sociais dependiam quase que exclusivamente do espaço oferecido pelos *media*.

Antes dos novos *media*, a mobilização estava dependente da visibilidade oferecida pelos meios de comunicação. Por esta razão, os movimentos sociais

precisam ter a capacidade de conquistar a agenda dos *media*. Esta situação passa também pela necessidade de os movimentos fazerem face contra o poder das elites políticas e econômicas que monopolizam os códigos simbólicos e têm o poder de organizar e decodificar as mensagens das mobilizações (Cabo, 2008).

Nesta perspectiva, os *media* estão posicionados justamente na assunção deste monopólio, pois a sua mediação é de ordem simbólica; e na organização de seus discursos utilizam padrões e critérios de interpretação, apresentação e seleção a partir dos quais são elaborados os enquadramentos noticiosos. São estes enquadramentos que irão representar os movimentos sociais e, por isso, é importante garantir que a cobertura dos *media* favoreça a imagem da mobilização no espaço público.

A luta pelo espaço na sociedade mediatizada é intensa se olharmos a partir dos meios de comunicação, pois, como vimos, existe o papel dos profissionais dos *media* que filtram informações e produzem quadros interpretativos. Maia (2006) afirma que, no jogo para influenciar esses enquadramentos, os movimentos da sociedade civil precisam utilizar estratégias que garantam o controle da percepção dos eventos públicos e as questões-chave dos acontecimentos, caso contrário a classe política assumirá este controle.

Este é, segundo Maia, o primeiro passo para vencer a barreira da invisibilidade no fórum de debate cívico constituído pelos *media*. Somente desta forma os atores e seus discursos adquirem "existência pública" para além de seu meio local e de suas comunidades partilhadas, pois, para ser minimamente eficiente no processo de deliberação, um interlocutor precisa ter a capacidade de iniciar um diálogo público sobre um dado assunto, de tal maneira que ele receba a consideração dos demais. Se tal escopo de comunicação não pode ser alcançado, então a questão não se torna um problema público.

A relação que os movimentos sociais desenvolvem com os meios de comunicação, então, é mesmo assimétrica, e se traduz na maior parte dos casos numa relação de dependência dos primeiros em relação aos segundos. É a partir dos *media* que os movimentos sociais terão as suas agendas transmitidas para a opinião pública. Gamsom e Wolfsfeld (1993) afirmam que

se um evento organizado pelos movimentos sociais não tiver a cobertura dos *media* acabará por ser um "não-acontecimento", pois não chegará ao conhecimento da sociedade.

Diversos recursos são utilizados pelos movimentos para conseguir chamar a atenção dos *media*, acontece que nem sempre a atenção dada corresponderá às expectativas da mobilização. E isto vai depender, é claro, do tipo de estratégia adotada. No intuito de conseguir chamar atenção dos meios de comunicação e se enquadrar nos critérios de noticiabilidade⁷ utilizados pelos jornalistas para a produção da notícia, os movimentos sociais optam por ações que causam "espetáculo", às vezes até mesmo protestos violentos. Estas

são, no entanto, estratégias que têm um preço: em nome da cobertura mediática, a mensagem e os objetivos dos movimentos são (...) relegados para o segundo plano e a imagem dos movimentos surge muitas vezes aos olhos da opinião pública como uma imagem de violência (Cabo, 2008: 12).

É preciso considerar os *media* com um fórum de visibilidade especial: tem a pretensão de ser público, mas simultaneamente é privado, dividindo-se entre os interesses de empresa privada e de participante do bloco hegemônico do poder público e político. Por conta disto, é preciso intervir ao nível da produção mediática, pois "somente um controle público democrático dos meios de comunicação privados ou estatais poderá permitir que estes avancem no sentido de se tornarem efetivamente esfera de visibilidade pública, da opinião pública", ao invés de uma esfera de "visibilidade da opinião de privados que se dirigem ao público" (Almeida, 1998).

Como consequência deste controle por parte da sociedade civil, para além das estratégias dos movimentos sociais, é indispensável ainda que os cidadãos consigam fazer uma leitura mais independente das informações

⁷ Para Traquina (2007), considerando as bases teóricas de Wolf (2009), os critérios de noticiabilidade são valores-notícia e podem ser separados em dois grandes grupos: os de seleção dos fatos e os da formulação das notícias. Para o autor, são critérios de noticiabilidade relacionados à seleção dos acontecimentos: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração, escândalo, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso (dias em que acontecimentos com pouca noticiabilidade são considerados notícia, devido ao fato de esse dia ser "pobre" de fatos com alto potencial jornalístico). Já os valores-notícia de construção da informação são: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

codificadas na produção (Hall, 1980). Esta leitura permitirá a formação de uma opinião própria, e, participando do processo de deliberação, poderão até mesmo influenciar a produção mediática.

Segundo Castells (2011), é no espaço público que florescem os movimentos sociais e políticos. Este espaço é o lugar da interação social, onde as ideias e os valores se constroem, se transmitem, se fortalecem. O espaço público, em muita das vezes, na perspectiva do autor, pode se converter no palco para a ação dos atores sociais.

Mas o espaço público hoje, como anteriormente escrevemos, está em transformação. A globalização está reestruturando profundamente as nossas formas de viver. Não se trata apenas de um processo que diz respeito aos grandes sistemas ou à ordem financeira mundial. Como temos visto até agora, a globalização deve ser analisada a partir de um prisma com diferentes perspectivas, tal como realizou Giddens (2000), para quem este fenômeno mundial influencia aspectos pessoais e íntimos das nossas vidas.

Neste sentido, este complexo processo de "mundialização" da cultura, das identidades, traz desdobramentos ainda mais complexos para serem percebidos, tais como entender como a comunicação está configurando na contemporaneidade as relações e os acontecimentos sociais. Assim, o processo de mobilização social por meio dos *media* também passará por transformações.

Para Giddens (1992: 50), a globalização conduz à intensificação das relações sociais globais, que ligam localidades distantes, de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância e vice-versa. É fundamental perceber que são os *media* que estão configurando boa parte destas relações.

Cabo (2008) chama-nos atenção para o fato de que a globalização veio desafiar a soberania dos Estados-nação ao colocá-los perante a abertura de fronteiras e o reforço da intervenção da sociedade civil, nomeadamente através do papel que tem sido desempenhado pelos movimentos sociais. A democracia deverá ser repensada num contexto além-fronteiras, as identidades culturais terão que ser reforçadas, a sociedade terá cada vez mais de se questionar a si própria num processo de reflexividade. É indispensável no processo da globalização e de construção dos movimentos sociais a capacidade de o

cidadão se diferenciar do resto do mundo e, ao mesmo tempo, ser reconhecido por ele, por meio de uma definição de "nós" do movimento e dos "outros", aqueles contra a ação é dirigida.

Sobre esta construção de um "nós", falamos no Capítulo I desta dissertação ao citarmos Maia (2006), que diz que a construção de um "nós" e a ação coletiva, próprias das associações, são quase sempre imprescindíveis para dar acesso à esfera pública e conquistar capacidades deliberativas, como a habilidade de articular os interesses e as demandas em uma linguagem pública, não só compreensível para os outros, mas também capaz de suscitar uma atenção efetiva e de convocar as respostas dos demais.

Mas avançaremos agora na perspectiva apresentada por Cabo (2008). Para observar de que forma se dá a diferenciação entre a constituição de um "nós" e dos "outros", é possível utilizar duas vertentes teóricas, uma americana e outra europeia. A primeira, denominada Teoria da Mobilização de Recursos, tem a ver, principalmente, com as condições nas quais se fundaram os movimentos sociais e como se relacionam de forma estreita com o poder político. A segunda vertente, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, com embasamento teórico mais europeu, dá ênfase no sentido de como surgiram os movimentos sociais, centrando a análise mais na questão da identidade.

Se olharmos a partir do primeiro enquadramento teórico, para o qual daremos prioridade, é interessante perceber a relação ambivalente entre os movimentos sociais e o Estado. Ao mesmo tempo em que buscam se distanciar das instituições políticas, garantindo uma certa independência para as suas ações, os movimentos não conseguem se desvencilhar por completo do apoio estatal.

Apesar desta relação ambivalente, as ações dos movimentos sociais contemporâneos são profundas ao propor, por exemplo, novas abordagens de democracia e uma extensão do próprio conceito de cidadania. Paralelo ao conceito de democracia representativa, surgem formas de democracia direta que chamam os cidadãos a discutirem e a pronunciar-se no espaço público sobre as questões levantadas pelos movimentos.

É no contexto comunicacional permitido pela globalização e, conseqüentemente, pela rede, é que os problemas atuais serão socializados e as diferentes formas de democracia - que o próprio Estado deve estimular - irão

conviver. Assim, a cidadania já não pode ser entendida apenas como um conjunto de direitos civis e políticos, mas, na Era da informação, este conceito deve ser abordado de um ponto de vista coletivo. E aí vem a questão que falávamos anteriormente, a de que neste período os indivíduos passam a ser mais reflexivos, e questionam o seu papel enquanto cidadãos e enquanto sociedade. Estes pontos de vista serão expostos no momento em que o cidadão é chamado para intervir na vida pública, pronunciando-se sobre os problemas sociais (Cabo, 2008). É importante ressaltar que estas diferentes formas de democracia são viabilizadas pela interação de diversos "subpúblicos" e diversas identidades individuais e coletivas no espaço público.

Cada vez mais mediatizado, o espaço público é o local onde se articulam a sociedade civil e o sistema político institucional. Um espaço que, como frisa Isabel Cabo (2008), se apresenta distante da esfera pública habermasiana, que de certa forma envolve uma concepção elitista a este espaço de discussão. Além disso, a esfera pública de Habermas é claramente marcada por uma separação entre Estado e sociedade civil, entre o público e o privado, conceitos que, como temos visto, têm se relacionado cada vez mais no espaço público em que se vive na Era da Internet. Isto é, as organizações privadas começam a assumir um poder público, o Estado começa a penetrar no domínio do privado, e os participantes do espaço público passam a assumir cada vez mais uma postura coletiva, ao invés de permanecerem numa dimensão individual, o que facilita a atuação dos movimentos sociais.

Para Schmidt e Cohen (2013: 17), o impacto mais significativo das novas tecnologias na sociedade é a forma como contribuirá para "a transferência de poder do Estado e das instituições para os indivíduos". Esta transferência de poder significa novas oportunidades para os cidadãos participarem da vida pública, assim como novas ferramentas para cobrar respostas do Estado. "Os governos autoritários sentirão maiores dificuldades em controlar, reprimir e influenciar as respectivas e recém-conectadas populações, enquanto os Estados democráticos se verão forçados a considerar muito mais vozes".

O papel dos movimentos sociais, então, deve ser voltado para a perpetuação de novas formas de politização, chamando os cidadãos a participarem do debate público. E daí que os conceitos de coletividade poderão ser relevantes para a mobilização alcançar o objetivo pretendido.

Com o advento e popularização da Internet, aquela relação de dependência entre os movimentos sociais e os *media* já não é tão marcante. Aquele contexto de busca pelo enquadramento perfeito para conquistar a agenda dos meios de comunicação é reduzido pelo potencial democrático da rede a partir dos novos *media*. No espaço público contemporâneo, o próprio público poderá marcar a agenda mediática, revitalizando assim o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil que cada vez mais é chamada para assumir o protagonismo na esfera social, e não mais as elites.

3.2 Os movimentos sociais da Era Digital

De fato a Internet alterou o modo como os cidadãos têm interagido, possibilitando relações globais, que envolvem contextos locais e internacionais. Mas do ponto de vista da mobilização, a rede foi fundamental para o desenvolvimento de novos processos, no sentido de diminuir a assimetria que existe entre os *media* e os movimentos sociais. Para além disso, houve na contemporaneidade uma alteração na filosofia destas mobilizações.

Boaventura de Sousa Santos (1994) considera que os novos movimentos sociais são operados por variadas energias. Estas abrangem desde formas orgânicas de ação social pelo controle do sistema político e cultural até aos modos de transformação e participação cotidiana. Isto, no ponto de vista do autor, confere o verdadeiro caráter inovador às mobilizações, principalmente quando analisamos acontecimentos em zonas como a América Latina.

Estes novos movimentos estão empenhados no "alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil" (Santos, 1994: 226). Isto quer dizer que as mobilizações de agora se constituem tanto como uma crítica à regulação social do capitalismo, como uma crítica da emancipação social do socialismo. As ações agora estão voltadas para um paradigma mais assente na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e bem-estar material.

De acordo com Melucci (1998), é preciso entender a multiplicidade de elementos que formam os movimentos sociais, tendo consciência que as

mobilizações contemporâneas combinam formas de ação que dizem respeito a diversos níveis de estrutura social e diferentes pontos de vista, provenientes de diversos períodos históricos.

Mais além destas características, Melucci (1996) ressalta a heterogeneidade dos novos movimentos sociais e o fato de possuírem, geralmente, objetivos poucos negociáveis. Isto significa dizer que estes movimentos operam em inúmeros campos de ação, que podem lutar, por exemplo, por causas feministas, homossexuais, ambientalistas etc. O pouco grau de negociabilidade dos objetivos está ligado ao fato de as mobilizações tratarem de questões sociais não mediadas e institucionalizados pela representação política.

O fraco grau de negociação está relacionado ainda com a fato de os movimentos buscarem se distanciar do poder político. Contudo, paradoxalmente, as reivindicações feitas por estas novas mobilizações procuram, acima de tudo, causar impacto na estrutura política do Estado. Logo, o distanciamento do Estado se torna impossível, uma vez que as exigências são dirigidas ao aparelho estatal, com o intuito de gerar novas políticas públicas e sanções (Cabo, 2008).

Outra característica que destaca os novos movimentos sociais tem a ver com própria estrutura destas mobilizações. Estas são baseadas em redes informacionais construídas por indivíduos, grupos e organizações. São estas redes que permitirão a circulação de conteúdos e informação, matérias essenciais para a sensibilização à causa. É esta estrutura de solidariedade que distingue os movimentos dos partidos políticos (Melucci, 1996).

Fazem parte também destas características a participação, a ação direta e a rejeição de qualquer representação e mediação. De acordo com Cabo (2008: 52), isto pode ser entendido como um "apelo à espontaneidade e à rejeição de qualquer autoritarismo e hierarquia".

Melucci (1996: 104-105) pontua também três características que marcam as ações dos novos movimentos sociais. A primeira seria um "utopismo regressivo", que diz respeito ao fato de alguns movimentos definirem suas identidades a partir de conotações religiosas, o que, na opinião do autor, podem ser contrapostas à racionalidade instrumental dos dias de hoje. A segunda característica é a "primazia da natureza", que está ligada à ideia de

que o meio ambiente não pode ser dissociado da ação social (como os movimentos ecologistas, por exemplo). A terceira e última vertente apontada por Melucci relaciona-se com a dimensão individual dos cidadãos. Segundo o autor, haveria uma "socialização do individual" e uma "individualização" dos problemas sociais.

É importante distinguir os movimentos sociais das demais organizações políticas e religiosas, bem como dos protestos e coligações. Para Porta e Diani (1999), os movimentos sociais não são organizações, mas redes de interação entre diferentes atores que podem ou não incluir algumas formas de organização. Nesta perspectiva, os autores afirmam que os movimentos são "fenômenos fluidos" que tendem a extinguir-se. E no contexto de mobilização os participantes das redes envolvem-se por laços de solidariedade, de forma voluntária e espontânea, num esforço coletivo, sem a necessidade de atuar numa organização específica. Cabo (2008: 53) ressalta que a organização de alguns partidos políticos pode se assemelhar a dos movimentos. Contudo, os partidos possuem "funções específicas enquanto formas de democracia representativa".

Os movimentos sociais também não podem ser comparados aos protestos públicos ou coligações, pois os movimentos têm uma ação de continuidade e a tal rede de solidariedade e, principalmente, uma identidade coletiva, que permite que a mobilização se mantenha após determinada campanha.

Castells (2011) define os movimentos sociais como sendo aquelas mobilizações formadas por atores sociais que aspiram mudanças na sociedade. Mas o autor também considera um outro processo que poderá favorecer o surgimento de novos movimentos. Este processo é marcado pela indignação pública e a descontinuação com a lógica incorporada nas instituições políticas. Para Castells, isto pode marcar a transição entre a mudança cultural e política mediante a incorporação de sujeitos mobilizados no espaço público.

É neste contexto que surgem, então, os Movimentos Antiglobalização (MAG), conforme observou Cabo (2008). Os MAG têm múltiplos atores sociais e formas de luta, mas, apesar desta características, mantêm a sua identidade, uma vez que a base dos protestos estão ainda enraizadas na comunidade de

onde forma originados. Estes novos movimentos sociais só são possíveis graças a capacidade de os indivíduos de estarem interligados. Isto se deve ao advento e desenvolvimento da Internet, que permite a fluidez das relações e garante a possibilidade de exercer a crítica às formas dominantes de organização social, econômica e cultural e a proposta de novas formas de democracia e de modelos alternativos de desenvolvimento.

A característica fundamental nos MAG é a multiplicidade de objetivos, de formas de luta, e de atores sociais, o que permite que estes movimentos se desdobrem em diversos campos. Cabo identificou três campos onde podem ser encontrados estas mobilizações. O primeiro diz respeito àquelas iniciativas globais que costumam atuar a partir de um ponto de vista econômico, social, cultural e político, e que podem ser divididos mais claramente num campo cultural e em outro político. O segundo tem a ver com as associações ou grupos que trazem no seu interior abordagens mais tradicionais, como é o caso dos ambientalistas ou das feministas. O terceiro está direcionado ao desenvolvimento do sindicalismo e dos movimentos rurais, de agricultores. Mesmo com tanta diversidade, todos estes atores promovem uma ação comum para a qual é extremamente necessário a constituição de uma rede de comunicação, que possibilite a fluidez das relações entre os diferentes participantes do movimento e a circulação de conteúdos.

A Internet neste contexto surge, então, como uma canal de informação paralelo e independente dos *media* tradicionais, e que será cada vez mais utilizado pelos MAG como ferramenta para fortalecimento da rede de mobilização. Segundo Cabo (2008: 55), "as redes da Internet reduzem os custos da comunicação, transcendem as barreiras geográficas e temporais, atingindo localizações tão remotas que ultrapassam largamente as fronteiras dos *media* tradicionais".

Bennett (2003) destaca também, como já citamos, que esta independência propiciada pela *web* permite que os conteúdos dos movimentos circulem sem o filtro dos meios de comunicação, que na maioria das vezes restringe a mensagem aos valores-notícias que regem a linha editorial do veículo.

Avaliando as potencialidades da rede, podemos destacar também que este novo canal de comunicação difunde de forma mais ampla as informações

dos movimentos sociais, alargando o âmbito dos seus protestos e coordenando-os. A Internet facilita, por exemplo, a atualização de informações sobre as atividades e permitindo a co-existência de organizações com perspectivas políticas diferentes, o que pode substituir em muitos casos, na visão de Cabo (2008), a falta de uma liderança organizativa forte e centralizada.

Bennett (2003) chama-nos atenção para o fato de que, ao mesmo tempo a Internet colabora com a manutenção do ativismo global, pois funciona como uma rede para a livre circulação de conteúdos e para a interação dos atores sociais, também pode ser um meio que enfraqueça a coerência temática das ideias difundidas pelos movimentos. Isto é, a diversidade de conteúdos e ideologias podem dificultar a formulação de um ideal comum, proporcionando, por outro lado, o surgimento de novas ideologias.

Schmidt e Cohen (2013: 160) também reconhecem que a Internet tem papel fundamental no desenvolvimento dos movimentos na sociedade contemporânea, como a queda de regimes ditatoriais, por exemplo, que veremos a seguir. Contudo, eles reforçam que as novas ferramentas não têm nenhum efeito crítico na criação de líderes políticos, que poderiam "manter oposição incólume durante tempos mais duros, de negociar com o governo caso este opte por reformar-se, ou candidatar-se ao poder, e vencer, conseguindo responder aos anseios das pessoas".

As revoluções, de acordo com os autores, que anos atrás poderiam durar décadas, hoje em dia são aceleradas a partir das possibilidades de comunicação oferecidas pela Internet. "É hoje evidente como as plataformas tecnológicas, quando usadas engenhosamente, podem desempenhar papéis relevantes no derrube de ditaduras", mas é evidente também que "são as pessoas que fazem ou desfazem as revoluções, não as ferramentas a que recorrem".

Este conjunto de situações são fundamentais para compreendermos os novos movimento sociais, ou os MAG. A seguir veremos de forma mais contextualizada o surgimento destas mobilizações e seus desdobramentos.

3.3 Contextos de mobilização

Como vimos, as novas mobilizações sociais são multifacetadas, pois podem abranger uma série de objetivos e perspectivas. Além disso, elas ocorrem a partir do funcionamento de uma rede de solidariedade e comunicação, que é responsável pelo sentido organizativo do movimento. Tudo isto é facilitado pela Internet. É nossa intenção aqui resgatar o histórico dessas mobilizações com características globais (MAG), que podem abraçar ao mesmo tempo uma causa de contexto local ou internacional, como veremos. Estas são novas formas de ação coletiva que, em certos casos, não se afastam das características dos novos movimentos sociais, que abordaremos adiante.

Então no contexto histórico dos MAG, localizamos em primeiro lugar o I Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que aconteceu em 1996, no Estado de Chiapas, no México. O evento foi uma iniciativa do Movimento Zapatista, que se firmou contra a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) dois anos antes daquele encontro. A esta altura, numa ofensiva relâmpago, guerrilheiros invadiram as ruas e vários edifícios públicos, reivindicando melhores condições de vida para os nativos da região (índios, mestiços e camponeses).

Esses guerrilheiros assumiam o mesmo ideal do homem que dá nome ao movimento - Emiliano Zapata, que liderou a revolução contra a ditadura no país no início do século XX. Os zapatistas, então, quase um século depois, continuaram a lutar pelos direitos sociais. Mas desta vez a luta estava organizada em três pilares principais: o fim da marginalização dos indígenas locais, descendentes dos povos maias; a extinção do NAFTA, visto por eles como exemplo de submissão ao poder estadunidense; e o combate a corrupção política local. Bernard Dutreme (2004 *apud* Cabo, 2008: 56) considera, assim, o movimento Zapatista como a primeira mobilização simbólica contra a globalização, que reivindicava direitos legítimos e buscava fortalecer a democracia mexicana, bem como combater o neoliberalismo.

Cabo (2008) ressalta que este foi o primeiro movimento simbólico que não pretendia tornar-se poder e que "usa como estratégia de afirmação e mobilização comunicados à imprensa, declarações solenes, ações simbólicas, *happenings* pacíficos e um porta-voz erudito e irônico, o subcomandante

Marcos", cujos pronunciamentos o movimento faz divulgar de forma ampla na Internet. "Estratégia fundamental para a implantação do movimento".

Após o Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, dois acontecimentos antiglobalização marcariam o ano de 1997. O primeiro foi nos Estados Unidos onde a Global Trade Watch, organização que luta pelos direitos civis, realizou uma campanha contra a Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico. Na Europa, a Marcha Europeia contra o Desemprego também marcaria aquele ano. Isto serviu para que no ano seguinte se realizasse em Genebra, na Suíça, mobilizações antiglobalização, mais especificamente contra o Acordo Multilateral de Investimentos, durante a I Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mas foi no ano de 1999, durante a III Conferência Ministerial da OMC, em Seattle, nos Estados Unidos, que os protestos antiglobalização ganharam grandes proporções no mundo todo. "A Batalha de Seattle, como ficou conhecida, aconteceu nas ruas, com milhares de estudantes, ecologistas, feministas, ativistas de direitos humanos e agricultores que se dividiram entre uma postura mais moderada e uma outra, defensora da ação mais direta e do confronto" (Cabo, 2008: 56).

As manifestações que ocorreram em Seattle foram, sem dúvidas, a mobilização mais marcante nos Estados Unidos desde os protestos contra a guerra do Vietnã. Seattle tornou-se ainda mais marcante devido a dois aspectos: por um lado, foi um espaço que permitiu a convergência, no mesmo espaço, de diferentes movimentos sociais, ressaltando para o mundo a emergência de um movimento radical e democrático, que se baseasse em novos ideais e novos questionamentos (Seoane e Taddei, 2002: 107); por outro lado, a divulgação sobre os protestos obteve grande impacto nos *media* tradicionais. Grande parte desta divulgação em massa aconteceu graças às imagens de repressão policial difundidas pela televisão, e também pelo fato de o então presidente Bill Clinton ter reconhecido a pertinência das reivindicações.

Depois de Seattle, outras manifestações seguiram nos anos seguintes. Em janeiro de 2000, por exemplo, protestos em Davos aconteceram durante reunião do Fórum Mundial Econômico. No mesmo ano, em abril, manifestantes protestaram em Washington na reunião do Fundo Monetário Internacional

(FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Ao longo do ano 2000, então, o mundo assiste a uma avalanche de protestos e manifestações antiglobalização e, aos poucos, estes movimentos foram se deslocando para os países em desenvolvimento.

Um novo ciclo se instaurou nestes movimentos a partir dos anos seguintes por meio da realização de fóruns mundiais, continentais, nacionais ou locais, que congrega os movimentos para discutirem o futuro da sociedade. Estes fóruns dão um caráter ainda mais institucional e político aos movimentos sociais. O I Fórum Social Mundial (FSM) realizado aconteceu no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 2001, e surgiu, então, como uma proposta de promover o intercâmbio cultural transnacional entre os movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs).

Segundo observou Santos (2005 *apud* Cabo, 2008), a partir do encontro, novas práticas de luta sociais locais, nacionais e globais foram discutidas por meio da Carta de Princípios de Porto Alegre, que trouxe uma série de propostas contra a discriminação, a exclusão social, a imposição cultural e outras questões produzidas ou permitidas pelo neoliberalismo.

Para Seoane e Taddei (2002), a consciência se desenvolveu em Porto Alegre devido três fatores: um movimento internacional antineoliberal com as suas experiências, propostas e debates, um crescimento dos protestos sociais na periferia (em especial na América Latina), e um espírito da esquerda social e política brasileira, nomeadamente no Estado do Rio Grande do Sul.

Para Santos (*Idem*), a grande conquista do FMS é a consolidação e difusão de uma nova cultura política que passa por uma nova relação entre os movimentos sociais e partidos, por uma complementaridade entre democracia participativa e representativa.

A partir do ciberespaço, gente de todas as idades e condições sociais se atreveram a ocupar os espaços urbanos, reclamando seus direitos enquanto cidadãos, numa demonstração de consciência de si mesmos, características que têm marcado os grandes movimentos sociais. Os movimentos sociais proliferaram-se neste mundo conectado em rede através da Internet, que pode ser caracterizado pela rápida difusão de imagens e ideias. Após os eventos que já relatamos, diversos outros foram organizados em vários países nos anos seguintes (Castells, 2012).

Os movimentos sociais em rede estenderam-se, então, no mundo árabe, onde foram combatidos com violência pelas ditaduras que ali governavam. A Primavera Árabe, como ficou conhecido o conjunto de manifestações nos países daquela região, levou a baixo ditadores que estavam há mais de 40 anos no poder, como no caso do coronel Muamar Kadafi, na Líbia, que há 42 anos dominava o país.

Os movimentos populares passaram a ganhar força desde dezembro de 2010, quando um jovem tunisiano, desempregado, ateou fogo ao próprio corpo como manifestação contra as condições de vida no país. Ajudados pela capacidade de comunicação oferecida pela Internet, através das redes sociais, que muitas vezes não podiam ser controladas pelos Estados, os cidadãos da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen promoveram uma onda de protesto contra as condições sociais e políticas de suas terras natais.

Sobre a Primavera Árabe, Chomsky (2013: 52) afirma que isto foi uma "revolta tripla". Primeiro uma revolta contra os ditadores da região, que teve apoio do Ocidente, por meio dos Estados Unidos. Por outro lado, foi também uma revolta econômica contra as políticas neoliberais das últimas décadas, e aí se assemelham aos movimentos antiglobalização que já vimos. Por fim, as manifestações no mundo árabe representaram também uma revolta contra a ocupação militar, "ainda que a maior parte da discussão acerca da Primavera Árabe deixe de fora duas partes do Médio Oriente e do Norte de África que estão sob ocupação militar: o Saara Ocidental e a Palestina".

Neste mesma época das revoltas árabes, outros movimentos surgiram em outros continentes. Na Europa e na América do Norte os cidadãos se revoltaram contra a gestão ineficaz da economia e da crise que se desenrolou por causa disto. Castells (2012) aponta que estes movimentos se desenrolaram na Espanha (onde ficou conhecido o movimento do 15 de Maio - o 15M), Portugal, Itália (onde as mobilizações de mulheres contribuíram para acabar com o governo de Berlusconi), no Reino Unido (onde ocorreu a ocupação de praças e a defesa do setor público por parte dos sindicatos e dos estudantes uniu forças), na Grécia, na Turquia, mais recentemente, e assim ocorreram outros movimentos com menor intensidade, mas com um simbolismo semelhante na maioria dos países europeus. Boa parte deles ocupava locais públicos como forma de protesto.

Com a mesma espontaneidade, em 2011, nos Estados Unidos, o movimento Occupy Wall Street também se desenrolou a partir da rede, que propiciou a mobilização social nas ruas. O movimento do Occupy se tornou o maior acontecimento político daquele ano, conseguindo colocar em discussão no espaço público o lema dos "99%", cujo bem-estar teria sido sacrificado em detrimento do 1% que controlaria 23% da riqueza do país. Ou seja, o movimento desenvolveu-se contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a influência das empresas privadas no governo estadunidense.

Naquele mesmo ano, pouco tempo depois de Occupy Wall Street ter deslanchado nos EUA, uma rede global de movimentos de ocupação sob o lema de "Unidos pela mudança global" mobilizou milhares de cidadãos em quase mil cidades de 82 países do mundo, reivindicando justiça social e democracia autêntica.

Na América Latina, a onda de movimentos sociais cresce a cada ano. No Brasil, onde a população já protagonizou mobilizações sociais históricas na década de 1980, grandes manifestações voltaram a acontecer em 2013, como veremos na segunda parte deste trabalho.

Em todos os casos os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram dos meios de comunicação, não reconheceram nenhuma liderança e recusaram qualquer organização formal, dependendo apenas da Internet e de assembleias locais para a tomada de decisões (Castells, 2012: 21).

Para Castells (*Idem*), os movimentos aproveitaram uma paisagem social diferente, devastada pela ganância e manipulação em todos os cantos do planeta. "Não foi apenas a pobreza ou a crise econômica ou a falta de democracia que causou esta rebelião multifacetada", mas o cinismo e arrogância dos poderosos. O sistema financeiro, ambas as esferas políticas e culturais, tudo estava voltado para os interesses das elites. Tantos fatores foram agregados, o que possibilitou transformar o medo em raiva e a indignação na esperança de uma humanidade melhor. "A humanidade que teve de ser reconstruída a partir do zero, escapando várias armadilhas ideológicas e institucionais que levaram uma e outra vez a um impasse, fazendo um novo caminho para trilhar".

3.4 A rede como canal de mobilização

Historicamente, os movimentos sociais sempre dependeram de mecanismos de comunicação específicos: rumores, sermões, panfletos, divulgação de pessoa a pessoa, a imprensa ou qualquer outro meio de comunicação disponível. Em nossa época, a comunicação em rede por meio das plataformas digitais inaugurou um processo comunicativo mais horizontal, mais rápido, autônomo e interativo da história. A autocomunicação de massas, isto é, que parte de um indivíduo para uma rede de envolvidos, proporciona a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja individual ou coletivo, frente às instituições da sociedade.

Segundo Bennett (2003), as redes alternativas de comunicação funcionam a partir da interação entre cidadãos e a difusão de informações por meio dos novos *media*, mas não é só isso. Os movimentos sociais precisam utilizar as tecnologias da comunicação para transmitir a sua mensagem de luta. O ideal seria articular uma estratégia para garantir espaço na agenda dos *media* e, ao mesmo tempo, garantir visibilidade no espaço público por meio dos próprios canais na rede.

Por isso os governos têm medo da Internet e as empresas mantêm uma relação de amor e ódio com a rede e tentam obter benefícios ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (Castells, 2012). As redes sociais na Internet são espaços de autonomia em grande medida fora do controle de governos e de corporações que, ao longo da história, têm monopolizado os canais de comunicação como ferramentas de dominação.

Compartilhando dor e esperança no espaço público da rede, conectando-se entre si e imaginando projetos de distintas origens, os indivíduos formaram redes sem ter em conta suas opiniões pessoais, nem a sua origem social. Uniram-se e conseguiram superar o medo. Segundo Castells (2012), o poder dominante se vale do medo para prosperar e reproduzir-se mediante a intimidação e, se necessário, mediante a pura violência, manifestada ou imposta pelas instituições.

Para exercer o contrapoder, os atores sociais precisam reprogramar as redes de comunicação mediante interesses e valores alternativos ou propor a interrupção das conexões dominantes, com vista a estabelecer uma outra

conexão de redes de resistência e mudança social. Os atores para a mudança social podem exercer uma influência decisiva utilizando mecanismos de construção de poder que correspondam às formas e processos do poder na sociedade em rede.

Através da produção de mensagens autônomas para os meios de comunicação de massas e o desenvolvimento de redes autônomas de comunicação horizontal (a exemplo das páginas de conteúdos colaborativos), os cidadãos da Era da informação podem criar novas perspectivas de luta. Ao partilhar experiências e conteúdos, podem construir projetos, subvertem a prática habitual de comunicação ocupando os *media* e criando mensagens.

A construção de significados na mente humana é uma fonte de poder mais estável e decisiva. A forma como pensamos determina o destino das instituições, normas e valores que estruturam a sociedade. A tortura física é menos eficaz que a manipulação mental. Se a maioria das pessoas pensam de forma contrária aos valores e normas institucionalizados nas leis e regulamentos impostos pelo Estado, o sistema mudará, mesmo que não necessariamente para cumprir as esperanças dos atores sociais. Por isso, a luta de poder fundamental é a batalha pela construção de significados nas mentes (Castells, 2012: 24).

Castells considera que a reprogramação das redes de comunicação, apesar da grande importância para os movimentos, é apenas um dos aspectos que precisam ser considerados para o desenvolvimento da mobilização social. É preciso ainda que os movimentos sociais encontrem um novo espaço público que não os limite à Internet, mas que os torne visíveis nos lugares onde se desenrola a vida social, "por isso ocupam os espaço urbano e edifícios simbólicos". Como frisa Chomsky (2013: 71), "ocupar agora significa a apropriação de algo para servir objetivos da população".

Os espaços ocupados têm um papel relevante na história da mudança social, assim como nas práticas atuais, por três razões básicas: (I) Criam a ideia de comunidade, que por sua vez dá aos atores sociais o sentimento de companheirismo, importante para a superação do medo; (II) Os espaços, se estrategicamente ocupados, podem estar carregados de poder simbólico. O controle do espaço simboliza o controle da vida social; (III) Ao construir uma comunidades livre num lugar simbólico, os movimentos criam um espaço público para a deliberação, essencialmente um espaço político. Um "espaço de

reunião de assembleias soberanas para recuperar os direitos de representação que têm sido capturados pelas instituições políticas constituídas em sua maioria para a conveniência dos interesses e valores dominantes".

Para Castells (2012), a questão central neste novo espaço público, que é interconectado pelos espaços digital e urbano, é a autonomia na comunicação. Esta autonomia é "a essência dos movimentos sociais porque é o que permite a formação dos movimentos e o que faz com que se relacione com a sociedade em geral sem o controle do poder de comunicação por parte dos poderosos".

Franco Berardi (2006) critica o papel dos *media* tradicionais na sociedade ao dizer que estes meios de comunicação suprimem as premissas dos pensamento crítico e as capacidades cognitivas que poderiam estimular o pensamento livre, a reflexão e, portanto, estruturaria a vida democrática tal como se idealiza na contemporaneidade.

Do surgimento do Movimento Zapatista até a explosão da Batalha de Seattle, as comunidades virtuais têm se afirmado como forma típica de organização da cibercultura. Elas surgiram na Internet baseadas em uma multiplicação do conhecimento produzido e apropriado como um bem comum. Fundadas na lógica de que o participante agrega a informação ou conhecimento que possui para o debate, tendo como contrapartida todas as informações e conhecimentos dos demais membros, as comunidades virtuais têm produzido inúmeros serviços de comunicação onde o conhecimento que se faz através das demandas e das ofertas dos usuários se traduz em valores e confiança.

Berardi defende o *media* ativismo, ou seja a participação dos cidadãos na produção e difusão de conteúdos, que romperia com este processo comunicacional, pois é um movimento de resistência criativa e de informação independente que busca superar esta lacuna comunicacional no espaço público. Este movimento trata de redefinir a relação entre a vida cotidiana e os *media* por meio da criação de redes de comunicação independentes, mas também por meio da criação de um imaginário social alternativo, que se diferencie do imaginário estruturado pelas mensagens e imagens transmitidas pelos *media* tradicionais. Para ir a favor disto, a mobilização na rede deve se

dedicar à proliferação de imagens para recuperar a energia do imaginário social, na atualidade paralisado pelos *media* tradicionais.

Assim, a comunicação não é um instrumento de ação política, senão uma ação política por si mesma. Por isso, as redes independentes de informação desenvolvidas nas plataformas gratuitas na Internet através de vários mecanismos de colaboração entre os internautas (*open source*⁸, por exemplo) não devem ser vistas apenas como inovações tecnológicas e de interação social.

Ao contrário, estas redes de difusão de conteúdos, conforme frisa Berard em entrevista a revista *El Viejo Topo*⁹, têm a capacidade de emancipação do pensamento coletivo frente à padronização reflexiva proposta pelo Capitalismo, nomeadamente pelo *media* tradicionais. Durante a criação destas redes de *media* ativismo, Berard ressalta que é necessário transpor solidariedade, o sentido de colaboração e criatividade através das mensagens. Assim, a tarefa estratégica do *media* ativismo também teria a capacidade de "salvar" a humanidade do isolamento social causado pela tecnologia.

Retomando a discussão sobre as profundas alterações que a Internet trouxe para o espaço público a partir de Virilio (1996), como vimos no capítulo II, Berard fala que o *media* ativismo precisa romper não apenas com este poder de centralização e de homogeneização dos meios de comunicação, mas também com a mutação cognitiva produzida pela instantaneidade da rede. Para isto, Bifo afirma que uma o *media* ativismo, ou a mobilização mediática, deve vencer um paradoxo. Esta situação é um paradoxo, porque este ativismo é fruto destas alterações provocadas pelas Internet, mas ao mesmo tempo tentará impedir que estas alterações perturbem o ideal democrático que é o da interação social e circulação de conteúdos. Para isto, a mobilização terá de manter ativas neste processo as competências cognitivas, éticas e estéticas cuja continuidade está ameaçada.

De fato, conforme analisa Chomsky (2013: 148), ao mesmo tempo que os novos *media* colaboram com os movimentos sociais no sentido de tornar o

⁸ O *open source*, segundo Primo e Träsel (2006), "são práticas desenvolvidas em secções ou na totalidade de um periódico noticioso na *web*, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe".

⁹ Revista *El Viejo Topo*, nº 203, Fev 2005

processo da comunicação mais horizontal, menos descentralizado, eles provocam uma "atomização" da sociedade. Ou seja, os cidadãos passam a agir em comunidades de interesse, que nem sempre promovem a interação com os demais indivíduos. A alternativa, neste caso, seria o que muitos movimentos, como o Occupy, por exemplo, já têm feito: a criação de verdadeiras comunidades de pessoas que interagem, "que têm associações e laços, que se ajudam, que se apoiam umas às outras, conversam livremente, algo que está muitíssimo ausente em toda sociedade".

Schmidt e Cohen (2013: 152) fazem uma análise do futuro dos movimentos sociais e afirmam que as tecnologias de comunicação, por meio da Internet, serão cada vez mais utilizadas em diferentes formas de protesto para "organizar, mobilizar e aliciar a comunidade internacional". Na perspectiva destes autores, as plataformas que os manifestantes recorrem hoje, como o Facebook, o Twitter, o YouTube e outras redes sociais, se transformarão em veículos ainda mais construtivos. Isto ocorrerá à medida que os técnicos de desenvolvimento de todo o mundo forem encontrando novas formas de utilizar os conteúdos multimídia (fotos, vídeos, textos etc) adequados às suas específicas missões.

O avanço tecnológico permitiu que mais pessoas pudessem ser mobilizadas, pois, como observam Schmidt e Cohen (2013), as tecnologias de comunicação demoliram as barreiras de idade, sexo, socioeconômicas e circunstanciais que impediam os cidadãos de participarem. Há, inclusive, a queda de uma "barreira do medo". Na Primavera Árabe, por exemplo, onde os cidadãos lutavam contra ditaduras, muitos participaram das mobilizações *online*, aderindo aos planos de acabar com aqueles contextos políticos.

Da mesma forma, se antes participar de uma mobilização implicava um empenho pessoal total, hoje em dia, e mais ainda no futuro, as plataformas tecnológicas multimídia permitirão a alguns participarem de forma integral, enquanto outros contribuem em determinados períodos.

O desenvolvimento de ferramentas e canais para a mobilização na Internet exigirá que os movimentos encontrem estratégias diferentes para envolver os cidadãos, pois haverá uma tendência para que os indivíduos se identifiquem com diversas causas, em diferentes países. No entanto, o grau de empenho ao movimento irá variar. É interessante que as organizações

escolham apresentar-se de formas diversas em diversos cantos da Internet a fim de alcançarem variados grupos demográficos (Schmidt a Cohen, 2013).

CAPÍTULO 4 - Manifestações no Brasil: as Jornadas de Junho

A partir deste capítulo faremos uma incursão pelas manifestações que tomaram as ruas do Brasil no mês de junho de 2013. As Jornadas de Junho, como ficou conhecido este momento histórico para os brasileiros, simboliza uma série de descontentamentos que a população do país tem em relação as políticas públicas em diversos setores sociais.

Vamos contextualizar o dia 18 de junho. Esta data foi uma das mais importantes durante as Jornadas, pois foi quando quase todas as capitais do Brasil foram paralisadas por manifestantes que reivindicavam uma série de questões. Na capital federal, Brasília, a fachada do Congresso Nacional, centro do poder Legislativo, foi completamente ocupada por milhares de cidadãos. A pressão popular logo resultaria em medidas que atendiam, pelo menos em parte, àquelas reivindicações. Foi então que no dia 20 de junho quase 2 milhões de pessoas foram às ruas, demonstrando o poder que emana da sociedade.

As redes sociais, em especial o Facebook, onde localizamos o nosso objeto de estudo, tiveram grande relevância na articulação dos protestos. Tanto na difusão de conteúdos e informações como na organização das passeatas, os novos *media* sem dúvida representaram um importante contexto de difusão de informação e mobilização para os movimentos sociais. Aqui também apresentaremos um panorama do que ocorreu no meio digital durante as Jornadas de Junho.

4.1 A dinâmica das manifestações

Desde a década de 1980 que o Brasil não vivia uma mobilização social tão intensa como a que ocorreu no mês de junho de 2013. Foram dias de pura indignação e revolta. O povo brasileiro foi às ruas movido pela insatisfação e, ao mesmo tempo, pela solidariedade. As manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho teriam começado, em princípio, em São Paulo. A grande imprensa noticiava que a Prefeitura paulistana previa um acréscimo de 0,20 centavos de Reais nas tarifas do transporte coletivo. Daí um

grupo de jovens do Movimento Passe Livre (MPL) organizou uma passeata para reclamar a medida que seria tomada pelo município.

Esta primeira manifestação foi marcada pela truculência da Polícia Militar do Estado de São Paulo e as cenas de violência transmitidas através dos *media* tradicionais e pela Internet, principalmente pelos jovens que lá estavam e que registraram toda a movimentação. Estas imagens ganharam o país e logo mobilizaram a opinião pública. Nos dias seguintes àquela manifestação, os cidadãos de outras cidades e Estados do Brasil se solidarizaram com a causa e também iniciaram um processo de mobilização, saindo em protesto para as ruas.

Inicialmente, acreditava-se que estas outras manifestações eram apenas de apoio à causa dos paulistanos, a do aumento na tarifa do transporte público. Mas o que se viu depois é que se tratava de uma avalanche de insatisfações. "Não é ó pelos 0,20 centavos" foi uma frase emblemática usada na maioria das movimentações que a cada dia ganhavam o país, sem uma causa única, específica. Os brasileiros estavam cansados e queriam "gritar" por melhores condições de vida, infraestrutura urbana, serviços públicos.

Em pesquisa realizada junto às prefeituras das cidades brasileiras¹⁰, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) constatou que naquela altura houve manifestações em 438 municípios do país. Ainda de acordo com o levantamento, as mobilizações das ruas tiveram a participação de pelo menos 2 milhões de cidadãos. O dia principal, que reuniu mais pessoas, foi o dia 20 de junho, conforme veremos mais à frente. O CNM também verificou que para atender as reivindicações seria necessário o Governo alterar o atual modelo de gestão, que "sacrifica o contribuinte e o Município", sem oferecer a população o retorno em áreas prioritárias como Saúde, Educação e Segurança.

Em iniciativa própria, o jornal O Estado de São Paulo, na época, realizou uma pesquisa no Facebook que, por meio dos eventos de mobilização criados na rede, identificou que cidadãos de 353 municípios organizavam protestos contra as políticas públicas¹¹. Ainda segundo informações apuradas pelo jornal,

¹⁰ Informação disponível no Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, por meio do link <<http://famem.org.br/arquivos/jornal/JOM960.pdf>>.

¹¹ Informação disponível em notícia divulgada no site do jornal, no dia 29 de junho de 2013 <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,epidemia-de-manifestacoes-tem-quase-1-protesto-por-hora-e-atinge-353-cidades,1048461,0.htm>>

na cidade de São Paulo os primeiros três protestos aconteceram em um intervalo de seis dias e não ultrapassaram os 10 mil manifestantes, "mesmo assim já eram a principal história dos jornais".

No dia 13 de junho, outras dez cidades aderiram aos protestos. Eram capitais como Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, e até cidades médias, como Santos e Sorocaba, no interior paulista. No dia 17 daquele mês já eram 21 cidades participando da mobilização. De acordo o Estadão, o auge foi no dia 20 de junho, quando 150 municípios tiveram protestos. Teriam sido 1 milhão de pessoas nas passeatas de 75 dessas cidades, conforme apurou o jornal com a Polícia Militar dos Estados. "Desde Belém, no Pará, até Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai. A menor cidade a se rebelar foi Figueirão (MS), que tem 2,9 mil habitantes" (*Idem*).

Verificamos que a revolta se deu por um conjunto de motivos, como veremos mais à frente. O mote do transporte público foi o mais popular principalmente nas cidades que possuem rede de ônibus. Contudo, os protestos também ganharam conotações regionais. Na cidade de Picos, no interior do Estado do Piauí, por exemplo, a população saiu às ruas para protestar contra os assassinatos cometidos por encomenda através de pistoleiros.

Para melhor compreender todo o contexto das Jornadas de Junho, preparamos um roteiro, por datas, de como se deu a dinâmica das manifestações pelo Brasil:

- Dia 6 de junho - O MPL convocou um protesto na cidade de São Paulo contra o aumento nas tarifas do transporte coletivo municipal. Este aumento era sempre anunciado durante as férias escolares. Mas naquele ano a Prefeitura o fez durante o período letivo, o que provocou ainda mais a revolta dos estudantes. O ato no centro de São Paulo foi violentamente reprimido pelas forças policiais;
- Dia 7 de junho - Um dia depois do protesto realizado pelo MPL, o movimento decidiu responder ao Estado levando o dobro de manifestantes para as ruas. A polícia reforçou a repressão. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, permaneceu inflexível e não se mostrou aberto para dialogar com o movimento;

- Dia 11 de junho - Os combates entre a tropa de choque e os manifestantes repetiram-se. De Paris, onde participava da candidatura de São Paulo à Expo 2020, na companhia do governador do Estado Geraldo Alckmin, Haddad condenou as manifestações e enalteceu o comportamento da Polícia;
- Dia 13 de junho - Mais de 20 mil manifestantes tomaram as ruas da capital paulista para apoiar o MPL. Apareceram cartazes anunciando "Não é só por 0,20 centavos". A repressão policial a partir deste dia foi redobrada em São Paulo. O fato motivou ainda mais a repulsa da opinião pública;
- Dia 17 de junho - As passeatas generalizaram-se pelas principais capitais do país e tornaram-se maciças. As reivindicações começaram a surtir efeito no plano político. Governadores e prefeitos, uns após os outros, passaram a anunciar reduções nas tarifas dos transportes coletivos. Protestos fora do Brasil também foram realizados pela comunidade brasileira espalhada pelo mundo. No total, 73 cidades no exterior registraram mobilizações de apoio às que ocorriam no Brasil¹²;
- Dia 18 de junho - As principais cidades do país tiveram novamente seus espaços públicos tomados pelos cidadãos. Locais emblemáticos em cada cidade foram "ocupados" pelos manifestantes. Na capital federal, Brasília, a sede do Congresso Nacional teve a fachada totalmente invadida. Em outras cidades os palácios municipais foram o alvo da manifestação;
- Dia 19 de junho - Depois de várias autoridades já terem se pronunciado em relação às tarifas, o prefeito de São Paulo, então, reconhece a legitimidade das manifestações e não aprova o aumento das passagens do transporte coletivo;
- Dia 20 de junho - Acontece o "Ato da vitória", como muitos investigadores intitularam o evento. As ruas das principais cidades foram

¹² O site Grunz <<http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>> reuniu os eventos criados no Facebook que convocaram as manifestações entre os dias 17 e 30 de junho de 2013. A estimativa oferecida é de que pelo menos três milhões de pessoas confirmaram presença nos eventos em 611 cidades: 538 no Brasil e 73 no exterior. Boa parte dos atos internacionais aconteceu na porta de embaixadas ou consulados brasileiros de 27 países, como Austrália, Estados Unidos, Portugal, Israel, Argentina, Japão, Grécia, Coréia do Sul, Chile, Alemanha etc.

tomadas pela multidão. A revolta da juventude tinha se transformado numa revolta urbana de grande porte;

- Dia 21 de junho - A presidente Dilma Rousseff, quase quinze dias depois do início das manifestações, fez seu primeiro pronunciamento oficial em cadeia nacional de rádio e TV. Dilma destacou a importância das mobilizações e se mostrou aberta ao diálogo¹³;
- Finais de junho / Início de julho - As manifestações continuaram com certa força, e multiplicaram-se pautas de protesto. As reivindicações passaram a contemplar um amplo leque de problemas. Finalmente em julho, as grandes mobilizações arrefeceram, mas os protestos continuaram.

De fato, as manifestações iniciaram em São Paulo por causa do aumento da tarifa das passagens dos ônibus urbanos, mas, também por causa da violência policial, o sentimento de indignação tomou conta dos cidadãos de outras cidades que logo colocaram na roda de reivindicação muitas outras questões que gostariam de cobrar dos governos Municipais, Estaduais e Federal. Algumas das manifestações apresentavam pautas semelhantes, como a melhoria da Educação, do transporte público e do sistema de Saúde.

Outra questão interessante de ser destacada é o fato de que os governantes apostavam no esvaziamento natural dos protestos. Mas não foi o que aconteceu, pelo menos num primeiro momento. As imagens da guerra campal entre tropas de choque e os cidadãos, principalmente em São Paulo, ganharam o país por meio das redes sociais e começaram a mudar a opinião pública.

A truculência da tropa de choque funcionou como um estopim que detonou a indignação popular. A intrepidez dos jovens que desafiavam bombas e balas de borracha evidenciava a covardia da polícia e legitimava os métodos de luta do MPL. Nos fluxos de mensagens que circulavam na Internet já era possível identificar que os protestos tinham se transformado em uma revolta da juventude (Sampaio Júnior, 2013).

¹³ Todo o pronunciamento está disponível na página do Palácio do Planalto. No discurso, a presidente não apresentou nenhuma novidade, apenas reafirmou compromissos de campanha e que estaria aberta ao diálogo com os cidadãos. <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>

É importante ressaltar também que até determinada altura das manifestações a grande imprensa ataçava a polícia e intrigava a opinião pública contra os movimentos. Os protestos eram retratados como ações de vandalismo e violência praticados por jovens manifestantes. Enquanto os *media* desenvolviam este tipo de cobertura, nas redes sociais eram disseminadas informações e conteúdos que questionavam as informações reportadas pelos *media mainstream*. Chegou ao ponto de os profissionais da imprensa serem hostilizados nas passeatas, e equipamentos e veículos depredados por alguns grupos mais radicais de manifestantes. Até o momento que estes órgãos de comunicação alteraram o discurso e passaram a defender a legitimidade das revoltas.

Segundo Sampaio Júnior (2013), a composição social da massa que saiu às ruas foi heterogênea. "Da classe média remediada para baixo, praticamente todos os segmentos da sociedade aproveitaram a oportunidade para expressar seu descontentamento". Contudo, desde o início o "núcleo duro das manifestações - suas lideranças e sua vanguarda mais aguerrida - foi composto de estudantes que trabalham e trabalhadores que estudam".

Ainda que a ausência de partidos e sindicatos na convocação e organização das manifestações dê a impressão de que as manifestações tenham ocorrido de forma totalmente espontânea, respondendo ao chamado difuso das redes sociais, na realidade, não houve um protesto que não tivesse sido convocado por organizações políticas, sindicatos e movimentos sociais curtidos nas trincheiras da resistência ao neoliberalismo nas últimas décadas. Os militantes dos diversos partidos da esquerda contra a ordem (PSOL, PSTU, PCB etc) e grupos anarquistas, como os Black Blocs, Radicais Livres e Anonymous, distribuíram-se, muitas vezes misturados, nos coletivos políticos que compuseram as vanguardas dos protestos. Com todos os méritos, o MPL foi o que ganhou mais notoriedade (*Idem*).

Ao longo destes dias de revolta urbana, os manifestantes atacaram os símbolos dos poderes econômico e político: palácios de governos, bancos, concessionárias de carros, grandes redes de televisão, praças de pedágios, empresas de transporte coletivo e, claro, bateram de frente com a tropa de choque da Polícia Militar. Sampaio Júnior (2013) chama-nos a atenção também

para o fato de instituições e indivíduos que aproveitaram o momento de tensão para atender a objetivos escusos:

valentões de partidos de extrema direita e até brutamontes infiltrados por empresários de transporte interessados em ver o circo pegar fogo. Também houve saques a lojas de eletrodomésticos e supermercados, muitos devido a falta de apoio policial, que estava concentrada nas manifestações. O oportunismo destes indivíduos desesperados em condição de extrema pobreza ou de bandos criminosos também figurou os noticiários como se fossem parte das mobilizações.

As Jornadas de Junho terminaram com saldo positivo para os jovens que iniciaram a mobilização contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. A redução das passagens significou uma vitória objetiva e tangível que beneficiou o conjunto da população. Para Sampaio Júnior (2013), as mobilizações foram uma reconquista do direito à manifestação, um contraponto ao processo de criminalização das lutas sociais em progressão há mais de uma década. "As classes que dependem de seu trabalho para sobreviver aprenderam que para serem levadas em consideração precisam ir à luta". O autor avalia que todos os embates ocorridos durante as Jornadas de Junho (contra as forças policiais, os *media*, as ideologias e as políticas) provocaram um salto de qualidade na consciência política do conjunto da juventude rebelde e mostraram que a mobilização social e a ação direta são os únicos meios de que o povo trabalhador dispõe para mudar as estruturas enrijecidas do poder.

4.2 "Não é só por 0,20 centavos"

As manifestações das Jornadas de Junho foram convocadas através das redes sociais. O elemento mobilizador, no início, foi o aumento da tarifa dos transportes coletivos em São Paulo, mas terminou por "estourar uma bolha de descontentamento que se caracteriza pela cobrança de melhores serviços públicos, pelo descrédito nas instituições democráticas e pela crise de representação política tradicional brasileira" (Cardoso e Di Fátima, 2013: 144).

O que não faltou foi motivo para protestar. A indignação do povo brasileiro estava estampada nos cartazes e faixas que eram levantados durante as manifestações. A grande imprensa deu destaque à presença de

consignas nacionalistas - "O gigante Acordou", "Verás que o filho seu não foge à luta"; moralistas - "Contra a Corrupção", "Contra a PEC-37"¹⁴; e até mesmo autoritárias - "Contra os Partidos" e "Contra a violência".

Embora estes tenham recebido mais atenção dos *media*, a avassaladora maioria dos manifestantes portou consignas radicais e anticapitalistas, com apelo democrático e anti-imperialista: "Passe Livre", "Não é só por 0,20 centavos", "Educação pública não mercantil", "Saúde não é mercadoria", "Moradia: Direito de 'todos'", "Fora Fifa" (revelando-se contra a realização da Copa do Mundo no Brasil), "Contra a privatização do Maracanã", "Fora Eike", "Não às remoções", "Fora Rede Globo", "Da Copa eu abro mão, não da Saúde e da Educação", "A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela", "Contra homofobia" (Leher, 2013).

Figura 1 - Variedade de consignas nos cartazes das Jornadas de Junho de 2013



Fonte: Autor Desconhecido

Mesmo com tantos motivos e evidências apresentadas pela população nas manifestações, uma parte da classe política engrossou um discurso de que os protestos que tomavam as ruas eram praticamente imprevisíveis. O ex-

¹⁴ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/2011 foi rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados, com por 430 votos contrários e 9 favoráveis, além de duas abstenções. Isso ocorreu no dia 25 de junho de 2013. Se fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civil, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP). A opinião pública brasileira temia o aumento da impunidade se a medida fosse aprovada.

presidente Lula durante discurso no 19º Foro de São Paulo, que reuniu partidos de esquerda da América Latina, reforçou a ideia de que as manifestações eram uma surpresa.

Segundo Lula, "esses movimentos que aconteceram no Brasil pegaram de surpresa todos os partidos de esquerda, pegaram de surpresa todos os partidos de direita, todo o movimento sindical"¹⁵. Além da classe política, de acordo com Cardoso e Di Fátima (2013), juntam-se à longa lista dos surpreendidos, intelectuais, parlamentares, lideranças setoriais, empresários e jornalistas.

No entendimento de Cardoso e Di Fátima (2013: 152), para desconstruir o discurso do "inesperado" é preciso ter atenção especial ao contexto social, econômico, cultural e político que antecede as manifestações das Jornadas de Junho por dois motivos. Primeiro, segundo os autores, não haveria surpresa nos protestos, mas sim "cegueiras políticas e acima de tudo uma incapacidade comunicativa entre o Estado e os cidadãos".

O segundo se deve ao fato de outras manifestações terem demonstrado que essas insatisfações generalizadas não se originam em pequenos incidentes, senão num longo processo acumulativo de descontentamento social em relação às políticas e serviços públicos. "O que ocorre é que o elemento mobilizador é normalmente percebido como pequeno, mas é pequeno apenas porque na realidade o evento público é a gota de água que faz transbordar o copo do descontentamento acumulado em privado", e no caso do Brasil a gota de água foi o aumento no preço da passagem do transporte coletivo.

Os autores fazem uma retrospectiva dos fatos mais importantes que antecedem as Jornadas de Junho. Nos últimos dez anos, o Brasil tem ocupado as páginas dos principais jornais internacionais como um país que segue modelo sólido que integra inclusão social e crescimento econômico. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas¹⁶ (2013) apresenta a formação da nova classe média brasileira estruturada durante o governo do presidente Lula (2003-2010), quando pelo menos 40 milhões de cidadãos teriam sido retirados da pobreza.

¹⁵ O discurso do ex-presidente foi divulgado em notícia do Portal de notícias da Rede Globo, o G1, no dia 2 de agosto de 2013. A informação está disponível no link <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/protestos-foram-surpresa-para-esquerda-e-direita-diz-lula.html>>

¹⁶ FGV (2013). Os emergentes dos emergentes. Disponível em <www.cps.fgv.br/cps/brics/>.

Isto muito se deve aos programas sociais aplicados por aquela administração, como o Bolsa Família, que tem como objetivo distribuir a renda.

Como resultado destas políticas, o poder aquisitivo e o rendimento financeiro do brasileiro aumentou¹⁷. Vários outros indicadores neste período apresentam o Brasil como um país que estava crescendo economicamente e diminuindo as desigualdades sociais.

Outros motivos ajudam a estabelecer o cenário de otimismo no Brasil, como a escolha do país para ser sede da Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro como a sede do dos Jogos Olímpicos de 2016. Cardoso e Di Fátima (2013) apontam ainda, em âmbito internacional, a eleição do diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, em maio de 2013, como diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), que foi recebida com euforia pelos mercados. O quadro de prosperidade do Brasil estava pintado e parecia não haver motivos para tantos protestos.

Duas reportagens feitas pela revista *The Economist*, uma em 2009 e a outra em 2013, provam o contrário. Na primeira a publicação estampou na capa a ascensão econômica do país, com a manchete "Brazil takes off" (*O Brasil decola*, em português)¹⁸. Na segunda reportagem o discurso é outro: "Protests in Brazil - Taking the streets" (*Protestos no Brasil - tomando as ruas*)¹⁹, que enumera motivos que justificariam a indignação representada pelos movimentos sociais. Segundo esta publicação, "não faltam causas: a criminalidade e a corrupção política são endêmicas; a brutalidade policial é comum. Os brasileiros pagam impostos ao nível dos países ricos e recebem em troca serviços públicos terríveis".

Um rápido levantamento deixa claro que a reportagem da revista tem fundamento. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Planejamento

¹⁷ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revela que o rendimento cresceu 8,9% entre 2009 e 2011. Àquela população pobre o rendimento pode ter chegado quase a 30%. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

¹⁸ *The Economist*, "Brazil takes off" (*O Brasil decolou*). [Novembro de 2009]. Disponível em <www.economist.com/node/14845197>.

¹⁹ *The Economist*, "Protests in Brazil - Taking to the streets" (*Protestos no Brasil – Tomando as ruas*). [Junho de 2013]. Disponível em <www.economist.com/printedition/2013-06-22>

Tributário (IBPT)²⁰, o cidadão brasileiro trabalha 150 dias (cinco meses) só para pagar os impostos e taxas do governo, que representam 36% do Produto Interno Bruto (PIB). O mesmo instituto realizou outro estudo que pontua que, em 2013, "pela quarta vez consecutiva, o Brasil, que está entre as 30 nações com as maiores cargas tributárias do mundo, se posiciona no último lugar como provedor de serviços públicos de qualidade à população, como saúde, educação, segurança, transporte e outros"²¹.

No quesito corrupção, o país ficou na 72ª posição no Índice de Percepção da Corrupção, da ONG Transparency International, que verificou a situação em 177 países no ano de 2013²². Este dado destaca-se ainda mais quando verificamos inúmeros escândalos políticos, casos de corrupção, noticiados pela imprensa brasileira. Estes casos começaram a ser mais divulgados na abertura do processo democrático, quando os *media* passaram a pressionar mais o Estado. Desde aí, diversas ferramentas institucionais têm sido criadas para facilitar a publicidade das ações dos governos e a prestação de contas à população. A crescente divulgação dos escândalos políticos pela imprensa gera dois efeitos na sociedade: um é o aumento da crítica social; o outro é uma crescente desconfiança por parte dos cidadãos em relação ao poder público (Meneguello, 2013)²³.

Cardoso e Di Fátima (2013) citam alguns dos escândalos políticos mais emblemáticos da história do Brasil, e que foram amplamente divulgados pela imprensa: Anões do Orçamento (1989-1992); as privatizações do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); o Mensalão do PT (2003-

²⁰ IBPT 2013. *Dias trabalhados para pagar tributos*. Disponível em <<https://ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/920/ESTUDODIASTRABALHADOSEDICAO2013.pdf>>.

²¹ IBPT 2013. *Estudo sobre a carga tributária, PIB x IDH*. Disponível em <<https://ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/787/ESTUDOFINALSOBRECARGATRIBUTARIAPIBXIDHIRBESMARCO2013.pdf>>.

²² Disponível em

<http://www.transparency.org/ajax/publication_embed.php?dID=2496456/5813913&IT=Corruption+Perceptions+Index+2013>

²³ Em entrevista ao Jornal da Universidade de Campinas (Unicamp), em setembro de 2013, a cientista política Rachel Meneguello fala da crise de confiança política vivida pelos cidadãos brasileiros. Disponível em <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/572/brasil-vive-crise-de-confianca-politica-diz-rachel-meneguello>>.

2006) etc. Todos estes fatos ao longo das últimas décadas fizeram com que o a credibilidade nas instituições públicas diminuísse.

Além da classe política, os *media* tradicionais, num primeiro momento das manifestações, também tentaram alterar o discurso dos protestos, caracterizando-os como atos de vandalismo e violência. É claro que casos assim, violentos, ocorreram durante os protestos, como já demonstramos anteriormente. Mas, de fato, não eram o objetivo dos movimentos. O enquadramento mediático, numa primeira fase da cobertura, então, preferiu dar atenção a estes atos. Mas depois os jornalistas começaram a ser hostilizados durante as manifestações, e os veículos criticados nas redes sociais.

Os *media* tradicionais, seus jornalistas e comentaristas, políticos e intelectuais do horário nobre, também tentaram encontrar similaridades entre as manifestações e outros momentos históricos do Brasil, como as "Diretas Já" (1983-1984) e o "Fora Collor" (1992). Estas tentativas foram frustradas porque os movimentos em curso apresentavam objetivos, *modus operandi*, características de composição, estrutura organizativa e estética particulares e incomparáveis. O discurso da grande imprensa logo foi alterado, reforçando o caráter político das manifestações.

Um exemplo foi o jornal Folha de São Paulo, que no dia 13 de junho publicou editorial que dizia que os manifestantes são "jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária"²⁴. Já no editorial do dia 18 de junho, chamam a atenção para "uma lição que as autoridades brasileiras, perdidas entre o abuso da força contra protestos não violentos (...), ainda precisam assimilar" é "a percepção de que manifestantes, no exercício pacífico de seu direito, não representam ameaça nem podem ser confundidos com criminosos"²⁵.

O que muitos sociólogos e investigadores que se debruçaram sobre as Jornadas de Junho afirmam é que estas manifestações são resultado de um longo processo de lutas sociais. A própria reivindicação sobre o preço dos

²⁴ Folha de São Paulo. Retomar a Paulista. Editorial. [13 junho de 2013]. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>.

²⁵ Folha de São Paulo. Protestar não é pecado. Editorial. [18 junho de 2013]. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/07/1312731-protestar-nao-e-pecado.shtml>.

transportes coletivos vem de muito tempo. Silva (2013)²⁶ aponta que em 1879, cerca de 5 mil pessoas foram às ruas no Rio de Janeiro, que na época tinha 190 mil habitantes, para protestar contra o aumento de um vintém no valor da tarifa do bonde. E mesmo o levante organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL) vem de algum tempo.

O MPL foi criado oficialmente em 2004, durante plenária do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Em janeiro de 2005, o movimento já realizava atos pela tarifa zero em São Paulo e em outras cidades por meio de uma rede de mobilização. Desde então, ao longo dos anos, o MPL atua em diversas regiões do Brasil sob a bandeira da redução de aumentos e da gratuidade das tarifas.

Leher (2013) faz um apanhado de todas as mobilizações promovidas pelo MPL desde a sua fundação e afirma que o movimento se aproxima com as lutas latino-americanas das últimas décadas. O autor considera ainda que outros movimentos da juventude tenham relação com o MPL, além de sindicatos, movimentos sociais e partidos. Porém, isso "não equivale a afirmar que a enorme massa que compareceu aos atos (...) contou apenas com a presença de apoiadores ativos do MPL".

De acordo com Malini (2013a), os protestos no Brasil não aconteceram do nada. Já alguns anos, "demonstravam-se no país inteiro micro revoltas locais e fortemente conectadas", com grande visibilidade nas redes sociais. Para citar alguns: protestos contra a construção da hidroelétrica de Belo Monte, no Pará; Anti-Feliciano na Comissão da Câmara dos Deputados para dos Direitos Humanos; contra o aumento da tarifa; a questão indígena dos guarani-kaivás; contra o mensalão do PT; etc. O que é possível depreender destes movimentos é que nenhum possuía coordenação. Agora na rede toda luta local é nacional, "e vice-versa, e em rede".

Ao comparar a juventude escolarizada que partiu para as ruas do Brasil com outros movimentos recentes como o "Occupy" (Estados Unidos), que, como vimos, protesta contra a desigualdade econômica e social, e os "Indignados" (Espanha), todos com forte articulação pelas redes sociais, o

²⁶ Texto foi publicado no Jornal da Universidade de Campinas (Unicamp), em julho de 2013. Disponível em < <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/567/o-que-vemos-nas-ruas>>.

sociólogo Marcelo Ridenti (2013), da Universidade de Campinas, destaca uma diferença essencial: o fato de os jovens brasileiros terem emprego.

No Brasil, é uma juventude de estudantes, muitos dos quais trabalham, e recém-formados que não encontram no trabalho a possibilidade de manter o padrão de vida familiar (no caso das classes médias estabelecidas), nem vislumbram a realização das promessas de ascensão social pelo estudo, no caso dos jovens com menos recursos²⁷.

Por tantos motivos durante as manifestações e fatos que reconstituem os antecedentes para tamanha insatisfação do povo brasileiro, é possível desconstruir o mito de que as manifestações eram totalmente imprevisíveis. E não só isso. As Jornadas de Junho se legitimaram como uma revolta de indignação, cuja faísca foi o acréscimo de alguns centavos de Real à tarifa do transporte coletivo.

Manuel Castells sintetiza o momento de revolta brasileira durante uma palestra que fez em São Paulo, em junho de 2013:

Todos estes movimentos, como os movimentos sociais na história, são, sobretudo, emocionais. Não são pontualmente reivindicativos. Não é o transporte. Em algum momento, há um fato que provoca a indignação - por isso, meu livro se chama *REDES de indignação e esperança* - provoca a indignação e, então, ao sentir a possibilidade de estarem juntos, ao sentir que há muitas pessoas que pensam o mesmo fora do âmbito institucional, surge a esperança de fazer algo diferente. O quê? Não se sabe. Mas, com certeza não é o que está aí. Certamente, é outra coisa. Porque, o fundamental, recordo-lhes, é que os cidadãos, em sua grande maioria, não se sentem representados pelas instituições democráticas²⁸.

4.3 O gigante na rede

As redes sociais, em especial Facebook e o Twitter, tiveram papel relevante na articulação dos discursos e para a divulgação das datas dos protestos. Além disso, os novos *media* funcionaram como canais de

²⁷ Artigo publicado em julho de 2013 no Jornal da Universidade de Campinas (Unicamp) <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/567/o-que-vemos-nas-ruas>>.

²⁸ Manuel Castells esteve em São Paulo para o lançamento do seu livro "Redes de Indignação" na mesma altura em que as manifestações aconteciam nas ruas. Entrevista disponível no link <<http://www.frenteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68>>.

continuação das manifestações a partir da circulação de conteúdos, debates e novas mobilizações.

Os protestos ficaram conhecidos no Facebook e no Twitter por *hashtags* como #ogiganteacordou, que faz alusão ao tamanho continental do território brasileiro. Enquanto os manifestantes estavam nas ruas, as redes sociais entravam em ebulição com uma imensa quantidade de conteúdos produzidos durante os protestos. As imagens do uso abusivo da força por parte da Polícia Militar dos Estados foram captadas pelos veículos de comunicação, mas também por manifestantes individuais com seus celulares, e também por redes colaborativas de informação - nomeadamente a Mídia Ninja, um dos nossos objetos de estudo.

Os Ninja transmitiam os eventos em tempo real via *streaming*. Os vídeos da ação da PM foram assistidos e compartilhados exaustivamente no YouTube e em outras redes sociais. No Facebook, além da circulação desse tipo de conteúdo multimídia, outros eventos eram articulados em várias cidades do Brasil. "A resposta popular veio nas ruas e na Internet" (*Ibid*: 159).

O site Causa Brasil²⁹ monitorou as temáticas mais veiculadas sobre os protestos dos dias 16 e 17 de junho no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+. Os dados, apresentados por Cardoso e Di Fátima (2013), foram extraídos de 1.209.514 menções com base em cem *hashtags* mais usadas durante os protestos. Entre estas *hashtags* estão: #ogiganteacordou, #changebrazil, #indignação, #vemprarua, #protestos, #amanhãvaisermayor, #contracorrupção etc.

A análise dos dados revelou a predominância de dois grandes grupos de debates: Direitos Básicos, com 42,21% de todo o conteúdo das redes, seguidos por temas políticos, com 40,61% das publicações. No primeiro grupo, as causas mais mencionadas foram Saúde (9,44%), segurança (7,99%), educação (7,38%), preços das passagens (7,22%) e qualidade do transporte coletivo (4,87%). As causas do segundo grupo estavam relacionadas aos temas: Governo Dilma (11,28%), combate à corrupção (8,41%), PEC 37 (4,88%), partidos (4,75%) e gastos públicos (2,61%).

²⁹ www.causabrasil.com.br

Cardoso e Di Fátima (2013: 163) dão destaque também para o fato de que, de acordo com o levantamento da Causa Brasil, das 14 temáticas mencionadas nas redes sociais, em pelo menos seis criticavam nominalmente políticos e governos das três maiores legendas do país: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Isto pode representar a repulsa que uma parte dos manifestantes apresentavam contra os partidos.

A explicação mais provável para este fenômeno é que a autonomia do sujeito é a matriz de intervenção e de vivência da maior parte daqueles que tomam as ruas para protestar algo que nada tem a ver com esquerda nem direita. Isto explica porque os políticos que tentaram surfar as ondas das manifestações morreram antes mesmo de avistar a praia.

Malini (2013b) destaca o papel do Facebook durante as manifestações das Jornadas de Junho. Foi nesta rede social que no dia 9 de junho 28 mil pessoas confirmaram presença no "Terceiro Grande Ato contra o aumento da passagem", marcado para acontecer em São Paulo. Este foi um dos eventos criados através do *site*.

O autor questiona o fato de muitos destes perfis que confirmaram presença no evento não estarem localizados na cidade de São Paulo. Contudo, para dar força - e visibilidade - ao movimento, muitos afirmaram que estariam presentes. Esta dinâmica ilustra curiosamente a articulação rua e rede. "Há aqueles que estão presentes na primeira; há aqueles que estão na segunda. Os primeiros enunciam; os segundos anunciam. Os primeiros, de dentro da mobilização, relatam. Os segundos, de dentro da rede, espalham e comovem". Neste sentido, "a emoção sai das ruas (...) para entrar nas *timelines* dos perfis de redes sociais, que espalham e mencionam esse conteúdo, afetando milhares de outros nós, que se encorajam a estar nas ruas" (Malini, 2013a). É assim que as redes de insatisfação, ao sentir a injustiça, ganham capilaridade política e ativam outros nós em processos de solidariedade por meio da Internet³⁰.

³⁰ Esta rede de solidariedade cresceu na *web*. Cardoso e Di Fátima (2013) afirmam que uma rede transnacional foi estruturada quando advogados criaram páginas no Facebook, com contatos telefônicos, para prestar assessoria jurídica gratuita aos manifestantes presos e denunciar violações aos Direitos Humanos. Em outra rede social, o Tumblr, os usuários criaram

É interessante pensar a dinâmica dos eventos no Facebook. Uma vez participante destes acontecimentos, o usuário da rede pode publicar conteúdo multimídia de todo o tipo naquela página. Em situações de protestos intensos, o evento funciona como um mural noticioso das lutas (Malini, 2013b).

É uma construção heterogênea das narrativas comuns, que podem ser popularizadas através dos *likes*, seguidas (valorizadas em termos de atenção), comentadas (discutidas até o ponto de virarem polêmicas num espaço público) e compartilhadas (difundidas pelos perfis para uma nova audiência em rede).

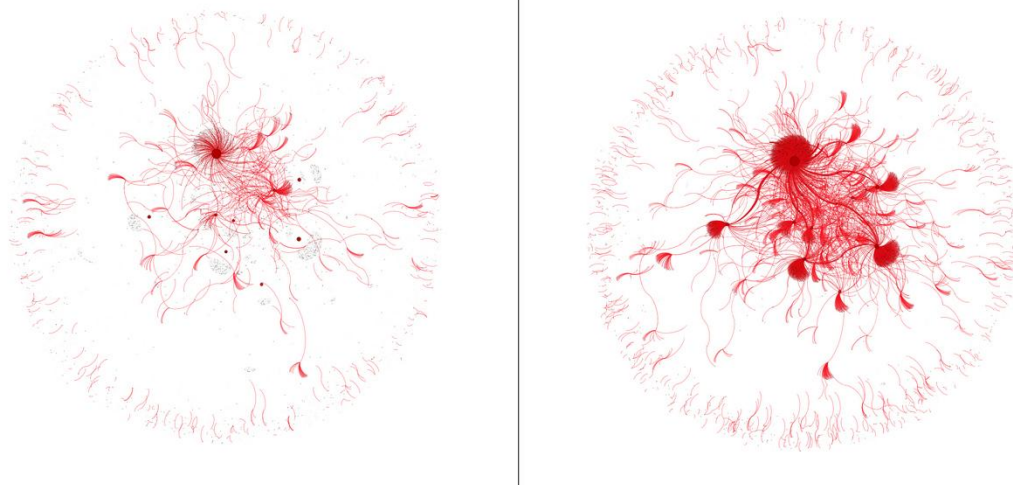
Malini realizou uma análise do evento "Terceiro Ato (hoje já virou Quarto Ato)" e identificou uma curiosidade: as publicações possuem, em geral, duas linhas de texto. Para o investigador isto significa que os perfis estão "emocionalmente engajados". "Não há muito lugar para a 'racionalidade habermasiana', para teorizar. Só há lugar para a emoção que deriva de um efeito dos nós da rede".

No Twitter a circulação de conteúdos, informações e comentários sobre os protestos também foi intensa. Conforme registrado pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura³¹, a resposta popular veio nas ruas e na Internet. O gráfico elaborado pelo laboratório mostra o crescimento exponencial das interações no Twitter logo depois das ações policiais no dia 13 de junho, com base num recorte de 20 mil mensagens que traziam a palavra "tarifa".

páginas como a *Brazilian Protests* < <http://www.tumblr.com/tagged/brazil-protests> > para traduzir informações alternativas para o inglês e outros idiomas.

³¹ A análise está disponível na página do laboratório <<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>.

Figura 2 - Interações no Twitter antes (esquerda) e depois (direita) da ação policial.



Fonte: Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) / (Malini, 2013b)

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Pesquisa (Ibope), o número de brasileiros conectados na Internet chegou a 105,1 milhões nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2013. O estudo corresponde a pessoas com acesso à web em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, ciber cafés, escolas, locais públicos etc). O crescimento foi mais expressivo no acesso em casa e no local de trabalho³².

De acordo Cardoso e Di Fátima (2013), os protagonistas das Jornadas de Junho foram os internautas jovens. Estes, em geral, possuem formação universitária, fazem parte da classe média e são tecnologicamente esclarecidos. Este perfil dos manifestantes a partir da rede ajuda a elaborar um panorama ainda mais claro sobre as manifestações de junho.

O fato de os protestos terem sido articulados pelas redes sociais, e de que estes canais foram abastecidos em tempo real com informações produzidas no calor das manifestações por cidadãos e grupos de ativistas, pode ser explicado a partir daquelas características. Outro fato que pode ser esclarecido tem a ver com o interesse pela temática política, que, apesar de não ser predominante na Internet, no momento das manifestações dominou

³² Informações disponível no Portal de notícias da Rede Globo, o G1 <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/10/internautas-brasileiros-chegam-105-milhoes-segundo-pesquisa-do-ibope.html>>.

todas as redes sociais. A Copa das Confederações, que acontecia no mesmo período, por exemplo, teve 214 mil citações, enquanto que os protestos e as temáticas políticas, entre os dias 13 e 21 de junho, ultrapassaram a marca de 2 milhões de citações no Facebook, Twitter, YouTube e Google+³³.

Um fenômeno que também é explicado pelo perfil de boa parte dos manifestantes está relacionado ao fato de que 62% das pessoas que foram às manifestações tomaram conhecimento prévio das mobilizações no Facebook³⁴. A mesma pesquisa demonstra que das pessoas que se informaram sobre os protestos pelas redes sociais, pelo menos 75% delas mobilizaram outras pessoas pela Internet. Àquela altura, segundo informações da ferramenta de monitoramento de rede sociais Scup, as publicações dos brasileiros sobre os protestos alcançaram pelos 136 milhões de contas nas redes sociais.

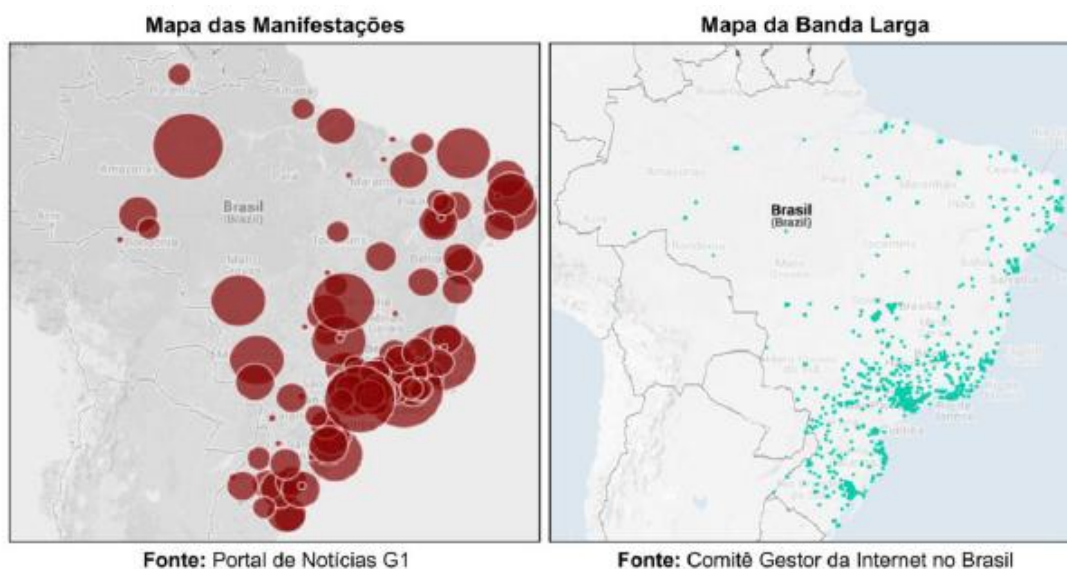
Outra informação relevante que nos oferece mais pormenores para entender o papel da Internet nas Jornadas de Junho é a correlação entre o acesso à banda larga e a incidência de manifestações no Brasil. Conforme apresentaram Cardoso e Di Fátima (2013), o resultado é que as regiões fortemente conectadas registraram um maior número de protestos do que as áreas com menor penetração da rede em alta velocidade. Assim, o Sudeste do Brasil, que concentra a maior parte de internautas do país, teve 165 manifestações, seguido pelo Sul com 95, o Nordeste com 86, o Centro-Oeste e o Distrito Federal com 47. A região Norte, com menor acesso à banda larga, teve 45 protestos.

É importante ressaltar que na manifestação em rede, a relação entre acesso e número de protestos não está condicionada pelo discurso equivocado de que territórios mais populosos teriam mais probabilidade de realizar manifestações. "A insatisfação em rede não se mede apenas pelos números de potenciais participantes", pois caso isto fosse verdade, o Nordeste estaria em larga vantagem em relação ao Sul do país, por exemplo.

³³ Informação disponível no jornal O Estado de São Paulo (Estadão) <<http://blogs.estadao.com.br/link/na-internet-atos-mobilizam-136-milhoes/>>.

³⁴ Ibope. Disponível em <www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-n%C3%A3o-se-sente-m-representados-por-partidos.aspx>.

Figura 3 - Protestos vs Acesso à Internet banda larga



Fonte: Cardoso e Di Fátima (2013)

O que se pode apreender destas análises é que a infraestrutura de informação e comunicação mais robusta de determinadas regiões potencializou o sentimento que transpõe as barreiras que separam os níveis da trilogia da mudança social em rede: medo, indignação e esperança (*Idem*:166). A Internet, neste caso, não gera revolta ou insatisfação, mas o modo como é utilizada pode desenvolver locais de encontro onde os atores sociais, dispersos no ciberespaço, cultivam redes de atuação política.

CAPÍTULO 5 - Mobilização e debate público na rede social

Enquanto os protestos aconteciam nas ruas, nas redes sociais, em especial no Facebook que é onde localizamos o nosso objeto de estudo, episódios das manifestações pelo Brasil circulavam numa velocidade impressionante. Os canais dos *media* tradicionais brasileiros, estrangeiros, canais de *media* alternativos - os chamados coletivos, que seguem a lógica da produção colaborativa, e os internautas nos seus próprios perfis da rede social.

Uma profusão de conteúdos, informações e interações sobre os protestos que aconteciam naquele momento nas ruas. A indignação do povo também era manifestada no Facebook. É por isso que neste capítulo vamos ainda contextualizar os canais eleitos para o desenvolvimento da nossa análise: O Globo, Coletivo Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), El País (Espanha), Semanário Sol (Portugal).

Nas *fan pages*³⁵ destes veículos nós fizemos a análise de todo o conteúdo publicado no dia 18 de junho de 2013. Este foi um dos dias mais importantes nas Jornadas de Junho. Foi o dia em que a população ocupou diversos locais públicos, em inúmeras cidades. O local mais emblemático foi a sede do Congresso Nacional, em Brasília, que teve a fachada tomada por manifestantes. Aqui apresentaremos a metodologia que utilizamos para fazer este estudo, assim como buscaremos perceber de que forma a rede social é uma plataforma que favorece a estruturação do debate público. Assim também, tentaremos ver se os meios de comunicação colaboraram para esta estruturação, bem como se os internautas participaram de forma engajada.

5.1 Contextos da análise

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, vamos iniciar este último capítulo fazendo uma apresentação dos quatro meios de comunicação que elegemos como objeto de estudo. Temos dois veículos brasileiros e dois europeus (um da Espanha e outro de Portugal). Os dois primeiros, apesar de

³⁵ *Fan page* é o nome dado aos perfis não pessoais no Facebook. Aqui no nosso estudo as *fan pages* são as páginas dos meios de comunicação.

serem do Brasil, têm perspectivas e dinâmicas bem diferentes, *a priori*. O Globo é um órgão de comunicação tradicional no país. Desde o advento da Internet e das redes sociais, o jornal tem convergido o seu conteúdo para a *web*, que antes era apenas impresso. O Mídia Ninja já nasceu na Era digital e no meio desta lógica de difusão de informações em rede. Além disso, é um *medium* alternativo, no qual os conteúdos compartilhados são produzidos de forma colaborativa. A escolha de dois *media* brasileiros diferentes, neste sentido, foi intencional, pois assim teremos vários pontos de vista na análise.

Os outros dois veículos seguem o mesmo perfil de O Globo. Tanto o El País como o Semanário Sol são jornais impressos – o primeiro mais tradicional que o segundo, que possui um perfil mais sensacionalista -, que a partir da Internet e das redes sociais convergem seu conteúdo para as plataformas digitais. A decisão de fazer este estudo em dois *media* de fora do Brasil tem a ver com o nosso interesse em perceber como se deu a cobertura das manifestações no Brasil e se a comunidade brasileira no exterior, a diáspora, está atenta e participa das discussões por meio destes espaços na rede. É preciso ser dito que em Portugal tivemos uma dificuldade em eleger o meio de comunicação que analisaríamos, pois o Facebook da maioria dos jornais e revistas portuguesas não apresentava mais os dados do dia 18 de junho, na altura em que fizemos a coleta das amostras. Conseguimos os dados que buscávamos na página do Semanário Sol, pois era o único na época que publicava uma foto junto com a informação nas postagens, o que nos possibilitou acessar as publicações do dia 18 de junho por meio do "álbum de fotos" do perfil do semanário.

A partir de agora, vamos apresentar um breve histórico de cada uma destes *media*, assim como uma apresentação dos respectivos perfis no Facebook. E depois buscaremos pontuar outras variáveis interessantes para o nosso estudo, antes de partirmos para a descrição da nossa metodologia e, em seguida, a análise das discussões sobre as manifestações que ocorreram dia 18 de junho de 2013.

- **O Globo**

O jornal O Globo foi fundado em 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, no Rio de Janeiro, cidade onde a sede oficial do periódico continua até hoje. O

veículo é parte integrante das Organizações Globo, de propriedade da família Marinho, junto com a Rádio Globo e a Rede Globo de Televisão³⁶. Em 1964, o jornal por meio de editorial mostrou-se favorável ao golpe militar que instalou a ditadura no Brasil. Este apoio, anos depois, custaria muito para a imagem do veículo perante o público. Nas Jornadas de Junho de 2013 a história voltou à tona, e a credibilidade do jornal foi questionada pelos manifestantes. Os protestos levaram o jornal a se retratar por meio de um editorial³⁷ que afirmava o apoio, mas que isto ficou no passado, e que a democracia é o ideal da organização.

Ao longo de quase 90 anos, o periódico se estabeleceu como um dos principais do país. Em 1996, O Globo estreava a sua página na Internet. Desde essa época, conteúdos próprios para a rede passaram a ser produzidos. A página não era apenas a reprodução do conteúdo impresso. Os investimentos para a convergência às plataformas digitais não pararam desde então. Em 2009, os jornalistas do impresso e do portal de notícias na Internet passaram a trabalhar na mesma redação. A integração mostrava ainda mais a intenção de O Globo de convergir os conteúdos para a rede. Mais recentemente, o jornal criou um setor de "mídias sociais" na redação, que é responsável por monitorar os fatos que estejam ocorrendo na rede e, então, alertar o resto da redação sobre os acontecimentos³⁸.

Não há informação sobre o ingresso do jornal para as redes sociais. Solicitamos estas informações à equipe que coordena os novos *media* do periódico, mas não obtivemos retorno. Os dados que apresentamos aqui são resultado da nossa observação ou então estavam disponíveis nos canais do jornal. No Facebook, O Globo disponibiliza em sua linha do tempo para os seus mais de 1 milhão³⁹ seguidores (a maioria do Rio de Janeiro, e com idades entre

³⁶ O jornal disponibiliza a sua história na página Memória O Globo <<http://memoria.oglobo.globo.com/>>.

³⁷ No editorial o jornal afirma que, de fato, apoiou o golpe militar, assim como outros jornais como o Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, e a própria população que teria organizado passeatas para mostrar-se a favor da ditadura. O texto está disponível na página do jornal na *web* <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>.

³⁸ Informação do dia 31 de maio de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/uma-equipe-sintonizada-com-as-redes-sociais-12679023>>.

³⁹ Informação confirmada no início de junho de 2013. Contudo, a cada dia novos usuários "seguem" o perfil do jornal. Em maio de 2014, o jornal contava com 2,7 milhões de seguidores.

25 e 34 anos) os fatos mais marcantes que ocorreram desde a fundação do periódico, em 1925. Além deste conteúdo, diariamente o perfil é atualizado com os assuntos que estão acontecendo no Brasil e no mundo. Este conteúdo pode ser, por exemplo, algo que tenha sido notícia no jornal impresso daquele dia, como a capa da publicação, que todos os dias pela manhã é disponibilizada na rede social; pode ser ainda as notícias que são postadas no portal *online* do jornal, que mantém atualizações constantes.

- **Mídia Ninja**

O coletivo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, ou Mídia Ninja como ficou conhecido, é um *medium* alternativo. O projeto surgiu em 2011 por meio do Pós-TV, um canal digital do circuito Fora do Eixo⁴⁰. Naquele mesmo ano, foram desenvolvidas diversas coberturas de forma colaborativa, como a Marcha da Maconha e a Marcha da Liberdade, em várias cidades do Brasil. Todas elas serviriam de experiência para a formação do Ninja.

Apesar do projeto já ter sido pensado, foi em março de 2013 que o Mídia Ninja passou a funcionar. O grupo ganhou notoriedade durante as manifestações das Jornadas de Junho. As transmissões ao vivo, "sem cortes e sem censura", direto das ruas, atraiu olhares e a admiração de milhares de internautas pelo Facebook. Tudo feito a partir de conexões 3G, com celulares e outros equipamentos portáteis.

Até a época das manifestações, todos os conteúdos produzidos pela rede dos Ninja eram divulgados a partir do Facebook ou Twitter. O coletivo ainda não possuía um *website*⁴¹. Em quatro meses na rede social (desde março), no mês de junho de 2013, quando a cobertura dos protestos foi intensificada, o perfil do coletivo já havia conquistado 120 mil seguidores. As funcionalidades da rede social permitiram uma interação muito maior com os

⁴⁰ O circuito Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais que começou a atuar no Brasil em 2005. Esta rede colaborativa utiliza a economia solidária, o associativismo e o cooperativismo como meio para viabilizar as suas ações. Desde a fundação, o Fora do Eixo conseguiu expandir-se para todo o Brasil, onde já possui mais de 200 espaços culturais e 2 mil agentes culturais. Mais informações estão disponíveis na página do coletivo <<http://foradoeixo.org.br/>>.

⁴¹ O *website* do Mídia Ninja entrou no ar em fevereiro de 2014, em parceria com uma rede mundial de produção colaborativa de informação - a Oximity <<https://ninja.oximity.com>>. Mais detalhes sobre a parceria e ambas as redes estão disponível no link <<https://www.oximity.com/article/M%C3%ADdia-Ninja-e-Oximity-Um-passo-ad-2>>.

internautas, como veremos mais a frente na nossa análise. Atualmente, no Facebook, o coletivo tem 268 mil seguidores⁴². A maioria deles está no Rio de Janeiro e tem idade entre os 24 e os 34 anos, segundo informação no perfil do Facebook.

É interessante perceber que o Mídia Ninja surge num contexto de expansão de novos movimentos sociais e de descentralização da comunicação. Malini (2014) afirma que o Mídia Ninja faz parte da nova "grande mídia". Esses novos espaços surgiram para se antagonizar com a grande parte dos setores dos veículos de comunicação de massa, mas, principalmente, para construir uma narrativa de dentro das manifestações, disputando o passado com as narrativas tradicionais da imprensa. "Essa 'grande mídia' não parece ser dialética, não mais depende de qualquer sistema de comunicação de massa para se constituir".

- **El País**

O El País é um dos mais tradicionais e principais periódicos espanhóis. A primeira edição foi publicada em 4 de maio de 1976, época em que a Espanha iniciava a sua transição para um regime democrático.

Na sua página na Internet, o jornal se define como "um diário global, independente, de qualidade e defensor da democracia pluralista"⁴³. Quando olhamos para a história do jornal, percebemos que foi precursor na adoção de diversas ferramentas para assegurar a qualidade e a produção da informação. Entre estas estão o Livro de Estilo Jornalístico, que traz descrita as linhas editoriais da publicação, a figura do provedor do leitor, e o Estatuto da Redação, que regula as relações de trabalho na empresa.

A sede do jornal está na capital espanhola, Madrid, mas outras redações estão espalhadas pela Espanha, e em outros países da Europa (Itália, Bélgica e Reino Unido) e da América (Argentina, Chile, México, República Dominicana, Estados Unidos). Mais recentemente, em novembro de 2013, o periódico ampliou ainda mais a sua área de influência na América Latina e criou uma redação no Brasil, que produz notícias em Língua Portuguesa.

⁴² Informação de maio de 2014, no perfil Mídia Ninja, no Facebook.

⁴³ Tradução feita do Espanhol para o Português pelo autor. Informação na língua original está disponível no link <<http://escuela.elpais.com/historia-de-el-pais.html>>.

A iniciativa de ser um canal de notícias em Português mostrou, segundo muitos analistas, que o Brasil poderia ser para o jornal um novo nicho de mercado. O jornal espanhol possui um público global, com cerca de 15 milhões de usuários únicos mensais, dos quais mais de 40% são provenientes de usuários de fora da Espanha⁴⁴. Boa parte desse público consome os conteúdos *online*, que são outra aposta do periódico espanhol - conhecido por investir na convergência do seu conteúdo para a Internet e as redes sociais. No Facebook, o El País possui três páginas principais: a ElPaís.com (com conteúdos em Espanhol, publicados no portal do jornal), a El País América (com conteúdos produzidos pelas redações do continente americano) e, a mais nova, El País Brasil (com conteúdos em Português, alguns produzidos no Brasil e outros traduzidos). A página principal possui mais de 1 milhão de seguidores, a maioria localizada em Madrid, e com faixa-etária entre os 25 e os 34 anos, conforme informação da própria rede social.

- **Semanário Sol**

A primeira edição do Semanário Sol foi publicada em 16 de setembro de 2006, com uma tiragem máxima de 128 mil exemplares. A sede do veículo fica em Lisboa, mas apesar de a publicação ser editada em Portugal, pertence a um grupo da Angola. O mesmo grupo, o Newshold, tem participação em outros *media* editados em território português⁴⁵.

O semanário foi criado para concorrer com o Expresso, outra publicação semanal editada em Portugal, e que possui grande penetração no país. Apesar da intenção, o Sol ainda não conseguiu atingir o seu objetivo. O fato de pertencer a um grupo estrangeiro pode contribuir com o fato de a preferência dos portugueses não ser tão grande em relação ao jornal.

Mesmo sendo um jornal de expressão média em Portugal, o Semanário Sol está presente nas redes sociais, onde conta com grande audiência. Em junho de 2013, o semanário possuía pouco mais de 200 mil seguidores. Segundo informações da própria página do jornal na rede social, consultadas

⁴⁴ Informação divulgada pela revista brasileira Exame, em novembro de 2013. Disponível no link <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/el-pais-inicia-operacao-no-brasil>>.

⁴⁵ Informação disponível e reportagem do jornal Público, no link <<http://www.publico.pt/media/noticia/grupo-angolano-cria-empresa-para-comprar-canal-da-rtp-1560104>>.

em maio de 2014, a maioria dos internautas estão em Lisboa, e são de uma faixa-etária entre os 35 e os 44 anos.

Agora que já contextualizamos os *media* a serem analisados nas próximas páginas, é importante também apresentar algumas características do Facebook, uma vez que o objeto de estudo está baseado nesta rede social. A rede social tem mais de 1,23 bilhão de usuários ativos no mundo todo, sendo os Estados Unidos, onde está a sede do *site*, o país com mais usuários (146,8 milhões). Depois dos EUA está a Índia (84,9 milhões) e o Brasil (61,2 milhões)⁴⁶. Uma vez que faremos um estudo sobre as manifestações que ocorreram no dia 18 de junho nas cidades brasileiras, preocupamo-nos em verificar dados mais precisos sobre a rede social no país. Descobrimos que, apesar de o Brasil ser o terceiro em número de usuários, este é o segundo país, depois dos Estados Unidos, com mais usuários que acessam diariamente o *site*⁴⁷.

A grande adesão pelos internautas à rede social desde o seu lançamento, em 2004, logo atraiu a atenção dos *media* tradicionais. O Facebook é um novo meio de difundir informação e conteúdos. Não apenas os *media* tradicionais, mas também os *media* alternativos (como temos demonstrado) estão participando desta nova estrutura de produção e de circulação de notícias. Os usuários também têm na rede social muitas possibilidades. Não se trata só de uma rede de relacionamento. O que o Facebook revela nos últimos anos é que as relações sociais e o consumo estão convergindo para este espaço (e não só para o Facebook, como também para outras redes sociais), criando redes de interação entre indivíduos, empresas e instituições em escala local, nacional e global.

Ao observar os nossos objetos de estudo identificamos que uma das características das publicações é a valorização das imagens - todas as postagens são feitas com uma fotografia - e a preferência por textos curtos,

⁴⁶ Os dados são da consultoria estadunidense eMarketer e foram apresentados em 2013. Disponível em notícia divulgada pelo portal brasileiro UOL <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/afp/2014/02/03/facebook-em-numeros.htm>>.

⁴⁷ Informação foi divulgada pela sede do *site* no Brasil em setembro de 2013 <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2-pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>>.

que normalmente são acompanhados pelo *link* de uma notícia ou reportagem publicada no portal do periódico (à exceção do Mídia Ninja, como veremos mais adiante na nossa análise). Outra característica, e que motivou esta análise, é que a estrutura do Facebook permite que abra um espaço de discussão. Para além de um canal de informação, estas páginas podem incentivar a exposição de ideias, argumentos, comentários, sobre o assunto que o jornal está problematizando naquele dado momento.

A partir desta nova dinâmica de interação com os cidadãos, os *media* podem usar as potencialidades oferecidas pela rede social e estimular o debate público. Os usuários, por sua vez, têm o poder de argumentar e discutir uns com os outros a respeito da notícia, sendo possível descobrir novos pontos de vista e considerar novas opiniões. Além de fazer parte do debate a partir dos comentários, o usuário pode difundir a informação com seus "amigos" compartilhando a publicação feita pelo jornal, criando a possibilidade de ampliar a discussão que foi iniciada pelos *media*. As páginas são o núcleo da emissão de mensagens no Facebook. Os perfis individuais, as células que ecoam, por meio do compartilhamento em rede, esses conteúdos.

5.2 Metodologia

Para construir o nosso estudo baseamo-nos numa grelha de análise que contempla especificamente os conteúdos da *web*. A estruturação desta grelha ocorreu a partir da metodologia elaborada por Susan Herring, que desde meados dos anos 2000 realiza pesquisas em *blogs* e redes sociais na Internet. Herring considera que a análise de conteúdo voltada para o meio digital precisa abranger todos os elementos técnicos e conteúdos disponibilizados na rede. Assim, Susan argumenta que é possível identificar, qualificar e quantificar estes conteúdos, bem como compreender a dinâmica da rede e as funcionalidades oferecidas pela Internet.

Para criar um *corpus* consistente e que ofereça resultados suficientes para análise de conteúdo *online*, Herring *at al.* (2006), bem como Jennings e Zeitner (2003), propõem uma observação longitudinal do objeto de estudo na *web*. Esta observação deve considerar o meio em que é divulgado o conteúdo,

as características deste meio, as características do conteúdo, as temáticas, os *links* (uma vez que se faz a análise da Internet isto é relevante), as imagens, os recursos oferecidos pelo espaço na *web* (ou rede social, no caso do nosso estudo), as interações e, finalmente, a linguagem.

Desta forma, nas *fan pages* dos *media* que elegemos como nosso *corpus*, buscaremos analisar as publicações feitas sobre as manifestações das Jornadas de Junho no dia 18 de junho, e nelas o conteúdo das imagens, as temáticas, as características, os *links* (se havia informação adicional ou não), e a linguagem (se estimulou, por exemplo, a estruturação do debate entre os internautas do Facebook). O estudo leva em consideração a capacidade de complexificação das publicações (se incluem informação, e com várias fontes, para subsidiar o debate).

Da mesma forma, para elucidar a nossa questão central - que é acerca da estruturação da esfera pública na rede social - aplicamos a mesma grelha de análise nos comentários das publicações daquele dia sobre as manifestações, com objetivo de verificar o nível de interação e troca de argumentos (se os internautas mostravam-se engajados e motivados ao debate) e informações (*links*) sobre os protestos entre os usuários da rede social. É importante ressaltar que a identidade dos usuários foi preservada nas amostras desta pesquisa. Para melhor perceber estas questões nos comentários, criamos duas categorias de classificação:

- Comentários Críticos - que contribuem para o debate, com argumentos que acrescentam mais conteúdo à discussão;
- Comentários não-críticos - que são dispensáveis ao debate; vazios; sem crítica.

Relativamente às temáticas encontradas nos comentários, apresentaremos os temas mais abordados em cada um dos *media* analisados, assim como, depois, buscaremos cruzar essas informações para perceber os assuntos mais comentados nos objetos da nossa análise.

Além dos métodos qualitativos de análise do discurso das publicações dos *media* e dos comentários dos internautas nestas publicações, e das imagens nestas postagens, buscamos utilizar métodos quantitativos para

termos noção do volume de conteúdos divulgados no dia 18 de junho por cada um do *media* que compõem o nosso *corpus*.

O nosso objetivo neste estudo, como já afirmamos, é perceber de que forma a rede social pode ser um espaço para a estruturação do debate público. Por isso escolhemos a metodologia acima, que, para além do panorama quantitativo, nos oferecerá uma visão qualitativa da discussão que foi estruturada. Poderíamos ter eleito outros métodos, inclusive a partir de *softwares* que nos mostrariam os temas mais abordados durante as manifestações - como foi mostrado em pesquisas já apresentadas neste trabalho -, mas entendemos que esse tipo de análise não nos dá elementos suficientes para observar o contexto e a intensidade do debate público, ou seja, o nível de interação entre os cidadãos na rede. Para termos esta perspectiva qualitativa é preciso analisar o conteúdo, assim como cada comentário dos espaços de discussão criados na rede a partir das publicações dos *media* no Facebook.

5.3 O dia 18 das Jornadas de Junho: debate no Facebook

A análise dos nossos objetos de estudo se dará em duas partes. Na primeira vamos fazer a observação isolada de cada um desses *media*, e apresentar dados e curiosidades desta verificação. Num segundo momento, faremos uma comparação dos dados e observações recolhidos sobre as Jornadas nas publicações realizadas pelos *media* no dia 18 de junho de 2013. Assim, buscamos verificar como a rede social tornou-se um espaço para a estruturação da esfera pública, como os *media* contribuíram para isto, e se os cidadãos estavam motivados para participar das discussões.

- **O Globo**

Antes de iniciar a análise dos conteúdos sobre as manifestações do dia 18 de junho de 2013, buscamos observar se as *fan page* dos nossos objetos de estudo traziam alguma informação que pudessemos acrescentar no trabalho. O perfil do jornal O Globo foi o único que apresentou elementos que consideramos importantes para este estudo. Na descrição do perfil no Facebook, o jornal deixa claro a sua proposta na rede social:

Aqui, postamos notícias que podem nos fazer rir, chorar, inspirar e indignar. Queremos a sua opinião, sempre. O debate é necessário e saudável e nos ajuda a compreender o que vocês pensam e o que desejam. Discordar faz parte, mas pedimos que as manifestações sejam pautadas pelo respeito ao outro. Afinal, ninguém gosta de ler ataques pessoais, palavras obscenas, textos comerciais e spam. Por isso, comentários contendo insultos, difamações e links que não estejam relacionados ao assunto discutido no post estão sujeitos à avaliação da equipe de Mídias Sociais e podem ser deletados. (Descrição do perfil de O Globo, retirado do Facebook no dia 6 de janeiro de 2013)

O Globo esclarece que o objetivo daquele espaço é expor informações, ideias, e debatê-las de forma democrática. E deixa claro, também, que comentários ofensivos, que faltem com o respeito entre os cidadãos participantes ou não daquele determinado debate, podem ser excluídos da discussão. Ou seja, o jornal utiliza do poder de moderação dos comentários na medida em que o leitor falte com respeito a outro cidadão. Nenhum dos comentários analisados na publicação deste perfil sofreu edição por parte da equipe do jornal. Se isto tivesse sido aplicado, seria possível verificar por meio da observação que o Facebook faz abaixo do comentário, informando ter sido "editado".

Prosseguindo, então, com a nossa observação, na *fan page* de O Globo nós verificamos apenas uma postagem sobre as Jornadas de Junho no dia 18. Esta trazia dois temas no seu enunciado: a ditadura militar e os protestos das Jornadas de Junho. "A nova passeata dos 100 mil. Manifestação no Rio supera a marca do histórico ato contra a ditadura militar e toma as ruas do Centro da cidade. Leia no site do Globo", dizia a postagem, que era ilustrada com uma imagem da passeata que tomou conta do centro do Rio de Janeiro na noite do dia 17 de junho (figura abaixo).

Figura 4 - Publicação no perfil do Globo no Facebook

O Globo's photos

Back to Album

Previous · Next



Like Comment

O Globo
A nova passeata dos 100 mil. Manifestação no Rio supera a marca do histórico ato contra a ditadura militar e toma as ruas do Centro da cidade. Leia no site do GLOBO.
Like · Comment · Share · 18 June 2013

32,490 people like this. Top Comments ▾
38,848 shares

From: O Globo's photos in Timeline Photos
Shared with: Public

Open Photo Viewer
Download
Embed Post

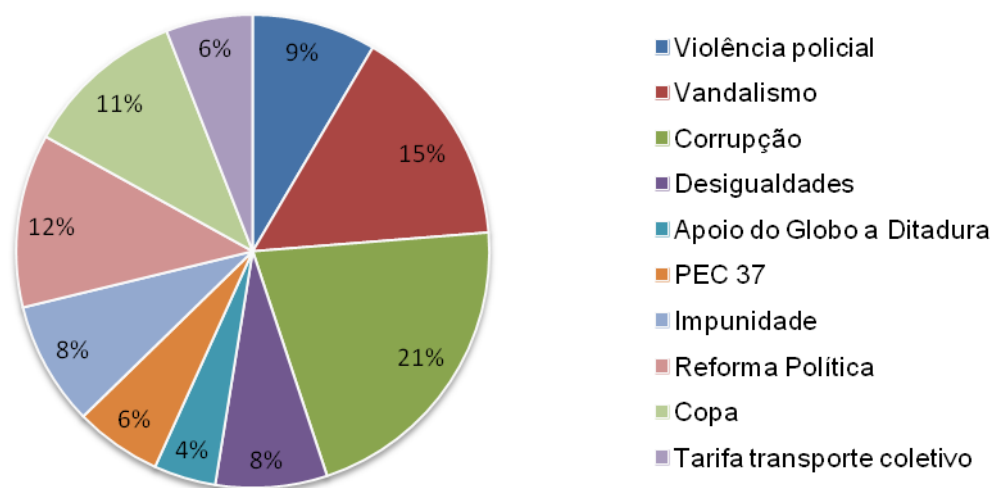
Além do destaque à informação do número de participantes na manifestação, temos a fotografia que chama muito a atenção dos internautas, pois é uma visão panorâmica, aérea, do protesto. O jornal convida do leitor para ler a reportagem completa no seu *site*, mas não disponibiliza o *link*. A linguagem, apesar de clara e apelativa por meio da informação apresentada, não busca articular um debate. Mesmo assim, foi a publicação que mais teve participação dos usuários em todas as que analisamos aqui nesta dissertação.

No total, foram 1.702 comentários, 32.489 *likes* e 38.845 compartilhamentos. De todos os comentários, classificamos como "críticos" apenas 74, e consideramos todos os demais (1.628) como "não-críticos", pois não contribuíram de forma consistente para a estruturação de um debate. Muitos destes comentários utilizavam palavras e xingamentos para agredir

moralmente os políticos, principalmente a presidente Dilma e o ex-presidente Lula. O termo "petralhas", para se referir aos que fazem parte do Partido dos Trabalhadores, também foi diversas vezes utilizado.

Dos temas abordados pelos internautas registramos:

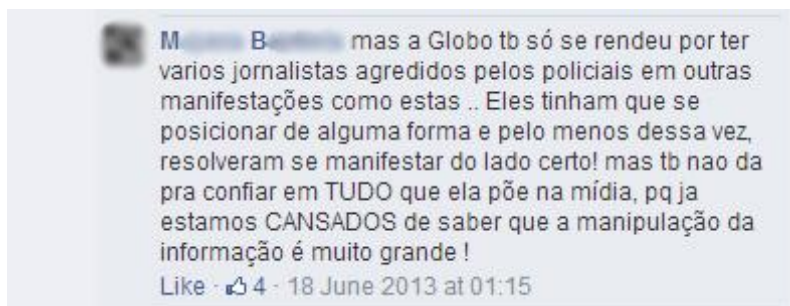
Gráfico 1: Temáticas - Comentários O Globo



No seu discurso, os cidadãos criticaram a corrupção (21%), o vandalismo nas manifestações (15%), e defenderam uma reforma política no Brasil (12%). Apesar de demonstrar a sua insatisfação por meio da abordagem dos temas, a grande maioria dos internautas mostrou apoio aos cidadãos que participavam daquela manifestação, esboçando apenas frases de efeito ("Vamos mudar o Brasil", "Chegou a hora" etc), sem mencionar nenhum tema social, ou favorecer novas interações com os demais internautas. Estes, é claro, foram classificados como "não-críticos", pois não acrescentaram argumentos para a promoção de um debate acerca das Jornadas.

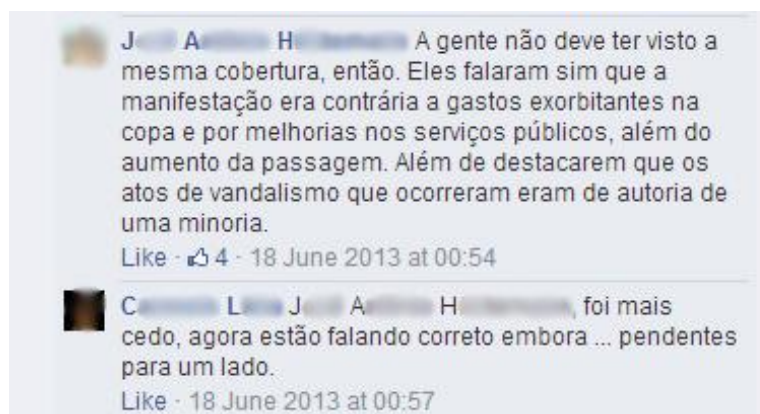
No fórum de comentários que se formou nesta publicação que analisamos, foi possível identificar que muitos interagem uns com outros por meio da ferramenta "resposta" que o Facebook oferece para se responder diretamente a um comentário. Assim, pequenos fóruns de discussão se formavam dentro da lista de comentários. Muitos criticavam a cobertura do jornal, que estaria dando destaque para a violência, e não para a mobilização social.

Figura 5 - Comentário de internauta contra a cobertura do jornal O Globo



Alguns cidadãos que concordavam com a cobertura do Globo defenderam o seu ponto de vista. Aqui também pode se perceber a troca de argumentos, interação. A internauta expos o seu ponto de vista para um Brasil melhor e os defendeu, ou trocou novos posicionamentos, a partir da interação dos outros cidadãos.

Figura 6 - Internautas defendem pontos de vista sobre a cobertura das Jornadas de Junho

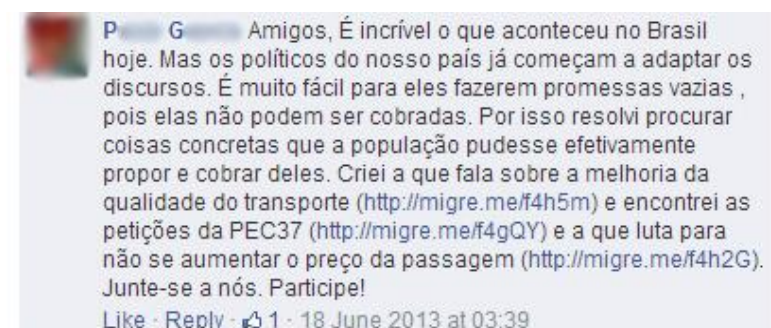


Houve a troca de opiniões e argumentos em outros pontos da lista de comentários. Alguns internautas informavam que iriam compartilhar os comentários nos seus próprios perfis, ampliando a visibilidade destes conteúdos e criando a possibilidade de novos debates com a sua rede de interação. Também verificamos o uso de diversas *hashtags* pelos seguidores de O Globo, estavam lá #ForaGlobo, #VemPraRua, #Orgulho, #PrimaveraBrasileira, #ARrevoluçãoNãoSeráTelevisionada, #OBrasilAcordou, #PrimaveraGlobal, #ForaCabral, (relacionada ao governador do RJ, Sérgio Cabral). As *hashtags* funcionam aqui como mensagens de protesto, emblemas que ecoam na rede.

O fato de o Globo ter apoiado o golpe que instituiu o regime militar em 1964 no Brasil também foi motivo de protesto contra o jornal nos comentários (conforme já apresentamos no gráfico 1). O fato de o periódico ter mencionado a manifestação contra a ditadura militar pareceu "irônico" para muitos dos leitores, e isto foi comentado. Mas não foi só o Globo alvo de críticas. Os *media* de um modo em geral, principalmente as emissoras de televisão, tiveram suas coberturas criticadas pelos internautas.

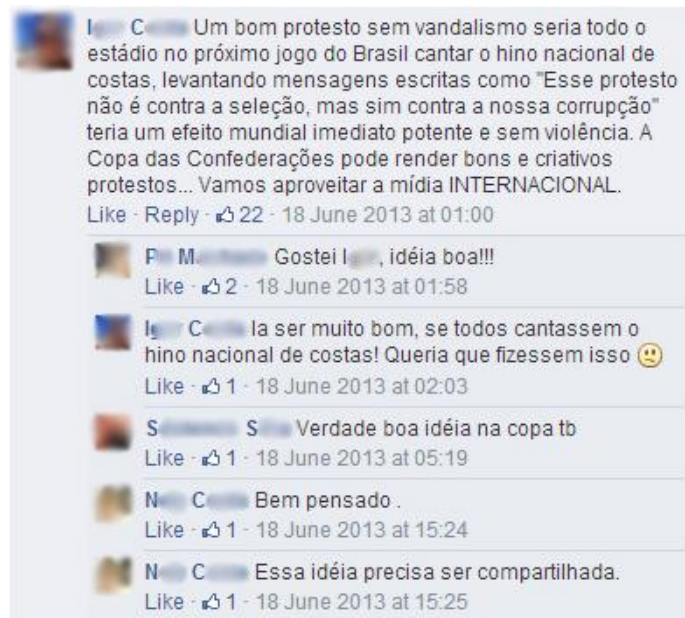
Também observamos o compartilhamento de conteúdos por meio dos comentários. Eram *links* de eventos organizados a partir do Facebook (passeatas em várias cidades do Brasil), *links* de outros *sites* de notícias, e petições *online* para a redução da tarifa no transporte coletivo e outras reivindicações.

Figura 7 - Internauta disponibiliza conteúdos nos comentários



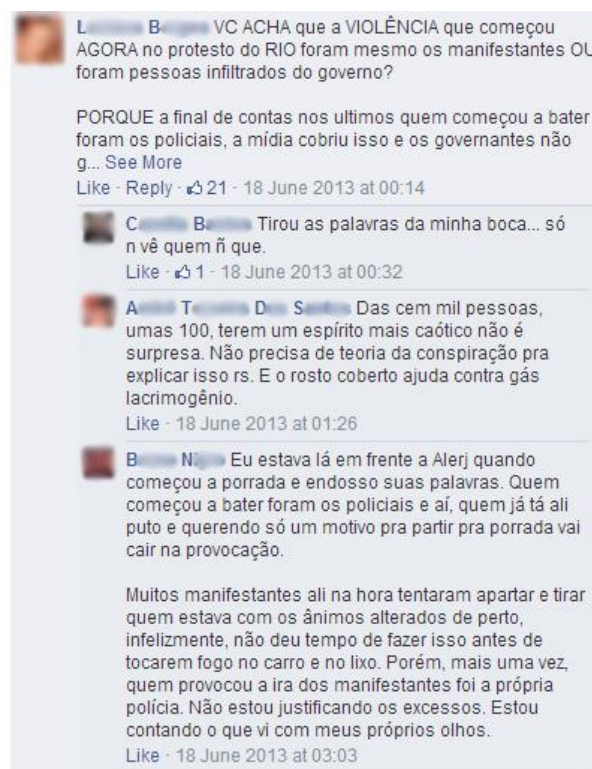
Também houve gente que aproveitou o espaço para se manifestar contra o vandalismo e esboçar propostas de manifestação pacífica. Um internauta sugeriu uma manifestação pacífica nos estádios durante os jogos da Copa das Confederações: cantar o hino nacional de costas para o gramado.

Figura 8 - Internauta dá sugestão de protesto pacífico



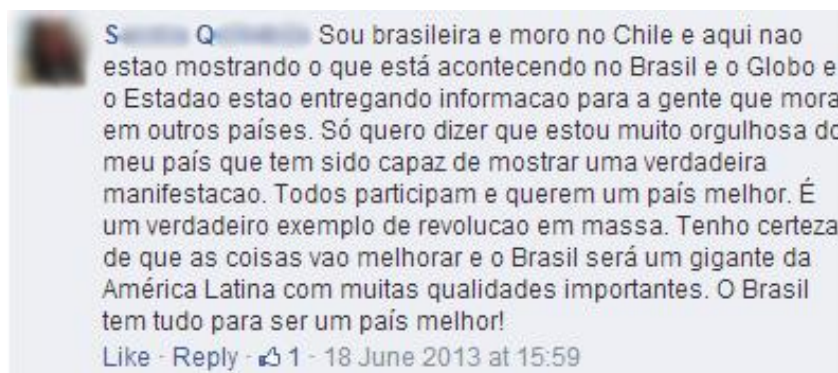
Ainda sobre o vandalismo e a violência, diversos seguidores do jornal relataram experiências vividas ou testemunhadas durante as manifestações.

Figura 9 - Internautas comentam o vandalismo e a violência



Identificamos ainda o depoimento de brasileiros que moram no exterior, e que estavam acompanhando as manifestações pela Internet. Como a internauta que estava no Chile:

Figura 10 - Internauta brasileira acompanha as manifestações do exterior



- **Mídia Ninja**

No dia 18 de junho o Mídia Ninja continuou com a cobertura colaborativa que já estava desempenhando desde o início das Jornadas de Junho. Foram realizadas 28 publicações sobre as manifestações naquele dia. As postagens abrangiam os protestos que estavam ocorrendo em São Paulo (11), São José do Rio Preto (2), no interior paulista, Poços de Caldas (1), Juiz de Fora (1) e Viçosa (1), no interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro (4), Belém (1), Maceió (1) e, finalmente, na capital federal, Brasília (6). Em todas elas, foram abordadas duas grandes temáticas: as passeatas realizadas nas cidades e a redução das tarifas do transporte público.

As postagens do Mídia Ninja aconteceram numa lógica de boletim de notícias. Uma vez que na época da nossa análise o coletivo não possuía página na Internet, contava apenas com os perfis no Twitter e Facebook, as informações eram divulgadas em textos curtos nas redes sociais, e sempre com a valorização das imagens. A linguagem utilizada pelos colaboradores para transmitir as mensagens também é interessante. Na maioria dos textos encontramos termos que oferecem instantaneidade à informação. Como nesta publicação sobre a manifestação em São Paulo:

Figura 11 - Linguagem do Mídia Ninja favorece o factual



"Brasil nas ruas. São Paulo reúne, nesse momento, milhares de pessoas contra o aumento na tarifa do transporte público", diz a mensagem. É perceptível que o enunciado ("nesse momento") reforça o imediatismo intrínseco à cobertura dos Ninja, que privilegia o factual. O que justifica o formato das publicações é o fato de a maioria delas ter acontecido em tempo real, direto das manifestações, por meio de dispositivos móveis e conexão 3G. É possível perceber isto também pelas fotografias, pois a maioria delas são feitas de "dentro" das passeatas.

É interessante destacar a influência que a linguagem do Mídia Ninja recebe de movimentos sociais e fora do Brasil, principalmente o Occupy. "Ocupar", na cobertura dos Ninja, foi uma palavra de ordem utilizada diversas vezes, seja como verbo ou substantivo. "Ocupação do Congresso Nacional" era o título da imagem mais comentada neste dia, e representa esta nossa observação.

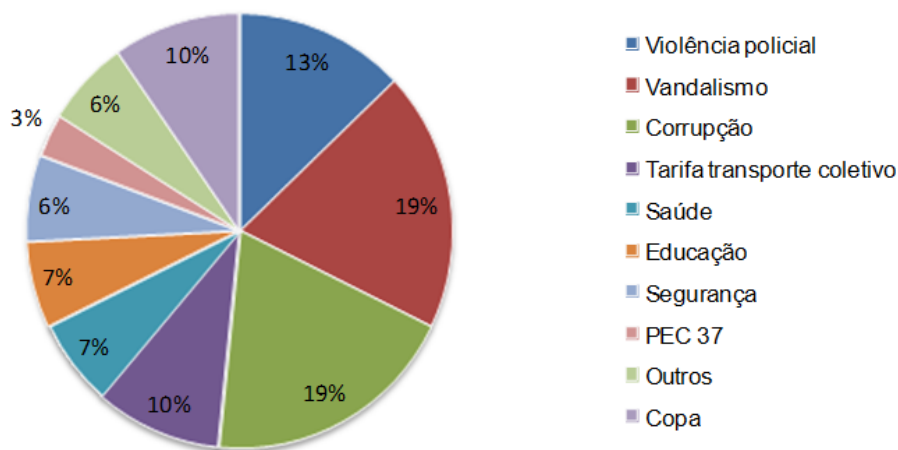
Outro elemento que marca a linguagem do Mídia Ninja é o uso das *hashtags*. Além das que já estavam sendo usadas de forma generalizada nas redes sociais, na *fan page* colaborativa tivemos acesso a *hashtags* regionais como #BelémLivre, e a outras criadas para dinamizar a cobertura: #Congresso, #VerásQueUmFilhoTeuNãoFogeALuta (fazendo referência ao Hino Nacional brasileiro), #PasseLivre etc.

Observamos uma dificuldade de apresentarem novas informações sobre os acontecimentos durante a cobertura. Nas publicações sobre as manifestações em Brasília, por exemplo, não havia novidade, a não ser as fotografias que ilustravam as quatro diferentes postagens sobre a mobilização na capital federal. Em cada uma delas, via-se em ângulos diferentes a multidão ocupando a fachada do Congresso Nacional. Assim ocorreu com as publicações de outras cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e São José do Rio Preto). Muitas delas não traziam informação nova, mas sim um novo cenário, em fotos, dos protestos.

As constantes atualizações, apesar de trazerem pouca informação nova, demonstra que as manifestações estavam sendo acompanhadas por diversos colaboradores, em diferentes cidades e pontos das passeatas. De todas as maneiras, a abrangência da cobertura mostra que a rede colaborativa já havia chegado a quase todas as regiões do Brasil.

No total, nas 28 publicações, contabilizamos 395 comentários, 14.354 *likes* e 17.110 compartilhamentos. As temáticas que identificamos nestes comentários foram:

Gráfico 2: Temáticas - Comentários Mídia Ninja



Do total dos comentários, consideramos 68 como "críticos" e 327 como "não-críticos". Na maioria dos comentários os internautas demonstraram a indignação que sentiam com a então situação política, econômica e social do Brasil, assim como o entusiasmo que sentiam pelas manifestações percorriam

as ruas do país. Porém, uma quantidade significativa dessas opiniões eram expressadas com comentários vazios, sem argumentação nenhuma.

Embora uma grande quantidade dos comentários tenham sido sem relevância, do ponto de vista do debate público, alguns que classificamos como críticos se destacaram na nossa observação. É o caso, por exemplo, dos comentários que questionaram a cobertura feita pelo Mídia Ninja. Em São Paulo, de acordo com os Ninja, uma manifestação acontecia em frente a sede da prefeitura por causa do aumento da tarifa dos coletivos. Mas, para os internautas, a informação estava equivocada, pois os protestos aconteceriam por um conjunto de insatisfações.

Figura 12 - Internautas questionam informação do Mídia Ninja



Numa outra postagem, também sobre as manifestações na capital paulista, a rede informava que os manifestantes tinham sido "recebidos" pelos policiais com bombas de gás lacrimogêneo na porta do palácio do governo do Estado. Contudo, vários internautas desmentiram a informação dos Ninja. Segundo eles, os manifestantes não foram "recebidos" com bombas de gás, conforme foi informado. As bombas teriam sido usadas pela polícia em alguns indivíduos que chegaram ali para praticar o vandalismo. Esses comentários serviram para percebermos que o discurso maniqueísta (manifestantes indefesos *versus* polícia fortemente armada, e vice-versa) não é exclusividade dos *media* tradicionais, mas que os alternativos também o utilizam.

Figura 13 - Internautas desmentem informação divulgada pelo Mídia Ninja



NINJA
Apesar de ato pacífico reunir centenas de milhares de pessoas ontem, na cidade de São Paulo, os manifestantes foram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado.

Um novo ato foi marcado para hoje, terça-feira, às 17h na Praça da Sé.

Foto: Mídia NINJA
Curtir · Comentar · Compartilhar · 18 de junho

J T Ninguém foi "recebido" com bombas. As pessoas quiseram arrambar os portões com o governador dentro, a polícia só dispersou. E muito facilmente inclusive.
Curtir · Responder · 4 · 18 de junho às 20:43

J T Ai eu tava lá. Isso já é sensacionalismo. Vocês estão fazendo igual veiculadores de massa só que do outro lado.
Curtir · Responder · 1 · 18 de junho às 20:43

R F Isso a mídia não conta.
Curtir · Responder · 1 · 18 de junho às 20:34

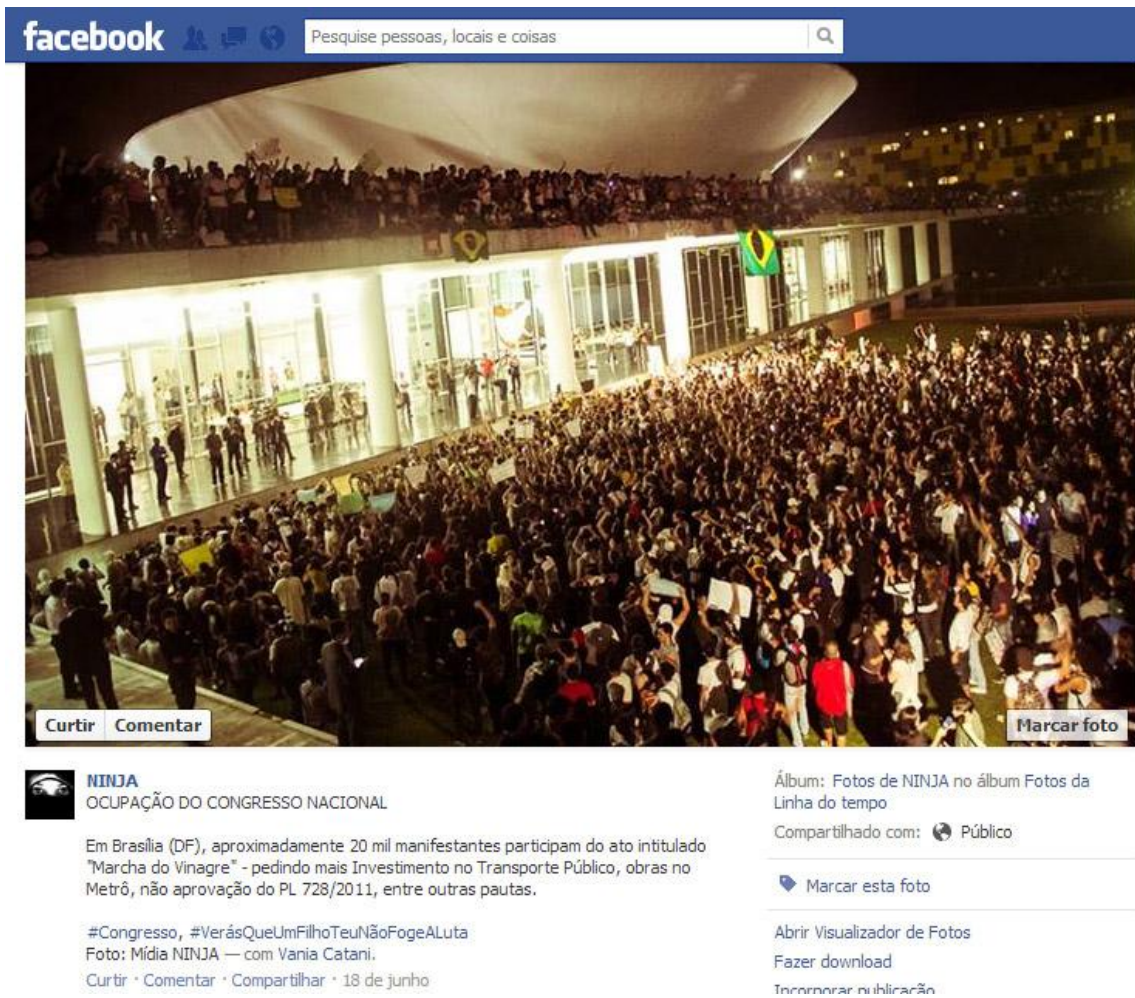
R F Pelo menos até agora não vi em nenhum lugar, se puderem passar um link, to aceitando.
Curtir · 18 de junho às 20:34

R B Eles não foram recebidos nada. Mentira. Estavam lá de boa e negociando um encontro, mas uma meia dúzia, como sempre, começou a forçar o portão. A polícia agiu bem, somente contra os vândalos.
Curtir · 19 de junho às 05:12

Houve comentários que colocaram propostas para não "enfraquecer" a mobilização. A exemplo, a internauta que alertou para a necessidade de isolar os manifestantes dos "arruaceiros", que, segundo ela, seriam contratados por partidos políticos para desmobilizar os cidadãos. Outro sugeriu a elaboração de uma lista de reivindicações, para que os movimentos não perdessem força caso conseguissem a redução das tarifas de transporte coletivo.

Na publicação mais comentada, o que chamava a atenção, além da palavra "ocupação" em letras maiúsculas, era a imagem dos manifestantes por todos os cantos da fachada do Congresso Nacional, em Brasília.

Figura 14 - Publicação sobre a "ocupação" do Congresso Nacional em Brasília



Nos comentários, o uso da ferramenta "resposta", ao contrário do que observamos na análise do Globo, não foi feito de forma crítica, para expor argumentos. A cena da fachada do congresso ocupada por manifestantes surpreendeu muitos brasileiros. Os usuários da rede deixavam transparecer essa surpresa e, até mesmo, o orgulho que estavam cultivando pelo movimento.

Figura 15 - Internautas expressam orgulho pelas manifestações



Na mesma publicação, muitos questionaram a cobertura feita pelas emissoras de televisão. A análise revelou também a participação de estrangeiros nos comentários. De Portugal, um internauta disse que estava acompanhando a cobertura e mandou seu apoio aos manifestantes.

Figura 16 - Internauta acompanha a cobertura do Mídia Ninja diretamente de Portugal



- **El País**

No perfil principal do El País foram verificadas duas postagens sobre as manifestações do dia 18 de junho. Apesar da quantidade de publicações ter sido pequena, os conteúdos foram bem consistentes no sentido de oferecer condições para a estruturação de um debate acerca dos protestos. Os temas encontrados foram Transporte Coletivo, Corrupção, Violência Policial e Protestos.

O jornal preocupou-se em explorar bem as imagens dos protestos e das ações de vandalismo. Numa das publicações, a que teve maior participação naquele dia (84 comentários, 498 *likes* e 255 compartilhamentos), estava uma foto dos manifestantes depredando a fachada do Teatro Municipal de São Paulo.

Figura 17 - Publicação do El País dá destaque para foto de vandalismo



facebook

Retornar ao álbum · Fotos de ELPais.com · Página de ELPais.com Anterior · Próxima

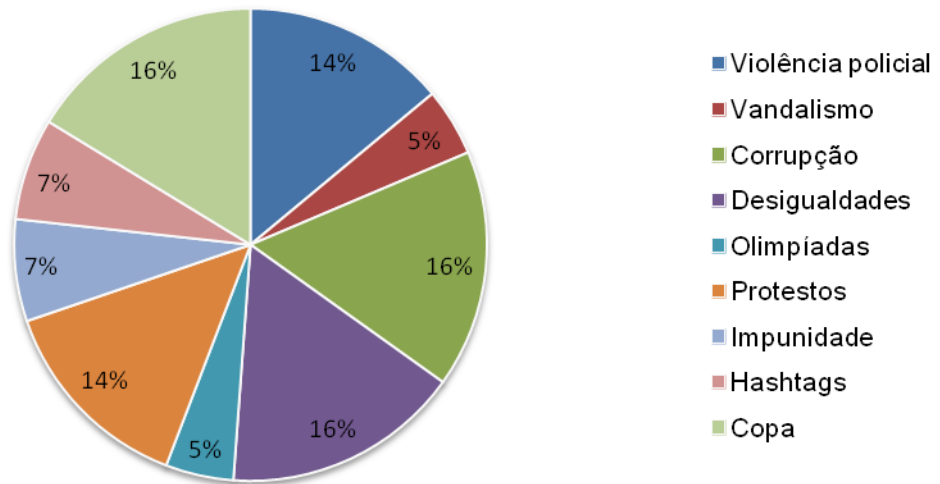
EL PAIS **ELPAIS.com**
Continúan las protestas en Brasil. Más de 240.000 ciudadanos claman contra la mala gestión del transporte, la corrupción y la violencia policial. ¿Creéis que las protestas ciudadanas sirven de algo? http://internacional.elpais.com/internacional/2013/06/17/actualidad/1371496082_979062.html

Álbum: Fotos da Linha do tempo
Compartilhado com:

Outra característica importante encontrada na análise do El País foi a linguagem utilizada pelo periódico na rede social. Havia, de fato, uma preocupação em articular um diálogo com o internauta e promover o debate entre os leitores. Nas duas postagens, o jornal além de oferecer uma informação mínima no enunciado, mais o link para a notícia completa no portal elpais.com, também utilizou perguntas como elemento discursivo para suscitar a discussão na rede. Na primeira publicação, a pergunta foi "Crês que os protestos cidadãos servem de alguma coisa?"; enquanto na segunda "Brasil, um sonho ou um pesadelo?". Na maioria dos comentários, os usuários buscavam responder ao questionamento proposto pelo jornal, assim como apresentaram outros elementos, como veremos adiante.

Acreditamos que este tipo de linguagem, de fato, favoreceu a participação dos leitores. Nas duas publicações registramos um total de 119 comentários, 330 compartilhamentos e 670 *likes*. Do total de comentário, consideramos 50 como "críticos" e os outros 69 como "não-críticos". Nos comentários, os temas mais abordados foram:

Gráfico 3: Temáticas - Comentários El País



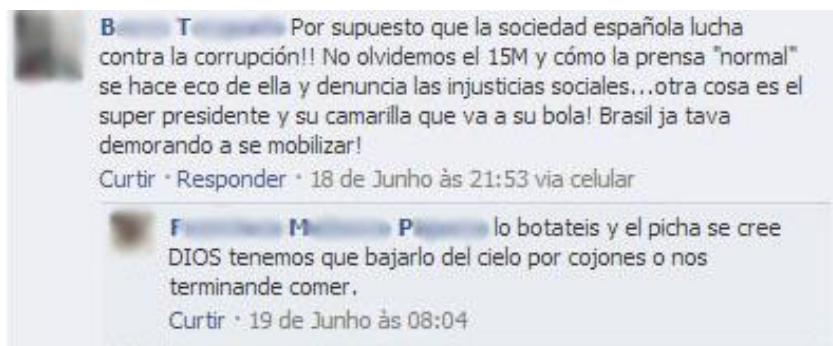
Ao longo dos comentários encontramos diversas curiosidades. Para começar falamos da participação dos leitores espanhóis, que foi bem significativa. Muitos deles demonstravam apoio à população brasileira e, ao mesmo tempo, criticavam a situação política espanhola, dizendo que protestos como os do Brasil deveriam ocorrer também na Espanha. Outros estrangeiros também se manifestaram.

Figura 18 - Internautas estrangeiros mostram apoio ao Brasil



Houve também, na outra publicação analisada, aqueles que reconhecessem o esforço dos protestos já promovidos pelos espanhóis, como o 15M.

Figura 19 - Internauta espanhol articula opinião sobre manifestações



Percebemos uma articulação significativa entre os internautas. A ferramenta de "resposta" que a rede social oferece para responder a comentários específicos foi bem utilizada. Em muitos casos, uma pequena discussão foi formada com a exposição de opiniões. Alguns internautas, que mencionavam um ao outro nos comentários, concordando, outros discordando com determinado posicionamento.

Figura 20 - Articulação de comentários entre os internautas



A participação dos cidadãos brasileiros foi muito interessante de perceber neste espaço de interação. É possível afirmar que muitos dos que comentaram as notícias moravam fora do Brasil, pois referiam-se a experiências e fatos do passado, ou então a notícias sobre as manifestações; nenhum relato pessoal das manifestações que estavam acontecendo naquele momento. Alguns destes brasileiros escreveram os seus argumentos em Espanhol, mas outros preferiram utilizar a língua materna. O uso das *hashtags* em Português, que estavam sendo utilizadas nas manifestações *online*, também foi algo curioso de perceber no contexto do periódico espanhol.

Figura 21 - Internautas brasileiros interagem na publicação do El País



Muitos dos brasileiros que comentaram nas publicações do El País mostravam-se contra a realização da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil. Quase todos argumentavam que o país deveria assumir como prioridade os investimentos nos serviços públicos e não os gastos nestes eventos. Ainda sobre a participação dos brasileiros, notamos que alguns se preocuparam em divulgar outros conteúdos nos comentários, como por exemplo fotos dos protestos e o *link* para as petições *online* promovidas pela ONG Avaaz para a melhoria do transporte coletivo, as investigações dos casos de corrupção e a redução das tarifas.

Figura 22 - Compartilhamento de conteúdos nos comentários do El País



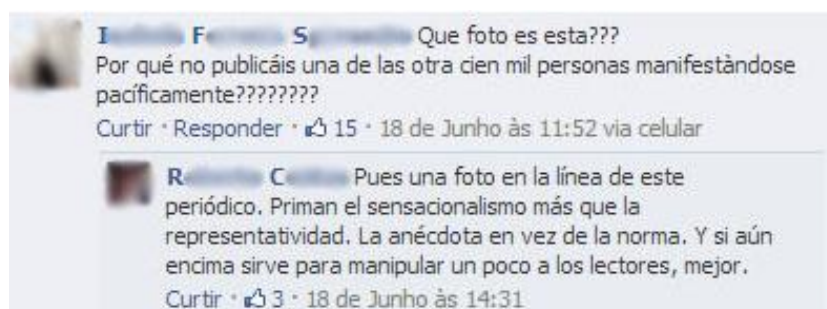
Foi compartilhado também o vídeo "Não, eu não vou para a Copa", com os depoimentos de brasileiros contra a Copa do Mundo:

Figura 23 - Compartilhamento de conteúdos nos comentários do El País



Para além dos conteúdos adicionais apresentados, muitos internautas (e agora não só os brasileiros) questionaram os dados apresentados pelo jornal nas publicações. Aqui, percebemos um certo esclarecimento destes usuários, como no caso da leitora que indagou o veículo sobre a imagem utilizada, que seria muito sensacionalista. Na opinião da leitora, outra imagem, das manifestações pacíficas, poderia ter sido utilizada.

Figura 24 - Internauta questiona conteúdo do El País



Apesar de não termos feitos a análise da *fan page* El País América, mesmo porque a participação maior dos internautas foi maior e mais interessante no perfil principal do jornal, deixamos aqui uma observação que na época foi ainda mais interessante. Naquele período, em junho de 2013, o El País ainda não tinha expandido a sua produção de conteúdos para o Brasil, como já apresentamos, e, no entanto, para atrair a atenção dos leitores brasileiros, o perfil do El País América passou a publicar uma versão em Português das reportagens produzidas pelo jornal em Espanhol. Isto pode ser verificado na publicação que este perfil realizou em 21 de junho de 2013:

Figura 25 - El País América publica conteúdos em Português



- **Semanário Sol**

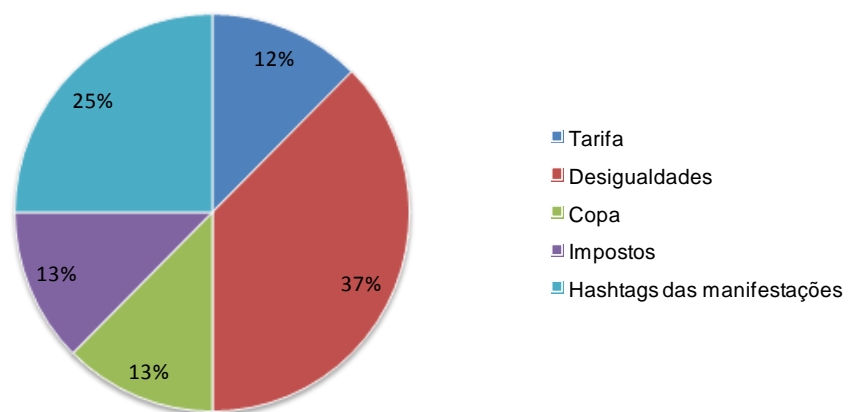
No *Semanário Sol* foram encontradas três publicações sobre as manifestações das Jornadas de Junho no dia 18. Em todas elas identificamos uma linguagem que não estimulava os internautas a participarem de um debate. As publicações traziam apenas o título das notícias. Uma das postagens, que citava a presidente Dilma Rouseff e o ex-presidente Lula,

chamou-nos a atenção por causa do uso das *hashtags* #Dilma e #Brasil, trazendo a linguagem do canal um pouco mais para a realidade da rede social.

Todas as publicações foram disponibilizadas com o *link* para a informação completa no portal do semanário. As imagens eram apelativas e em duas das três que analisamos foi possível perceber o clima de tensão das manifestações. As temáticas presentes nas postagens analisadas foram três: anúncio de novos protestos, política (na que comentava o posicionamento da presidente Dilma e do ex-presidente Lula) e redução da tarifa de transporte coletivo.

Nas três publicações, contabilizamos 39 comentários, 169 compartilhamentos e 44 *likes*. Deste total de comentários consideramos 10 como "críticos" e 29 como "não-críticos", por não terem acrescentado questões para a estruturação do debate. Além disso, identificamos que as temáticas mais presentes foram:

Gráfico 4: Temáticas - Comentários Semanário Sol



Relativamente às características encontradas nos comentários podemos citar o fato de que muitos davam apoio aos brasileiros, com palavras e mensagens de ânimo. Também percebemos o uso das *hashtags* que eram utilizadas pelos brasileiros nas redes sociais.

Figura 26 - Comentários no Semanário Sol



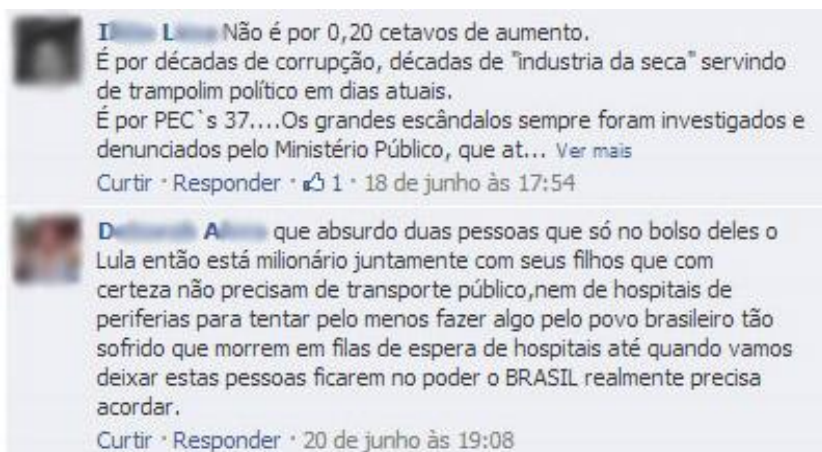
Também foram frequentes comentários de portugueses que faziam referência a situação política do próprio país, com opiniões que eram favoráveis a realização de manifestações como as do Brasil também em Portugal.

Figura 27 - Comentário de portugueses no perfil do Semanário Sol



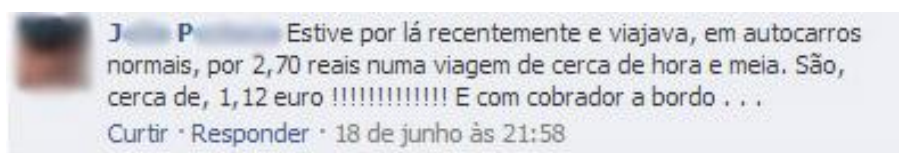
Entre os comentários críticos, observamos a preocupação que os internautas tiveram em partilhar informações e experiências. Em dois dos dez comentários classificados como críticos conseguimos identificar que se tratavam de internautas brasileiros.

Figura 28 - Comentários de brasileiros no Semanário Sol



Em um outro comentário que identificamos como "crítico", verificamos opiniões divergentes à da maioria. Um internauta, aparentemente português, se dizia contra a redução da tarifa do transporte coletivo do Brasil, pois, conforme contou no comentário, ele foi ao país e andou em "autocarros" urbanos que tinham "até cobradores", e cuja passagem custava o equivalente a 1,12 euros. Para ele uma realidade que parecia justa.

Figura 29 - Internauta expõe opinião contrária a da maioria



Mesmo sendo minoria, os comentários "críticos" mostraram-se bem ricos de opiniões, informações e experiências. Contudo, não percebemos uma interação entre os usuários, algo que pudesse caracterizar um debate real.

O que pudemos perceber com a análise dos nossos objetos de estudo é que a rede social funcionou como um espaço de reverberação dos internautas, e que eles não ficaram conformados apenas com a informação do *medium* no qual participaram dos comentários, mas buscaram outras fontes na Internet, assim como em outros meios. O fato de muitos dos comentários que tivemos acesso criticar a cobertura da televisão brasileira, por exemplo, revela que os cidadãos acompanhavam as manifestações em diversos meios de

comunicação ao mesmo tempo. Este interesse pela pluralidade de informações favorece a estruturação do debate público na sociedade.

Quando elegemos no Brasil um *medium* tradicional e um *medium* alternativo, era porque queríamos perceber as diferenças e semelhanças que estes canais têm na produção e difusão dos conteúdos na rede social. Da mesma maneira, queríamos verificar até que ponto estes canais funcionavam como um espaço de discussão no Facebook. Relativamente ao jornal O Globo, esperávamos ter encontrado publicações com mais conteúdo (com *link* direcionando para a reportagem, por exemplo) e uma linguagem que motivasse os internautas. Fazendo uma comparação com a cobertura do coletivo Mídia Ninja, percebemos que o segundo conseguiu realizar uma cobertura muito mais dinâmica, apresentando a situação das manifestações em diversos pontos do país. Por outro lado, os Ninja não ofereceram informações o suficiente para permitir a estruturação de um debate na rede. Mesmo o Globo não tendo disponibilizado o *link* para a reportagem no portal de notícias do jornal, o internauta tinha a opção de recorrer por conta própria à informação na página do periódico. Mas no Mídia Ninja isto não era possível, uma vez que àquela altura as redes sociais eram o único canal de difusão de conteúdos do coletivo, e que não conseguiam disponibilizar informação diversificada.

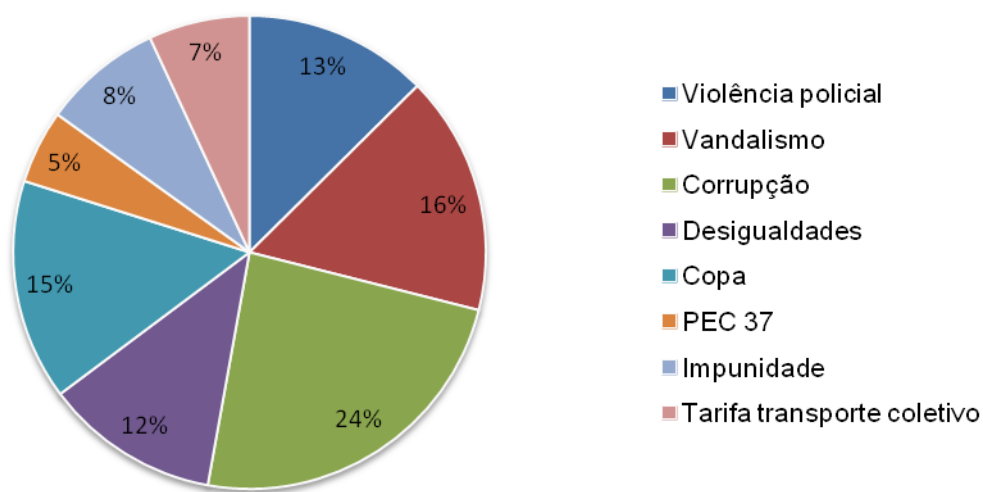
Ainda nesta análise *medium* tradicional *versus medium* alternativo, foi muito interessante perceber a desconstrução que o próprio público fez em ambos os lados, questionando as coberturas destes canais. Apesar de não ter a edição de um meio de comunicação tradicional, o Mídia Ninja, como todo e qualquer canal emissor de comunicação, possui uma linha editorial e isto ficou esclarecido quando olhamos para a relação maniqueísta que a rede tentou construir em algumas publicações, favorecendo a imagem dos manifestantes e colocando a Polícia como vilã. A participação dos internautas, neste sentido, foi muito relevante, pois compartilharam outros pontos de vista e informações, para questionar este tipo de cobertura.

Em relação aos *media* estrangeiros, a nossa intenção era perceber se a comunidade brasileira que reside fora do seu país de origem participou das discussões. A nossa descoberta foi ainda mais interessante, pois verificamos que não só os brasileiros, como também os estrangeiros, se engajaram num debate acerca das manifestações das Jornadas de Junho. O El País construiu

uma linguagem muito interessante para a motivação dos internautas na rede social. A participação foi muito mais intensa nas publicações do espanhol, e muito se deve à linguagem utilizada para estruturar a discussão sobre o tema.

Ao cruzarmos os dados sobre as temáticas abordados pelos internautas nos comentários dos canais analisados pelo estudo, encontramos o seguinte cenário:

Gráfico 5: Temáticas - Comentários páginas analisadas



Nas quatro *fan pages* analisadas, os temas mais abordados pelos internautas foi a corrupção (24%), o vandalismo (16%), a Copa do Mundo de Futebol (15%) e a violência policial (13%) durante as manifestações. Todos estes temas são motivos que estimulam as redes de indignação no Brasil, conforme demonstrou o nosso estudo, com base na análise dos comentários das discussões no Facebook.

Quando olhamos para o volume de comentários, no total, nas publicações das quatro páginas analisadas na rede social, foram 202 comentários críticos (9,8%) e 2053 comentários não-críticos (91,2%). A grande quantidade de comentários não-críticos revelou que os cidadãos poderiam estar mais engajados nestes espaços de discussão oferecidos pelo Facebook e estimulados pelos *media*. Assim como ocorreu em outros espaços da *web*, como percebemos no capítulo 4 desta dissertação, os internautas engajados e mobilizados para o debate público teriam múltiplos pontos de vista sobre as manifestações se a participação com comentários críticos tivesse sido maior.

Ao refletirmos sobre o nosso questionamento inicial, sobre a estruturação da esfera pública no meio digital, a partir desta pesquisa, e tendo como base as correntes teóricas aqui visitadas, é seguro afirmar que a rede social é uma plataforma de comunicação que oferece uma série de ferramentas e funcionalidades para que o cidadão consiga estabelecer um ambiente de argumentação. Mas a tecnologia não fala por si só, mas depende da ação e da intenção dos indivíduos para funcionar em todo o seu potencial. Sendo assim, os canais de informação analisados poderiam ter oferecido mais informações e utilizado uma linguagem ainda mais engajada, que pudesse contribuir para a participação dos cidadãos no debate que pode ser estruturado a partir da rede social. Este tipo de estratégia, oferecimento de informações e utilização de linguagem favorável ao debate, foi aplicado, principalmente, pelo jornal El País. Percebe-se que o jornal encontrou um modelo de produção e difusão de conteúdos nos novos *media*, que consegue criar uma interação com os internautas que acompanham a informação.

Na rede social, novas dinâmicas de produção e difusão de conteúdos e participação popular são estabelecidas. Os *media* tradicionais estão desenvolvendo uma nova linguagem para articular seus conteúdos ao consumo dos cidadãos. Estes, por sua vez, buscam por conta própria estruturar os seus canais de informação. Cada vez mais críticos, agora, na rede, os internautas discutem, participam e difundem conteúdos.

Assim, é importante destacar também que o grande número de compartilhamentos que as publicações analisadas tiveram no dia 18 de junho, durante as tensas manifestações das Jornadas de 2013 no Brasil. Na lógica da comunicação em rede, os canais dos *media* funcionam difundem conteúdos e os internautas têm a possibilidade de espalhá-los ainda mais por meio da sua rede de contatos se os compartilharem nos seus perfis. Quando pensamos no Facebook, as publicações que foram compartilhadas no dia em que realizamos a análise das manifestações podem ter construído outros debates na rede de contatos dos internautas que as compartilharam.

Mesmo que não possamos generalizar e afirmar que se estruturou uma esfera pública para a discussão das manifestações no dia 18 de junho, é possível afirmar que pequenos espaços de discussão foram formados de forma consistente. Isso muito se deve ao interesse e engajamento dos cidadãos que

participaram com argumentos e questões que complexificaram a troca de opiniões nos comentários, as interações. De todas as maneiras, o simples fato de as pessoas articularem discussões favorece o ambiente democrático, e a Internet, em especial o Facebook, amplia ainda mais os horizontes para a expressão da sociedade, que ganha ferramentas para questionar e interagir com diferentes atores.

Conclusão

Como vimos, as discussões na Internet através do Facebook podem ser amplificadas e, sim, complexificadas pelos *media* na medida em que os cidadãos, munidos de informações, podem interagir e discutir entre si as questões de interesse público. Neste sentido, a tecnologia oferece as ferramentas necessárias para garantir a estruturação da Esfera Pública. Conforme ressalta Esteves (2003), a capacidade comunicacional das novas tecnologias são primordiais para o estabelecimento de um processo deliberativo através da Internet. Os novos *media* podem facilitar, incentivar e aprofundar a interação social, que é importante para a democracia.

Neste trabalho falamos especificamente sobre as manifestações que aconteceram no dia 18 de junho de 2013 no Brasil, e a forma como as mobilizações sociais se deram na rede. Ao estudar o contexto comunicacional na Internet durante as Jornadas de Junho, percebemos que a *web* realmente funcionou como um espaço de reverberação para as questões que eram colocadas em causa nas mobilizações. Mas esta reverberação não se deu só por interações complexificadas, a partir de discussões e troca de argumentos consistentes, totalmente "racionalis". Na verdade, para além dos espaços de discussão que puderam ser estruturados, houve a formação de uma rede de solidariedade a partir da *web*, assim como pôde ser comprovado também na análise que fizemos nos perfis dos *media*.

Por meio desta rede solidária, "a emoção sai das ruas (...) para entrar nas *timelines* dos perfis de redes sociais, que espalham e mencionam esse conteúdo, afetando milhares de outros nós, que se encorajam a estar nas ruas" (Malini, 2013a). Na análise de Malini no Facebook, foi verificado que os perfis estavam "emocionalmente engajados". "Não há muito lugar para a 'racionalidade habermasiana', para teorizar. Só há lugar para a emoção que deriva de um efeito dos nós da rede".

É preciso recordar que, como pontua Sampedro Blanco (2000), não apenas os conteúdos tidos como racionais são capazes de estruturar a opinião pública. Os conteúdos com características "emotivas", isto é, "não racionais", também podem oferecer um pano de fundo para o debate público, no sentido

de reunir pessoas que compartilham da mesma emoção e, assim, trocam argumentos entre si.

É necessário destacar o papel dos *media*, sejam eles tradicionais ou alternativos, neste processo. Os *media* estão descobrindo um novo modelo de produção e difusão de conteúdos na Internet, em especial nas redes sociais, os *media* tradicionais podem (e devem) colaborar ainda mais com a estruturação da esfera pública. Uma vez que poderão permitir a participação dos cidadãos na elaboração de conteúdos, o *media* têm a chance de estabelecer redes de interação muito significativas.

Os canais alternativos, como o Mídia Ninja, conseguem abrir ainda mais o leque de possibilidade no horizonte da comunicação. A partir da produção colaborativa, milhares de pessoas estão se engajando no mundo inteiro em causas e mobilizações por objetivos cidadãos. Ambos os espaços, tradicional ou alternativo, deveriam garantir conteúdos e estimular a discussão pública acerca das questões de interesse social, em especial as questões políticas, como abordamos neste estudo.

Na análise comparativa entre o Mídia Ninja e O Globo, ficou evidenciado que as diferenças entre esses *media* passam mais pela dinâmica de produção adotada por cada um, do que propriamente uma filosofia que os diferencie e caracterize um ou outro como meio de informação mais isenta. O Mídia Ninja, de fato, acrescentou uma nova narrativa na imprensa brasileira, mas não conseguiu se distinguir da "velha" imprensa quando editou as informações de acordo com uma linha editorial que buscou enquadrar o Estado e a Polícia como os grande vilões, ao invés de abrir espaço para estas fontes de informação também apresentarem seu ponto de vista. E mais, na tentativa de "vilanizar" estas fontes, construíram um discurso maniqueísta, que logo foi desconstruído pelos próprios internautas. Portanto, podemos afirmar que, o Ninja, assim como O Globo, possui uma linha editorial e interesses ideológicos e políticos, e a partir destes constrói um discurso e o enquadramento das suas coberturas.

Para além desta questão, é preciso questionar o conteúdo dos Ninja, assim como os cidadãos o fizeram, no sentido de pressioná-los por mais informação. A falta de fontes e a pouca variedade de informações comprometeu a credibilidade do canal, que, neste sentido, pouco seguiu

critérios jornalísticos de produção. A inversão desta lógica de formatação da notícia, que agora é uma produção coletiva, colaborativa, não deve comprometer o entendimento do público oferecendo apenas uma versão do fato, ou não oferecendo múltiplas fontes sobre a questão. Foi muito interessante perceber que os cidadãos questionaram o Mídia Ninja, assim como os outros *media*, e buscaram outras fontes de informação. Interessante também foi observar que utilizaram o espaço dos comentários para divulgar outros conteúdos. Isto favorece o espaço democrático e o debate público.

Quando olhamos para a participação da diáspora brasileira no debate sobre as Jornadas de Junho, verificamos que estes cidadãos também fizeram parte daquela rede de solidariedade, assim como apresentaram opiniões e argumentos nos comentários dos *media* brasileiros e internacionais. Sendo assim, a Internet possibilitou à diáspora brasileira a participação no espaço público global, como podemos perceber em muitos comentários. A rede oferece a possibilidade de articular no mesmo espaço conteúdos locais e globais, criando interações cada vez mais complexas entre os cidadãos.

A partir da nossa análise mista, com métodos qualitativos e quantitativos, percebemos que a grande quantidade de comentários "não-críticos" nas publicações comprometeu, de certa forma, a estruturação de um debate. No total, nas publicações das quatro páginas analisadas no Facebook, foram 202 comentários críticos (9,8%) e 2053 comentários não-críticos (91,2%). Se a interação dos cidadãos tivesse sido mais intensa nos espaços nos quais fizemos o nosso estudo de caso, a discussão pública poderia ter chegado a um grau muito mais elevado nestes canais, e as pessoas poderiam ter acesso a outras perspectivas e entendimentos das Jornadas de Junho.

Nas quatro *fan pages* analisadas, os temas mais abordados nos comentários dos cidadãos foram a corrupção (24%), o vandalismo (16%), a Copa do Mundo de Futebol (15%) e a violência policial (13%) durante as manifestações. Todos estes temas são motivos que estimulam as redes de indignação no Brasil, conforme demonstrou o nosso estudo, com base na análise dos comentários das discussões no Facebook.

Recordamos os processos políticos e democráticos, como citam Cardoso e Lamy (2011), que se desenvolveram em diversos países ao redor do mundo, articulados pela iniciativa de cidadãos em redes sociais, em especial o

Twitter e o Facebook. Neste sentido, é possível pensar na Esfera Pública a partir dos debates que podem estruturá-la no Facebook, mas isto dependerá, entre outros fatores, dos atores sociais. Se os cidadãos estiverem envolvidos no processo de discussão, e colaborarem com argumentos e proposições capazes de levar por diante a questão em prol do interesse o público, aí teremos, efetivamente, o funcionamento pleno da Esfera Pública na *web*. A lógica da rede, que emite por meio dos perfis dos media conteúdos e permite que os usuários os compartilhem, pode ampliar a visibilidade das discussões.

Para que a participação ocorra de forma cada vez mais democrática, é necessário a criação de políticas públicas que garantam o acesso de todos os cidadãos à rede e aos equipamentos necessários para aceder os conteúdos *online*. Para além disto, a garantia do acesso se faz também a partir da capacitação destes indivíduos para a utilização das ferramentas digitais e a educação para a leitura crítica da avalanche de informação disponível na rede.

Referências bibliográficas

Almeida, J. (1998), *Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública democrática*. Acedida em 23 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/3gt/Jorge%20Almeida.rtf>>

Alves, N. (2010), *Da formação de redes à Esfera Pública na Internet - Uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise*. Acedida em 15 de dezembro de 2012. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo/article/viewFile/6903/6479>>

Arendt, H. (1958), *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press.

Barreiros, J. (2012), *Democracia, Comunicação e Média*. Lisboa: Mundos Sociais.

Bennett, L. (2003), *New Media Power: The Internet and Global Activism*. Acedida em 12 de março de 2014. Disponível em <<http://depts.washington.edu/gcp/pdf/newmediapower.pdf>>

Bennett, L. (2003), *Communicating Global Activism: Strengths and Vulnerabilities of networked politics*. Acedido em 20 de fevereiro de 2014. Disponível em <<http://depts.washington.edu/gcp/pdf/newcomglobalactivism.pdf>>Berardi,

Berardi, F. (2006), "Mediamutación", revista Archipiélago, nº 71. Barcelona: Ed. Archipiélago.

Blumer, H. (1978), "A massa, o público e a opinião pública". in Cohn, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. pp. 177-186

Cabo, Ana Isabel (2008). *Os novos movimentos sociais e os media: os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Lisboa: Livros Horizonte.

Calhoun, Craig (2005), "Rethinking the public sphere", *Presentation to the Ford Foundation*. Acedida em 21 de março de 2014. Disponível em <www.ssrc.org/calhoun/wp-content/uploads/2008/08/rethinking_the_public_shpere_05_speech.pdf >

Cardoso, G. (2009), "Da comunicação de massa para a comunicação em rede", in G. Cardoso, R. Cádima e L. Cardoso. *Media, redes e comunicação - futuros presentes*. Lisboa: Obercom e Quimera, pp. 15-54

Cardoso, G. e Lamy, C. (2011), *Redes sociais: comunicação e mudança*. Acedida em 20 de novembro de 2012. Disponível em <http://www.observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6>

Cardoso e Di Fátima (2013) - Movimento em rede e protestos no Brasil - Qual gigante acordou? - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, v.16, n. 2, pp.143-176 mai./ago.

Carreira da Silva, F. (2001a), "Espaço público e democracia: o papel da esfera pública no pensamento político de Habermas". *Análise Social*, Vol. XXXVI (158-159). pp. 435-459

Carreira da Silva, F. (2001b), "Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia". *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 35. pp. 117-138

Castells, M. (2012), *Redes de Indignación y esperanza - Los movimientos sociales en la era de Internet*. Madrid: Alianza Editorial.

Castells, M. (2011), *Comunicación y Poder*. Tradução: María Hernández Díaz. 3ª Edição. Madrid: Alianza Editorial.

Chomsky, N. (2013), *Mudar o mundo*. Lisboa: Bertrand Editora.

Cohen, Jean L., Arato, A. (2001), "The utopia of civil society", in Seidman, S. e Alexander, J. *The new social theory reader*. London: Routledge, pp. 184-192

Colas, A. (2002), *International civil society*, Cambridge: Polity.

Correia, J. C. (1998), *Jornalismo e Espaço Público*. Couvilhã: Universidade da Beira do Interior.

Dahlgren, P. (2000), "Mediating democracy", in Dahlgren, *Television and the Public Sphere*. London: Sage publications. pp 1-23

Dewey, J. (1927), *The Public and its Problems*. Nova York: Holt.

Esteves, J. P. (2003), "'Sociedade de Informação' e Democracia Deliberativa", in J. P Esteves, *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri. pp. 169-205.

Ferrari, L. e Moraes, N. (2013), *#OGIGANTEACORDOU: O Papel das Redes Sociais nas Manifestações do Brasil*. Acedido em 24 de abril de 2014. Disponível em <http://ciberpebi.files.wordpress.com/2013/11/vcongresointernacionaciberperio dismoweb.pdf>

Gamson, W. e Wolfsfeld, G. (1993), "Movements and Media as Interacting Systems", in *Annals, American Academy of Political and Social Science*. Vol. 528, Filadelfia.

Giddens, Anthony (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editorial.

Giddens, Anthony (2000). *O mundo na Era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

Golding, P. e Murdock, G. (1991), "Culture, Communications, and Political Economy", in J. Curran e M. Gurevicht (eds.), *Mass Media and Society*. London: Edward Arnold, pp. 11-30.

Gomes, W. e Maia, R. (2008), "Esfera pública política e Comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas", in Gomes, W. e Maia, R. *Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas*. São Paulo: Paulus, pp. 69-162.

Goode, L. (2005), "Mediations: From the Coffee House to the Internet Café", in L. Goode, *Jürgen Habermas: democracy and the public sphere*. Londres: Pluto Press. pp. 89-119.

Habermas, J. (1984), *Mudança estrutural da Esfera Pública - investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (1997), *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (2003), "Atores da Sociedade Civil, opinião pública e poder comunicativo", in J. Habermas, *Direito e Democracia – entre facticidade e validade II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Hall, S. (1980), "Encoding and decoding in the television discourse". In: Hall, S. *et al*, *Culture Media and Language*, London: Hutchinson. p. 128-138.

Held, D. (1987), "O que a democracia deveria significar hoje?", in Held, D. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Editora Paideia, pp. 241-270.

Herring, S. C., Scheidt, L. A., Kouper, I., & Wright, E. (2006). Longitudinal content analysis of weblogs: 2003-2004. In M. Tremayne (Ed.), *Bloggging, citizenship, and the future of media*. London: Routledge. pp. 3-20

Jenkins, Henry (2009), *Cultura da Convergência*. 2ª Ed. Tradução Susana Alexandria. São Paulo: Aleph.

Jennings, M.K. and V. Zeitner (2003) 'Internet Use and Civic Engagement: A Longitudinal Analysis', *Public Opinion Quarterly* 67(3). pp. 311–34.

Leher, R. (2013), *Manifestações massivas no Brasil têm origem na Esquerda*. Acedida em 20 de abril de 2014. Disponível em <http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543:submanchete270613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200>

Lévy, P. (2002), *Cyberdemocracia*. Tradução: Dorindo Carvalho. Lisboa: Piaget.

Maia, R. (2002), "Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública", in. J. Eisenberg e M. Cepik (org.), *Internet e Política: teoria e prática democrática eletrônica*. Belo Horizonte, UFMG. pp. 46-72

Maia, R. (2006), *Mídia e diferentes dimensões do Accountability*. Acedida em 20 de março de 2013. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/113/112>>

Maia, R. (2007). "Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo", *Logos*, (27), pp.43-62.

Malini, F. (2014). *A nova grande mídia - a ecologia midialivrista brasileira no Facebook*. Acedido em 30 de abril de 2014. Disponível em <<http://www.labic.net/grafico/a-nova-grande-midia-a-ecologia-midialivrista-brasileira-no-facebook/>>

Malini, F. (2013a), *O que pode ser o #ProtestoBr?* Acedida em 20 de abril de 2014. Disponível em <www.labic.net/cartografia-das-controversias/o-que-pode-ser-o-protestobr-post1/>.

Malini, F. (2013b), *A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags*. Acedida em 13 de abril de 2014. Disponível em

<www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags>.

Marcondes, V. (2007), *Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública*. Acedida em 5 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5778/523>>

Martins, F. (2007), *Da esfera pública burguesa à nova ordem social: o papel dos média*. Acedida em 22 de março de 2013. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/martins-fabio-esfera-publica-burguesa.pdf>>

Melucci, A. (1998), "Que hay de nuevo en los 'nuevos movimientos sociales'?" in Ibarra, P. e Tejerina, B., *Los Movimientos Sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural*, Madrid: Trotta.

Melucci, A. (1996), *Challenging Codes - colective action in the information age*. Cambridge: University Press of Cambridge.

Mendonça, R. (2006), "A mídia e a transformação da realidade". *Comunicação & Política*, v. 24, pp. 9-38

Oliveira, R. S. (2012), "Ciberdemocracia, ativismo digital e novas mídias: redefinições da Esfera Pública no século XXI", in Costa, M. N. (org.), *Democracia, Mass Media e Esfera Pública*. V. N. Famalicão: Edições úmus. pp. 221-231.

Pena, F. (2005), *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.

Pool, Ithiel de Sola (1983), *Technologies of freedom: on free speech in a eletronic Age*. Cambridge, Massachusetts: Havard University Press.

Porta, D. e Diani, M. (1999), *Social movements - An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.

Primo, A. e Träsel, M. (2006) . *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. *Contracampo (UFF)*, v. 14: 37-56.

Rodrigues, A. D. (2007), "As novas configurações do público", in Pires, E. B. (org.). *Espaços públicos, poder e comunicação*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 21-34.

Sampaio Júnior, P. A. (2013). *Jornadas de Junho e Revolução Brasileira*. Acedida em 10 de maio de 2014. Disponível em <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira/>>

Sampedro Blanco, V. (2000), "Opini3n p3blica, poder y democracia deliberativa", in Sampedro Blanco, V. *Opini3n p3blica y democracia deliberativa - medios, sondeos y urnas*. Madrid: Ediciones Istmo. pp. 18-48

Santiago, D. e Maia, R. (2005), *Entre o Mercado e o F3rum: o debate anti-tabagismo na cena midi3tica*. Acedido em 15 de abril de 2013. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/47/47>>

Santos, B.(1994), *Pela M3o de Alice*. Porto: Ediç3es Afrontamento

Seoane, J. e Taddei, E. (2002), "From Seattle to Porto Alegre: The Anti-Neoliberal Globalization Movement". *Current Sociology*, n350. pp. 99-122.

Silva, A. (2009), "Os *m3dia* em mudançã e as novas formas de problemas antigos", in G. Cardoso, R. C3dima e L. Cardoso. *M3dia, redes e comunicaç3o - futuros presentes*. Lisboa: Obercom e Quimera. pp. 55 - 70

Schmidt, E.e Cohen, J. (2013), *A nova era digital*. Traduç3o: Jos3 Mendonça da Cruz. Lisboa: D.Quixote.

Thompson, J.B. (1995), *The Media and Modernity. A Social Theory of the Media*, Cambridge: Polity Press

Traquina, N. (2007). *O que 3 jornalismo*. Lisboa: Quimera (2ª Ed.) pp. 186-201

Wolton, D. (2000). *E depois da Internet?* Lisboa: Difel.

Virilio, P. (1996), *Velocidade e pol3tica*. S3o Paulo: Estaç3o Liberdade.